



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

LUÍS HENRIQUE SILVA SANT'ANA

Os olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em
tempo de revolução (1930-1932)

Salvador

2010

LUÍS HENRIQUE SILVA SANT'ANA

**Os olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em
tempo de revolução (1930-1932)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre.

Orientação: Antonio Luigi Negro

Salvador

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LUÍS HENRIQUE SILVA SANT'ANA

**Os olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em
tempo de revolução (1930-1932)**

Dissertação para obtenção do grau de mestre em História Social

Salvador, 20 de agosto de 2010

Banca examinadora:

Antonio Luigi Negro _____
Doutor em História, UFBA

Dilton Oliveira de Araújo _____
Doutor em História, UFBA

Flávio Limoncic _____
Doutor em História, UNIRIO

Sant'Ana, Luís Henrique Silva

S231 Os olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932) / Luís Henrique Silva Sant'Ana.– 2010.

147 f.

Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luigi Negro.

1. Brasil – História – Revolução, 1930. 2. Brasil – História –Governo Provisório. 3. Relações internacionais – Brasil – Estados Unidos. I. Negro, Antonio Luigi II.Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas III. Título

CDU – 981.08

Esta dissertação é dedicada aos meus pais, Maria Alice Silva Sant'Ana e Hélio José Lima Sant'Ana, à minha companheira e amiga, Eliana Lourença de Oliveira Sant'Ana e às minhas sobrinhas e afilhadas, Renata Sant'Ana Ribeiro e Amanda Sant'Ana Ribeiro.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de um trabalho coletivo que durou anos e hoje se torna realidade. Por isso, eu gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus, pela graça de ter me concedido a vida através de meus pais, Maria Alice Silva Sant'Ana e Hélio José Lima Sant'Ana. A estes eu agradeço não só pela vida, mas pelos anos de empenho e dedicação para que me tornasse o homem que sou hoje. O trabalho deles incluiu amor, esforço com a finalidade de que nunca me faltasse o básico, que toda a pessoa humana deveria ter, e incentivo aos estudos a fim de que eu pudesse chegar a esse momento.

Gostaria de nessa ocasião agradecer a minha família, Aline Cristina Sant'Ana Ribeiro e Ronaldo Oliveira Ribeiro, tios, primos, sobrinhos e também a minha companheira e amiga Eliana Lourença de Oliveira Sant'Ana, que sempre esteve ao meu lado me incentivando e ajudando na caminhada acadêmica.

Acredito que nessa jornada eu não poderia deixar de lembrar dos meus professores da Escola Patinho Dourado, da Escola Estadual Úrsula Catarino, do Centro de Educação Cenicista Comendador Bernardo Martins Catharino e por fim do Colégio Estadual Ypiranga. A todos o meu muito obrigado. Vocês fizeram parte dessa história e eu não esqueço a importância de cada um.

Também penso que foram importantes os coordenadores do Curso Pré-vestibular de Plataforma, hoje denominado Curso Pré-vestibular Alternativo Coequilombo. Esse curso foi fundamental para que eu passasse a me identificar como negro, compreendesse o racismo que existe na nossa sociedade e lutasse contra todas as formas de discriminação. Desse grupo de organizadores eu menciono, mesmo com receio de esquecer de alguém, Pe. Joakim Kamau Njani, Eliana Silva Nascimento, Marcos André, Nadja, Simone Reis, Jardelina, Vilma, Ilda, Eliene e tantos outros que tornaram realidade um curso pré-vestibular na nossa comunidade. Além deles, eu não devo esquecer dos professores que também acreditaram na ideia do curso e se dedicaram com todo o esmero a fim de ajudar a aprovar os estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador nos vestibulares das universidades públicas da Bahia, propiciando assim um aumento da auto-estima da comunidade e a criação de referenciais positivos em uma das regiões mais abandonadas pelos poderes públicos desta cidade.

Do quadro de educadores do Coequilombo, eu poderia destacar quatro em especial, Nadja, Ivan Messias, Juvenal de Carvalho Conceição e Paulo Cesar Oliveira de Jesus. Muito obrigado a todos vocês.

Paulo Cesar Oliveira de Jesus, por exemplo, teve uma importância singular na minha jornada dentro da Universidade. Com dedicação, confiança, empenho e carinho ele tornou menos árduo o meu caminho na vida acadêmica e profissional. Ter acreditado em mim somente prova que valeu a pena todo o tempo despendido até aqui.

Da Universidade Federal da Bahia, eu agradeço a todos os docentes que foram essenciais à minha formação acadêmica. Principalmente os professores Dilton Oliveira de Araújo, Elizete da Silva, Lígia Bellini, George Evergton Sales Souza, Gabriela dos Reis Sampaio, Muniz Gonçalves Ferreira, João José Reis, Ubiratan Castro de Araújo e Antonio Luigi Negro.

A Antonio Luigi Negro, meu reconhecimento por todo o empenho e dedicação na minha orientação não só no mestrado, mas antes dele, quando eu ainda estava na graduação e depois na minha pesquisa no Arquivo Nacional dos Estados Unidos, em College Park. A sua ajuda foi fundamental para o resultado deste trabalho. Muito obrigado.

Gostaria de agradecer aos professores Vincent Peloso, Emory Tolbert, Edna Green Medford e Jabez Ayo Langley da Howard University.

O rigor da banca de qualificação, composta pelos professores doutores Dilton Oliveira de Araújo (UFBA) e Flávio Limoncic (UNIRIO), foi essencial a fim de que esta dissertação pudesse ter a qualidade que tem hoje. Muito obrigado pela assistência no trabalho que hoje se encerra.

Igualmente agradeço aos meus amigos que participaram direta ou indiretamente do resultado desse trabalho. Desses cito, mesmo receando incorrer no erro de esquecer de alguém, Alex de Souza Ivo, Amélia Otovo, Andrew Tucker, Batepá Kangolo Castro Alegre, Cleber Leite Pereira, Cristiane Santos Souza, Edvan Pereira de Brito, Fábio Baqueiro Figueiredo, Jacira Cristina Santos Primo, Jackson André da Silva Ferreira, Jaime Oliveira do Nascimento, Jean Cláudio Oliveira Rios, Joílson Santos Amâncio, Juliana Maria da Silva, Lucas Borges, Marta Lícia Teles Brito de Jesus, Michelle Mackenzie, Okezi Tiffani Otovo, Sales Augusto dos Santos, Vanderlei Marinho Costa e Yasmy Brandão Fiúza. A todos o meu muito obrigado.

Aos funcionários do Arquivo Nacional dos Estados Unidos (NARA II), em College Park, da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (LOC), da Howard University (HU) e do Arquivo Público da Bahia (APB) pela dedicação e eficiência nos serviços prestados quando estive pesquisando, aqui estão os meus agradecimentos.

Gostaria de parabenizar os funcionários do Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC) e da Fundação Clemente Mariani (FCM) pelos anos de dedicação e apoio às minhas atividades como estagiário. Também não poderia deixar de lembrar dos funcionários da UFBA que têm se dedicado ao longo dos anos com o intuito de contribuir para o bom funcionamento da instituição.

Aproveito a oportunidade para externar um agradecimento especial a Maria Clara Mariani Bittencourt por ter acreditado no Projeto Cedec e ter incentivado o programa de estágio, o qual foi fundamental na minha formação acadêmica e profissional.

Aos professores de inglês Enoque Silva Cerqueira, Fabrício (Dune) e Henrique Celso dos Santos meu muito obrigado pelo interesse e apreço.

Meus agradecimentos também se fazem necessários aos amigos Adinelson Farias de Souza Filho, Ana Izabel Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, Graciene Rocha de Jesus Guimarães, Railda Maria Bispo de Jesus. Igualmente agradeço a Professora Eni Santana Barretto Bastos, Arnaldo Rezende, Carlos Antônio Santos Silva, Nadja Maria Amado de Jesus bem como a todos os funcionários da Secretaria Estadual de Educação da Bahia pelos momentos que tivemos juntos.

A todos os funcionários da Diretoria de Arquivos da Fundação Pedro Calmon, Gladys Rosani Vasconcelos Silva e Daniele Santos Souza, meu muito obrigado.

Durante a minha caminhada foram importantes os amigos Adriana Costa dos Santos, Alessandra Costa dos Santos, Daniel Miranda Teodoro, Daniela Miranda Teodoro, Deise, Edinaldo da Silva Oliveira, Pe. Erastus Stephen Murungi, Flávia Ferreira Santos, Gláucia Luz Teixeira, Regina Costa Farias, Pe. Salvador Medina, Sheila Catrin Xavier dos Santos, Simone dos Santos Vaz. Além deles, eu não poderia deixar de lembrar de toda a comunidade da Paróquia São Brás de Plataforma. Agradeço todo incentivo e ajuda que me proporcionaram.

Aos professores Paula Cristina da Silva Barreto e Jocélio Teles dos Santos, ambos coordenadores do Projeto A cor da Bahia e do Programa de intercâmbio *Raça, Desenvolvimento e Igualdade Social* no estado, pelo qual pude estudar na Howard University, meu muito obrigado.

Agradeço aqui ao professor Sílvio Humberto dos Passos Cunha pela oportunidade de trabalhar na pesquisa de doutoramento dele, possibilitando-me conhecer e ter contato com documentos do Arquivo Histórico Municipal e da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Neste momento eu agradeço o apoio e incentivo que recebi dos meus companheiros do Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia (FOQUIBA), tais como Vanda da Cruz Santos e Jucy Silva.

Eu também gostaria de agradecer ao amigo Rogério Luiz dos Santos Pinto pela valiosa colaboração na tradução dos documentos do NARA II, quando não me foi mais possível continuar a frente dos trabalhos por motivo profissional. A ajuda de Rogério foi decisiva para o término dessa dissertação. Muito obrigado meu amigo.

E para terminar eu agradeço ao Programa de Pós-graduação em História pela oportunidade e ao povo brasileiro que através dos impostos custeia o funcionamento da universidade pública, o desenvolvimento das pesquisas e as bolsas de estudo dos estudantes e professores.

Àqueles que por ventura eu tenha esquecido de mencionar nesta lista de agradecimentos, minhas sinceras e humildes desculpas.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir as opiniões emitidas pelos diplomatas estadunidenses no período que precede a revolução de 1930, durante o movimento e no pós-revolução. Os olhares dos cônsules e do embaixador dos Estados Unidos no Brasil identificavam as tensões entre os grupos sociais brasileiros e o que eles esperavam que fosse feito pelo governo do Brasil a fim de garantir a estabilidade governamental. Os julgamentos dos estadunidenses estavam cheios de preconceitos em relação às classes subalternas, aos negros no Brasil. Não raro eles consideravam o fato de o país ter passado por um processo de miscigenação como a causa das mazelas que afligiam a sociedade brasileira. A partir desses olhares eles desejavam que Getúlio Vargas e seus interventores tomassem medidas no sentido de educar a população a fim de minimizar as insatisfações populares, prevenindo assim as influências dos comunistas, aos quais percebiam como grande ameaça ao país. Nesse processo de acompanhar o cotidiano da política brasileira, alguns diplomatas passarão a defender a permanência do governo provisório até que fossem eliminadas todas as estruturas montadas pelos antigos chefes do poder. Já outros advogarão ardorosamente o retorno do governo constitucional como forma de dar estabilidade aos governantes e diminuir a influência dos tenentes nos estados.

Palavras-chaves: Política; Sociedade; Revolução de 1930; Governo Provisório; Interventorias; diplomacia estadunidense.

ABSTRACT

This work aims at discussing assessments by US diplomatic officials on Brazil, before the 1930 Revolution, during the movement and after it. Consuls' and Ambassadors' regards pointed out tensions existing among Brazilian social groups, as well as the steps they expected to be taken by Brazilian Government in order to assure governmental stability. Those assessments were plenty of prejudice against Brazilian subaltern classes and Blacks. Not seldom they assumed the fact that the country had gone through a process of racial mixtures was the cause to the harshnesses which afflicted Brazilian society. Following from these regards US diplomatic officials wished that Getúlio Vargas and his federally-appointed state governors would engage in educating the country population in order to ease popular dissatisfactions, preventing thereby influences by the Communists, who were perceived as a huge threat to Brazil. In the process of observing the daily working of Brazilian politics, some officials would start to back keeping the provisional government in charge until all power structures put in place by the old prower brokers were swept out. Others would strongly favor the return of a constitutional government as the way of conveying stability to the rule of political incumbents and of undermining the influence held by the "tenentes" in Brazilian states.

Keywords: politics; society; 1930 Revolution; Provisional government; federally-appointed state governors; American diplomacy

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. OS EUA E UMA REVOLUÇÃO EM CURSO NO BRASIL.....	19
APRESENTAÇÃO.....	19
O PERÍODO ELEITORAL BRASILEIRO.....	20
APÓS AS ELEIÇÕES DE MARÇO.....	23
JOÃO PESSOA, UM MÁRTIR DA REVOLUÇÃO DE 1930 NO BRASIL?.....	27
REVOLUÇÕES EM CURSO NO BRASIL E NA AMÉRICA DO SUL.....	35
DISTÚRBIOS REVOLUCIONÁRIOS.....	39
NEGROS TRABALHADORES QUEBRAM BONDES; COMUNISMO OU ANTIAMERICANISMO?.....	45
ESTRANGEIROS EM FUGA NO BRASIL?.....	49
A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO E O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL.....	54
3. O NOVO GOVERNO E OS SEUS DESAFIOS.....	62
OS PRIMEIROS PASSOS DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO E AS DISPUTAS POLÍTICAS.....	62
A MELHORIA DO SISTEMA EDUCACIONAL COMO SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS POLÍTICOS.....	63
A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA NA VISÃO DOS REPRESENTANTES ESTADUNIDENSES NO BRASIL.....	67
PERNAMBUCO, OS NEGROS ANALFABETOS, O JOGO DO BICHO E OS MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES.....	74
PEERREPISTAS E INSTABILIDADES POLÍTICAS E MILITARES EM PERNAMBUCO.....	78
INSTABILIDADE E EXPERIMENTOS NA POLÍTICA BAIANA DO PÓS-REVOLUÇÃO.....	84
A PARTICIPAÇÃO DAS CAMADAS POPULARES NO PERÍODO PÓS-REVOLUÇÃO	93
A INSTABILIDADE POLÍTICA EM SÃO PAULO.....	97
OS MILITARES E OS LEVANTES DO PERÍODO PÓS-REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO EM SÃO PAULO.....	99
4. O AGRAVAMENTO DAS INSTABILIDADES POLÍTICAS EM 1932 E OS PLANOS DOS EUA PARA O BRASIL.....	104
LAWRENCE BRIGGS E OS BAIANOS.....	105
F. VAN DEN AREND E O DESCONFORTO DO GOVERNO PERNAMBUCANO.....	113
TENSÕES EM SÃO PAULO.....	119
AS OPINIÕES DE CHARLES R. CAMERON SOBRE A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO NO PARANÁ.....	126
O PENSAMENTO ESTADUNIDENSE SOBRE VARGAS E OS BRASILEIROS.....	132
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
6. REFERÊNCIAS.....	144
7. FONTES.....	147
1. THE NATIONAL ARCHIVES AT COLLEGE PARK, MARYLAND (NARA II).....	147

2. ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA (APB).....148

1. INTRODUÇÃO

Em outubro deste ano completará 80 anos que uma revolução depôs o presidente Washington Luís e alçou Getúlio Vargas ao posto máximo do poder executivo brasileiro, a presidência da República. Esse marca o princípio de um novo período para o Brasil. A ascensão do político gaúcho ao cargo de chefe do Estado brasileiro, bem como da revolução que o levou ao poder até hoje tem sido objeto de muitos estudos, tanto de cientistas humanos do Brasil quanto de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo. O grande volume de reflexões historiográficas, sociológicas, políticas e econômicas realizadas até os dias atuais a respeito da revolução de 1930 e de seus líderes mostram a relevância do assunto.

Como já mencionei, não foram poucos os que estudaram o tema e igualmente não raros foram aqueles que tentaram atribuir a uma só pessoa as ações tomadas em um governo ou à personalidade de um indivíduo tais acontecimentos¹. A historiadora Aspásia Camargo identificou na personalidade de Getúlio Vargas o que ela chamou de “quatro dimensões complementares”: “conciliador, árbitro, caudilho e maquiavélico”. Contudo, essas faces de Vargas relacionadas com um estilo próprio de governar não retiram a “composição do carisma”².

Em suas análises a respeito de Getúlio Vargas, Robert Levine observou que o político brasileiro era um homem de natureza “calculista”, que semeava uma imagem de “um homem de família caseiro, mas também podia demonstrar sangue-frio e impiedade”³. No intuito de revelar a personalidade de Vargas, R. S. Rose o caracteriza como tendo sido um “carrasco sorridente” oriundo de um estado onde os “homens do poder”... “frequentemente se envolviam nos banhos de sangue”⁴.

A revolução de 1930, da qual Getúlio Vargas foi um dos personagens principais (daí ele ser estudado particularmente em relação ao movimento), foi considerada um marco histórico para alguns estudiosos do tema. Para Francisco Wefort, por exemplo, é a partir desse

¹ CAMARGO, Aspásia. “Carisma e personalidade política: Vargas da conciliação ao maquiavelismo” In D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. pag. 13.

² CAMARGO, Aspásia. “Carisma e personalidade política: Vargas da conciliação ao maquiavelismo” In D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. pag. 20.

³ LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pág. 13.

⁴ ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 19-21.

período que o Estado brasileiro passa a se organizar, ou seja, deixa de ser patrimonialista e oligárquico para se constituir numa instituição forte, centralizada, controladora do “funcionamento da sociedade em escala nacional”⁵.

Se para alguns cientistas sociais a revolução de 1930 que conduziu Getúlio Vargas, os tenentes e as oligarquias dissidentes de Washington Luís ao poder pode ser considerada como momento importante para construção de um Brasil moderno e urbano, para outros ela será tida como um momento de extremo autoritarismo. Paulo Sérgio Pinheiro, por exemplo, advoga a posição de Karl Loewenstein de que o governo provisório em si já seria uma ditadura. Por isso ele propõe que em uma nova periodização histórica, a Era Vargas não seja dividida entre governo provisório, governo constitucional e ditadura do Estado Novo, mas sim um governo constitucional entre dois governos autoritários. Para o autor, esse momento da história “tem sido tratado com enorme leniência por muitos historiadores”⁶.

A revolução da qual trataremos nessa dissertação está inserida em um contexto específico tanto nacional quanto internacional. A década que precede o movimento é marcada por conflitos políticos e sociais no Brasil e por uma crise econômica no exterior. Essa crise que se inicia com o final da Primeira Guerra Mundial se aprofunda, gerando a quebra da Bolsa de Nova Iorque.

O século XX começa com uma guerra de grandes proporções na Europa, como afirmara Eric Hobsbawm. Era um conflito de impérios, alguns agrários e outros industrializados. A Primeira Guerra Mundial deixou um rastro de destruição até então nunca visto antes. Por outro lado, como resultado da guerra e de problemas internos da Rússia, ocorreu uma revolução burguesa que derrubou a monarquia e oito meses depois uma revolução comunista que durante anos assombrou o Ocidente capitalista com medo de que os trabalhadores dos outros países do mundo pegassem em armas e seguissem o exemplo russo⁷.

Os anos de 1920 marcaram o início das dificuldades financeiras no cenário mundial, o que provocou a diminuição de capital no mercado internacional. No final da década, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, a situação econômica não só dos Estados Unidos, mas a de muitos países se agrava, pois com a crise houve uma diminuição no volume de negócios no

⁵ WEFORT, Francisco. “O nacionalismo, o populismo e o que restou do legado político e econômico de Vargas” In SZMRECSÁNYI, Tamás e GRANZIERA, Rui Guilherme (Orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2004.

⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1929-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 269-270.

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. pág. 1.

comércio exterior. Essa crise se instalou em vários países do mundo, sendo apontada como a responsável pela queda de governos liberais na América Latina e em outros continentes⁸.

A crise de 1929 fez com que os Estados Unidos procurassem se aproximar cada vez mais de seus vizinhos da América Latina. Nesse período iniciou-se uma maior busca pelos mercados dos países sul-americanos por parte de países como Alemanha, Inglaterra e os próprios Estados Unidos. Esse momento de avizinhamo protagonizado pelos estadunidenses resultou na Política da Boa Vizinhança de 1932, época em que o governo americano começa a substituir a intervenção militar aos países da região pela diplomacia. Essa medida tinha o objetivo de facilitar as relações políticas e comerciais com as nações das três Américas⁹.

Se no contexto mundial, os anos que se seguiram a Primeira Guerra Mundial foram difíceis, também no caso brasileiro não foi diferente. Embora o Brasil tivesse vivendo um processo de industrialização nos anos 1920¹⁰, o país ainda detinha a maior parte de sua população vivendo no campo e sua economia dependia do setor agrícola, tendo como principal produto de exportação uma commodity, o café. A dependência desse produto tornava o país vulnerável às instabilidades do mercado internacional.

A década de 1920 no Brasil foi marcada por instabilidades políticas e sociais. No campo político as insatisfações das oligarquias que ficavam às margens das decisões políticas no país se tornavam cada vez mais evidentes. Em busca de maior representatividade, elas se aliavam, formando blocos com o intuito de questionar a hegemonia das oligarquias paulistas em sua influência no poder executivo federal. O pacto federativo republicano privilegiava os estados com maior poder aquisitivo, enquanto que os outros eram relegados para segundo e terceiro planos. Embora afastados das decisões do governo federal, estados como a Bahia e o Rio Grande do Sul, por exemplo, se recusavam a serem coadjuvantes no processo político brasileiro¹¹.

Pode-se dizer que se no campo político havia instabilidades, no cenário social a situação do Brasil também não era muito diferente. A Primeira República, e, sobretudo, os

⁸ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XIX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 109-112.

⁹ GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: a influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977. pp. 35-39.

¹⁰ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1930. pp. 19-28.

¹¹ VISCARDI, Cláudia M. R. "Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro" In *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLII, p. 95-109, 2006; VISCARDI, Cláudia M. R. "O Federalismo Oligárquico Brasileiro: uma revisão da política do café com leite" In *Anuario Del Iehs*, Tandil - Argentina, v. 16, p. 73-90, 2001.

anos 1920, é marcada por agitações sociais. Durante esse período, os trabalhadores realizaram vários movimentos em busca de melhorias salariais e nas condições de trabalho. Contudo, não somente os trabalhadores organizaram-se e protestaram no primeiro período republicano brasileiro, os militares igualmente o fizeram. As revoltas militares no Brasil da década de 1920 deram origem a um grupo que ficou conhecido como tenentista. Em sua maioria, eram pessoas oriundas das elites empobrecidas do Norte do país. Alguns deles foram atraídos para o movimento em áreas urbanas como Rio de Janeiro e São Paulo.

O tenentismo aos poucos foi se consolidando como uma força política importante no Brasil e a partir daí passou a gozar do apoio das classes médias brasileiras. O movimento dos militares rebeldes, originários do Exército, tinha como princípios reformular o sistema político nacional, oferecer educação a população e adotar uma política nacionalista. Defendiam também a centralização do país, uma vez que consideravam ruim a fragmentação provocada pelo sistema federativo brasileiro. Esse grupo teve participação fundamental na revolução de outubro de 1930¹². É nesse contexto de turbulências internas e externas que se insere esse trabalho.

Essa dissertação tem por objetivo analisar as fontes diplomáticas estadunidenses entre o período referente a revolução de 1930 e a revolta constitucionalista de 1932. O estudo das fontes diplomáticas dos Estados Unidos não é algo novo, pois a ele se dedicaram Roberto Gambini, Paulo Sérgio Pinheiro, Consuelo Novais Sampaio, Luis Antonio Moniz Bandeira, dentre outros. Luis Antonio Moniz Bandeira, inclusive, já tratou sobre a forma como os diplomatas estadunidenses observavam as questões internas relacionadas ao governo brasileiro em *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Neste ele analisou os documentos produzidos pelos representantes do governo estadunidense no Brasil entre 1824 e 1990. Contudo, esta pesquisa traz algumas inovações ao abordar o tema que não foram tratados por Bandeira nem pelos outros autores que me precederam. Na documentação é possível observar os preconceitos de classe e raça dos autores dos relatórios, despachos e telegramas. Igualmente é verificado que não só os diplomatas, mas as elites estaduais brasileiras compartilhavam das mesmas intolerâncias. Os conflitos raciais e classistas afloram na documentação diplomática.

¹² GOMES, Ângela de Castro [et al.]. *O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)*. 9ª. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 714p.: il. – (História Geral da Civilização Brasileira, t. III, v. 10). pág. 72.

No primeiro capítulo, intitulado *Os Estados Unidos e uma revolução em curso no Brasil*, o embaixador e os cônsules revelam as tensões nos meses anteriores a revolução de 1930 e as apreensões e esperanças de que o governo do presidente Washington Luís pudesse superar as instabilidades políticas, dando posse ao seu sucessor, Júlio Prestes. Contudo, mesmo aguardando até o último momento um desfecho positivo para o governo brasileiro, os diplomatas estadunidenses vão percebendo que os revolucionários estavam conquistando cada vez mais território. Ao mesmo tempo em que os conflitos entre as forças governistas e opositoras ocorriam, em Salvador, um protesto de populares contra a subsidiária da Electric Bond and Share Company, que administrava os bondes, elevadores e planos inclinados da cidade, provocaram a indignação do cônsul Lawrence Briggs. O anti-americanismo demonstrado pelos soteropolitanos causa temor aos estadunidenses.

Os acontecimentos na Bahia e em outras partes do Brasil durante a revolução levavam os diplomatas a se questionarem se o novo governo teria capacidade de garantir a governabilidade e a democracia liberal. Com referência a isso, os estadunidenses pensavam que o que estava em jogo não era somente a estabilidade governamental no Brasil, mas também a habilidade dos novos governantes para resistir a novas instabilidades políticas e investidas comunistas contra o governo.

Ainda preocupados com a governabilidade, os diplomatas dos Estados Unidos passaram a discutir quais seriam as possibilidades do governo Vargas ter sucesso em sua política de estabilização governamental e o que eles pensavam que deveria ser melhor para o país. Durante o segundo capítulo, ao qual denominei de *O novo governo e seus desafios*, pude analisar nos relatórios dos estadunidenses as disputas entre as elites e as camadas populares da população brasileira. Também foi possível perceber a forma preconceituosa como os representantes do governo dos Estados Unidos no Brasil comentavam sobre trabalhadores, pobres e negros.

Entre análises e preconceitos, os diplomatas defendiam a melhoria do sistema educacional como forma de impedir que os “ingênuos” trabalhadores fossem seduzidos pelos comunistas. A educação não seria só uma forma de proteger os trabalhadores, mas também de civilizar um povo, que devido à mistura entre raças teria se constituído em uma raça de bárbaros nos trópicos. Ainda segundo, a diplomacia estadunidense, esses incivilizados brasileiros estavam alheios à política e às administrações públicas. Por isso mesmo, nenhuma reforma eleitoral poderia ser feita sem antes promover a educação da população, que se constituía em mais de 70% de analfabetos. Vistos dessa forma, toda a manifestação

promovida pelas classes populares do Brasil eram tidas como ameaça ao novo governo. Os estadunidenses defendiam medidas que dessem estabilidade ao governo, e por isso, alguns deles apoiavam os interventores da Bahia e advogavam a manutenção do governo provisório.

No terceiro capítulo, analisamos como os estadunidenses observaram a elevação das tensões entre o governo Vargas e os oposicionistas. Também discuto sobre a aproximação ou o distanciamento entre os interventores e os diplomatas dos Estados Unidos. As instabilidades se agudizavam e os interventores passavam a ser questionados em Pernambuco, São Paulo e Paraná. Diante do agravamento da situação política no Brasil e com uma interferência cada vez maior dos tenentes nas interventorias, Charles R. Cameron passou a advogar o processo eleitoral como forma de dar legitimidade aos governos. Cameron, inclusive, coloca-se ao lado dos revoltosos de São Paulo, durante a Revolta Constitucionalista.

2. OS EUA E UMA REVOLUÇÃO EM CURSO NO BRASIL

Apresentação

O ano de 1930 marca o início de um período importante na história brasileira, no qual Getúlio Vargas e seus aliados ascenderam ao Palácio do Catete e implementaram uma série de mudanças na forma de fazer política no Brasil. Contudo, esse grupo que chega ao poder através da revolução de 1930 é composto por uma aliança heterogênea e instável, que tinha nas oligarquias dissidentes do governo Washington Luís e nos tenentes as principais forças do movimento revolucionário¹³. Os revolucionários não possuíam um pacote pronto de medidas para mudar a forma de fazer política e isso alimentava a incerteza e o medo da força dos oponentes e de sua possível volta. Foi para dar equilíbrio ao governo que Getúlio Vargas buscou apoio entre as elites do Norte, que não tinham importância política durante a Primeira República. Os estados do Norte, interessados em recuperar o prestígio perdido no primeiro terço do século XX, deram o suporte que Vargas necessitava para equilibrar as forças no novo governo¹⁴. Por isso, os diplomatas estadunidenses observaram atentamente aos acontecimentos ocorridos no seu aliado latino-americano ao Sul do Trópico de Câncer. Em relação a isso nos perguntamos quais as opiniões das autoridades estadunidenses referentes aos políticos brasileiros? Como eles viram o desenrolar dos fatos políticos no país? O que eles pensavam que poderia ser feito pelos governantes brasileiros para manter-se no poder? Como os estadunidenses enxergaram as greves e as manifestações dos trabalhadores no Brasil durante e após a revolução de outubro? São essas e outras perguntas que tentaremos responder ao longo deste capítulo.

O período eleitoral brasileiro

As eleições presidenciais de março de 1930 se aproximam e as oligarquias de São Paulo, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco se organizam em torno dos seus candidatos. Representando a continuidade do governo Washington Luís, do Partido

¹³ GOMES, Ângela de Castro [et al.]. *O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)*. 9ª. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 714p.: il. – (História Geral da Civilização Brasileira, t. III, v. 10). pp. 32-35.

¹⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político” in GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al.]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. pp. 341-345.

Republicano Paulista, no poder desde 1926, estavam Júlio Prestes, candidato paulista, e Vital Soares, político baiano. A candidatura Prestes-Soares à Presidência da República para as eleições de março de 1930 tinha também o apoio de diversos setores da indústria paulista¹⁵.

No palanque eleitoral oposicionista estavam os Partidos Republicanos Mineiro, do Rio Grande do Sul, o Pernambucano e o Paraibano. Estes partidos foram apoiados pelo Partido Democrático de São Paulo (PD), que representava os interesses da classe média paulista (profissionais liberais, funcionários públicos) mas também de ruralistas descontentes com o governo do presidente Washington Luís. Ainda segundo Fausto, o PD que defendia posturas antiindustrialistas do governo Washington Luís continuou a advogar tais posições durante e após a Revolução de Outubro¹⁶. Essas forças se reuniram para formar a Aliança Liberal em finais de julho de 1929, pouco depois de Washington Luís anunciar seu candidato paulista à sucessão da Presidência. A aliança era composta por lideranças como Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, Maurício Cardoso, Getúlio Vargas e João Pessoa, sendo estes dois últimos candidatos a presidente e vice-presidente¹⁷. Consoante Levine, os aliancistas tinham como plataforma de governo o nacionalismo liberal e democrático¹⁸.

Nesse mesmo ano de sucessão presidencial, a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 24 de outubro de 1929, foi o estopim de uma crise econômica mundial. No Brasil, esta crise pôde ser sentida logo em outubro mesmo. Os preços do café, *commodity* da qual a sua economia era dependente da exportação para equilibrar as contas, desabaram. Em meio à depressão, a disputa eleitoral à presidência ganhava contornos tensos, até mesmo violentos. No final de dezembro desse ano, o deputado Souza Filho¹⁹ é assassinado no Rio e em 7 de fevereiro de 1930, algumas pessoas foram mortas e outras feridas em distúrbios de rua na cidade de Montes Claros, norte do estado de Minas Gerais, quando o vice-presidente da República e candidato ao governo estadual mineiro, Mello Viana discursava. Mais ao norte, uma guerra

¹⁵FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1930. pág. 29.

¹⁶ Idem. pág. 33.

¹⁷ Idem. pp. 29-41.

¹⁸ LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pág. 72.

¹⁹ Manuel Francisco de Sousa Filho, deputado federal por Pernambuco, assassinado em 26 de dezembro de 1929, na Câmara dos Deputados após um dos vários comícios realizados pelos aliancistas nas escadarias do Palácio Tiradentes, sede da Câmara. Ele entrou em conflito com os deputados da Aliança Liberal pelo Rio Grande do Sul, Ildefonso Simões Lopes e Luís Simões Lopes, pai e filho respectivamente. Após perceber que Sousa Filho estava portando um punhal e que na briga com seu filho o deputado pernambucano poderia usá-lo, Ildefonso o alvejou com dois tiros. Sousa Filho morreu no local. http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2994_1.asp

civil, consoante Robert Levine, toma conta da Paraíba. Nesses atritos, o presidente Washington Luís dá suporte a grupos políticos anti-varguistas no estado do Norte brasileiro e em Minas Gerais²⁰. Sobre a questão, o embaixador estadunidense Edwin Morgan transmite a seguinte mensagem ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos:

“Quatro ou cinco mortos e cerca de catorze feridos resultaram do tumulto. O vice-presidente, cujos ferimentos não são sérios, chegou a Belo Horizonte. Não está ainda apurado se o incidente resultou do uso negligente de armas de fogo pelos partidários políticos agitados ou foi parte de um abrangente complô para destruir os oponentes políticos arquitetado pelos membros da Aliança Liberal. A hipótese anterior é a mais plausível. O incidente, assim como o assassinato de Souza Filho (...), indica o intenso sentimento político que caracteriza a atual campanha presidencial, mas o presidente Washington Luís parece ter a situação bem na mão”²¹.

Edwin Morgan demonstrava estar preocupado com os acontecimentos no Brasil. Para o embaixador, a situação parecia estar tão exaltada que ele acreditava que o incidente em Minas Gerais era fruto de negligência dos apoiadores do governo federal no estado. Nesse momento, ele parecia não pensar que os aliancistas pudessem arquitetar um complô contra as forças governistas. Apreensivo com o clima de animosidade presente na campanha presidencial o Chefe da Missão Naval para o Brasil, Noble E. Irwin, em 3 de março de 1930, orienta o Oficial Comandante do U.S.S. Salt Lake City para não permitir a saída noturna de fuzileiros navais, por causa da eleição de primeiro de março que teria “resultado em uma situação política que pode causar distúrbios”. Diante das agitações que estavam ocorrendo no Brasil, como a diplomacia estadunidense enxergava a situação do governo brasileiro? Charles Roy Nasmith, cônsul em Porto Alegre, em 15 de agosto, julgava que o governo federal teria “sérios problemas” caso não resolvesse a questão política na Paraíba de forma diplomática.

²⁰ LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pág. 41.

²¹ “Four or five deaths and some fourteen wounded resulted from the fracas. The Vice President, whose injuries are not serious, has arrived at Bello Horizonte. It is not yet ascertained whether the incident resulted from the careless use of firearms by excited political partisans or was part of comprehensive plot to destroy their political opponents engineered by members of the Liberal Alliance. The former hypothesis is the more plausible. This incident, as well as the murder of Souza Filho reported in Embassy’s telegram No 61, of December 27, 10 A.M., indicates the intense political feeling which characterizes the present presidential campaign, but President Washington Luis appears to have the situation well in hand”. Telegram sent to State Department, February 8, 1930.

Em acréscimo, muitas outras comunicações da Missão Diplomática estadunidense no Brasil reiteravam tais preocupações.

A situação eleitoral no Brasil é vista com mais preocupação pelos diplomatas estadunidenses quando questionam a data da chegada de navios de guerra de seu país ao Brasil, para treinamentos militares. Ela parece justificar a consulta dos estadunidenses sobre a questão ao governo Brasileiro, conforme pode ser percebido nos trechos a seguir, referentes à viagem da do U.S.S. Salt Lake City ao Brasil:

“Telegrama impresso relata viagem teste do U.S.S. Salt Lake City às águas brasileiras. Ao preparar o itinerário, é desejável que o Ministério da Marinha se lembre que uma eleição presidencial ocorrerá em todo o Brasil no próximo 1º de março.

Não seria preferível, portanto, que o primeiro porto brasileiro devesse ser alcançado depois dessa data?”²²

Chega o esperado escrutínio de 1º de março de 1930 no Brasil. Após a apuração, a chapa formada por Prestes-Soares é declarada vencedora com uma diferença de 300 mil votos sobre os adversários Vargas-Pessoa²³. Passadas as eleições, o U.S.S. Salt Lake City singra até os portos brasileiros, onde iniciaria treinamentos com militares brasileiros, chegando em quatro de março.

Após as eleições de março

Depois da viagem ao Rio de Janeiro, os navios estadunidenses chegaram à Bahia, para uma estadia de quatro dias, entre 17 e 21 de março de 1930. A esperar pelos marinheiros para recepcioná-los estava Paul McKee, representante da Electric Bond and Share Company, firma concessionária de serviços públicos (transporte e energia), em Salvador. Quis o Ministério da Marinha dos Estados Unidos que a empresa estadunidense, a maior companhia daquele país em Salvador, organizasse a recepção para entreter os marinheiros²⁴. Após a recepção, o navio

²² “Press telegrams report trial cruise of U. S. S. SALT LAKE CITY to Brazilian waters. In preparing the itinerary it is desirable that the Navy Department should remember that a presidential election will occur throughout Brazil on March 1 next.

Would it not be preferable, therefore, that the first Brazilian port should be reached subsequent to that date?” Telegram sent to State Department January 15, 1930.

²³ LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pág. 41.

²⁴ Telegram sent to State Department March 10, 1930.

estadunidense retorna aos EUA. E as relações entre os governos estadunidense e brasileiro seguem “aquecidas”.

Posteriormente à vitória eleitoral, Júlio Prestes foi convidado para passar alguns dias em Nova Iorque e em Washington. O embaixador Morgan preparava a viagem do presidente recém-eleito e informava em caráter estritamente restrito que ele teria sua vitória eleitoral reconhecida pelo Congresso brasileiro no mês de maio:

“O reconhecimento do Dr. Julio Prestes como presidente eleito do Brasil é esperado para ocorrer em meados de maio, em reunião do Congresso na terceira semana daquele mês.

Como o Ministério já foi informado pelo Embaixador brasileiro, o Dr. Julio Prestes propôs partir para Nova Iorque por volta do fim de maio em uma embarcação do Lloyd Brasileiro para retribuir em caráter oficial como presidente-eleito a visita ao Brasil do presidente Hoover. A chegada dele deve ser prevista para algo próximo a meados de junho, quando prosseguirá imediatamente a Washington, depois do que ele irá permanecer umas duas semanas ou mais em viagem nos Estados Unidos”²⁵.

O governo estadunidense parecia comemorar a eleição de Júlio Prestes para Presidência da República no Brasil. Mas por que os estadunidenses manifestavam tanta satisfação com o resultado eleitoral alcançado por Júlio Prestes? A eleição de um presidente aliado de Washington Luís, poderia significar na prática que os EUA não teriam muito com o que se preocupar em relação ao Brasil. Poderia significar também que o governo pudesse transcorrer sem mudanças abruptas, sem revoluções que pudessem ter resultados imprevisíveis²⁶. Igualmente, comemorar era uma forma de mostrar o apoio dos dirigentes estadunidenses ao novo presidente de um país aliado na América Latina. Nesse sentido, a Casa Branca passa a organizar a recepção de Júlio Prestes nos EUA e Henry Stimson, ministro das Relações Exteriores Estadunidense, pede ao Embaixador estadunidense no Brasil para expressar o seguinte desejo do seu governo com relação à visita do presidente eleito brasileiro:

²⁵ “The recognition of Dr. Julio Prestes as President-elect of Brazil is expected to occur by the middle of May, Congress meeting on the 3rd of that month.

As the Department has already been informed by the Brazilian Ambassador, Dr. Prestes proposes to leave for New York about the end of May on a vessel of the Lloyd Brasileiro Line to return in his official character as President-elect the visit to Brazil of President Hoover. His arrival should be looked for about the middle of June, when he will proceed immediately to Washington, after which he will spend a fortnight or more in traveling in the United States”. Telegram sent to State Department, Washington, April 26, 1930.

²⁶ BANDEIRA, Luiz Antônio Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pág. 313.

“As facilidades para receber um visitante distinto em um estilo tocante são obviamente muito melhores em Nova Iorque do que poderiam possivelmente ser em Hampton Roads. (...) O Ministério também deseja que você informe ao Governo brasileiro que seria mais adequado para este Governo ter os cruzadores brasileiros que acompanharão o Presidente eleito a retribuir uma visita oficial a este país e que todas as cortesias apropriadas serão estendidas a eles”²⁷.

O presidente Herbert Hoover, diferentemente de seu anterior colega Theodore Roosevelt, conhecido por suas ações belicosas no mundo, tentava estreitar laços com o Brasil através de cortesias diplomáticas ao presidente recém-eleito Júlio Prestes, ou de telegramas, nos quais demonstrava sua afetuosidade ao governante em exercício do país, Washington Luís. Em dois de seus telegramas, um datado de 13 de março e o outro de 26 de setembro ele chama seu congênere brasileiro de “grande e bom amigo” e congratula-o pelo estabelecimento do Serviço de Correspondência Aérea entre ambos os países. Segundo Hoover, esse serviço iria dinamizar as comunicações entre as duas “repúblicas irmãs da América”. Ele termina a mensagem fazendo votos do “melhor desejo [dele] para o seu bem-estar e para a prosperidade continuada da grande República sobre vossa presidência”. Na comunicação de 26 de setembro, Hoover nomeia Edwin V. Morgan como representante do governo estadunidense para a cerimônia de posse do presidente recém-eleito Júlio Prestes.

Como anunciara, o embaixador Morgan informa ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, em 23 de maio de 1930, que Júlio Prestes teve sua vitória reconhecida no dia anterior pelo Congresso Nacional. No telegrama também consta o placar da votação no parlamento, 192 a 18, além da notícia de que muitos deputados e senadores não haviam comparecido. O relato não deixa claro, mas, possivelmente, esses deputados e senadores ausentes tenham sido partidários do candidato perdedor, Getúlio Vargas. Após a confirmação da vitória eleitoral, Júlio Prestes embarca para os Estados Unidos, onde chega no princípio de junho. A viagem parece ter tido boa repercussão entre as elites brasileiras, pois em telegrama de 14 de junho, o embaixador Edwin V. Morgan informa aos seus superiores

²⁷ The facilities for receiving a distinguished visitor in an impressive manner are obviously much better in New York than they could possibly be at Hampton Roads.

(...)

The Department also desires you to inform the Brazilian Government that it would be most agreeable to this Government to have the Brazilian cruisers which will accompany the President-elect pay an official visit to this country and that all appropriate courtesies will be extended to them”. Telegram received from State Department May 17, 1930.

em Washington, os conteúdos dos artigos publicados pelo *Jornal do Brasil* e pelo *Correio Paulistano*. Os artigos relatavam o seguinte:

“A imprensa brasileira comenta essa manhã sobre a visita do Presidente eleito: JORNAL DO BRASIL – O povo dos Estados Unidos recebeu Dr. Prestes com expressões vigorosas e cativantes. Desde nossa independência os Estados Unidos não têm cessado de prover sua mais convincentemente cordialidade. A lei pública e a civilização estadunidense deveriam ser os modelos para nossas instituições políticas e lei pública.

CORREIO PAULISTANO, São Paulo – A amizade estadunidense-brasileira não repousa somente sobre as exigências políticas e interesses econômicos, mas na similaridade de problemas que ambos têm sido rogados a enfrentar”²⁸.

Se os dirigentes estadunidenses tinham a intenção de demonstrar aos brasileiros que a recepção comemorativa ao presidente brasileiro decorrida do fato de ele ter sido eleito era sinônimo do seu apoio ao novo Chefe de Estado do Brasil, então podemos dizer que eles conseguiram, em parte, realizar os seus objetivos. A “mais convincente cordialidade” estadunidense foi assunto em jornais brasileiros. Será que com o amparo estadunidense, Herbert Hoover e seus subordinados tinham o propósito de acalmar os ânimos no Brasil? É provável que sim. Por outro lado, as matérias não só fazem elogios às instituições políticas estadunidenses como deixam transparecer que os Estados Unidos estão na vanguarda democrática em relação ao Brasil. Ou seja, nos são superiores, são uma civilização. Mas quais eram os problemas similares que Brasil e Estados Unidos eram rogados a enfrentar? Embora o *Correio Paulistano* não os tenha indicado, o cônsul dos EUA em Recife F. van den Arend, mostra, como veremos, preocupações com uma realidade nacional que parecia ser, em alguma medida, similar à do seu país. A quebra da Bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929, provocara uma crise econômica mundial sem precedentes no sistema capitalista. As empresas faliam e uma imensa mão-de-obra desempregada vagava pelas ruas à procura de emprego. A “Era da Catástrofe”, como qualifica Hobsbawm, provocou incertezas não só por causa das

²⁸ “Brazilian press comments this morning on President-elect’s visit:

JORNAL DO BRASIL – The people of the United States have received dr. Prestes with lively and captivating expressions of cordiality. Since our independence the United States has not ceased to prove its cordiality most convincingly. North American civilization and public law should be the model for our political institutions and public law.

CORREIO PAULISTANO, São Paulo – American-Brazilian friendship does not rest only on political exigencies and economic interests but on the similarity of problems which both have been called upon to face”. Telegram sent to State Department June 14, 10 A.M.

guerras, mas também devido à *débâcle* da Bolsa de Nova Iorque²⁹. Assim como nos Estados Unidos, a grave conjuntura econômica fez muitos trabalhadores brasileiros ficarem desempregados tanto na região Sudeste, onde se concentravam a maior parte das indústrias brasileiras, como no Norte do Brasil. Nessa região do país, segundo F. van den Arend:

“as condições locais não são inteiramente desfavoráveis à disseminação de doutrinas comunistas. Os salários são excessivamente baixos, particularmente nos distritos agrícolas. O padrão de vida é baixo e as condições de moradia são ruins. A maioria dos trabalhadores é de analfabetos, ingênuos e facilmente influenciados, especialmente durante tempos difíceis. A seca e a depressão comercial têm, por enquanto, aumentado a miséria das classes trabalhadoras. Em algumas partes da região, notavelmente em seções da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, a seca tem ocasionado séria pobreza³⁰”.

No Norte do Brasil, miséria, fome, seca e analfabetismo se conjugavam para formar um quadro social que F. van den Arend consideraria preocupante. Na visão do cônsul, esse fator social seria preponderante para a formação de grupos sob orientação dos comunistas. As greves e os protestos dos trabalhadores em Recife tinham feito as empresas estadunidenses “demitirem os empregados que fossem surpreendidos disseminando insatisfação entre os operários e tentando organizar greves”³¹. A situação em São Paulo, segundo o cônsul Charles R. Cameron não figurava-se tão diferente daquela vivida pelos trabalhadores na região Norte do país, pelo menos é o que ele revela em telegrama de 14 de novembro de 1930, enviado ao embaixador Edwin V. Morgan:

“Metade dos 150.000 trabalhadores regulares de São Paulo está desempregada por causa das fábricas fechadas, os remanescentes estão em vagas reduzidas e por curto período. Todos os trabalhadores permanecem sujeitos à ativa propaganda comunista; cerca de 9.000 já demitidos em greve, demandando

²⁹ Sobre os reveses da Esquerda mundial durante a década de 1930, ver: HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XIX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 108.

³⁰ “...local conditions are not entirely unfavorable to the spread of communist doctrines. Wages are exceedingly low, particularly in the agricultural districts. The standard of living is low and housing conditions are bad. The majority of laborers are illiterate, credulous, and easily influenced, especially during hard times. Drought and business depression have, for the time being, added to the hardships of the laboring classes. In some parts of the district, notably in sections of Parahyba, Rio Grande do Norte, and Ceará, the drought has even occasioned serious deprivation”. Relatório do Cônsul F. van den Arend enviado à Embaixada dos EUA em 10 de dezembro de 1930.

³¹ Political Report (Confidential), December, 10, 1930.

aumento das vagas; mais prováveis greves; alguns rumores de greve geral. Muitos famintos na cidade, cozinhas públicas sendo abertas³²”.

Charles R. Cameron, em São Paulo, assim como o seu compatriota F. van den Arend em Recife, mostrava-se tão preocupado com as consequências que a Depressão de 1929 estava provocando na economia do Brasil, deixando os trabalhadores ingênuos a mercê das propagandas dos comunistas. Partindo desse ponto de vista, a melhor forma de impedir a proliferação das ideias comunistas no Brasil seria recuperar a economia, diminuir a pobreza e investir na alfabetização dos trabalhadores.

João Pessoa, um mártir da Revolução de 1930 no Brasil?

Eleito em 1928 para a presidência da Paraíba em campanha contra João Suassuna, João Pessoa implementou uma política de recuperação fiscal e financeira que transformou um estado deficitário em superavitário. A habilidade administrativa fez do político paraibano, que era sobrinho do ex-presidente da República Epitácio Pessoa e de uma família influente no Rio de Janeiro e vários estados do Norte, muito popular entre as camadas médias e baixas da população da Paraíba e de outros territórios da Federação. Contudo, consoante F. van den Arend, João Pessoa conseguiu muitos inimigos entre os políticos nortistas. Costumava não apoiar políticos nos quais ele não confiava. Foi o que aconteceu com João Suassuna, ex-presidente do estado, e José Gaudêncio, candidato a senador, quando requisitaram o apoio de Pessoa para o Legislativo Federal. Outro fator que teria motivado a rejeição das elites políticas da Paraíba foi a reforma fiscal e os ajustes na administração pública paraibana, que contrariaram muitos interesses locais. Sobre o assunto, o cônsul dos Estados Unidos em Pernambuco diz: “João Pessoa deveria ter provocado a hostilidade de antigos funcionários públicos demitidos por causa de irregularidades, de sonegadores de impostos autuados, e de outros cujas sinecuras ele aboliu a fim de melhorar a administração do governo estadual”³³.

³² “Half of São Paulo’s normal 150,000 workers are idle through closed factories, remainder on short-time and reduced wages. All workers being subject to active communist propaganda; about 9,000 already out on strike, demanding increased wages; more strikes probable; some rumors of general strike. Many hungry in city, soup kitchens being opened”. Telegram sent to American Embassy November 14, 1930.

³³ “... João Pessoa should have incurred the enmity of former office holders discharged on account of irregularities, of tax dodgers brought to book, and of others whose sinecures he abolished in order to improve the administration of the state government was natural and unavoidable”. João Pessoa’s administration in Parahyba. Political Report, Pernambuco, Brazil. September, 10, 1930.

“A Paraíba é o menos importante dos estados que apoiaram os candidatos da Aliança Liberal, e tem estado em uma condição de desordem social e política anterior e após a eleição”³⁴. O estado menos importante entre os aliancistas, conforme Morgan, tinha feito uma reforma administrativa e recuperado não só as finanças, mas também a credibilidade entre a população. O embaixador estadunidense parecia indicar que o caminho trilhado por Pessoa na Paraíba, recuperando as finanças estaduais e a confiança do seu povo, poderia ser uma saída para evitar descontentamentos e revoltas no país. Os reflexos dos resultados auferidos por Pessoa em seu próprio território atravessaram as fronteiras rumo aos estados vizinhos.

Consoante F. van den Arend, o povo estava dividido entre analfabetos, que seria a maioria da população, e pessoas educadas, os quais comporiam a menor parte do contingente populacional. Os primeiros não teriam “interesses inteligentes na política” e os últimos seriam “indiferentes à política”³⁵. Contudo, o apoio popular à administração de João Pessoa, composto de pessoas das classes baixas e médias tanto da população paraibana quanto da pernambucana mostra que o povo não estava tão alheio à política como supunha preconceituosamente a diplomacia estadunidense. O próprio relato de Arend, datado de 9 de dezembro de 1930 contradiz a informação passada à Embaixada em setembro daquele ano, quando ele se refere à população de Pernambuco. Nele, Arend diz:

“Essas pessoas aprovaram completamente o rebaixamento dos chefes políticos na Paraíba de João Pessoa, e esperavam, na seqüência, ver os políticos locais imersos em uma onda similar de reformas. Quando o governo nacional e estadual começaram a opor-se a João Pessoa mais ou menos abertamente e estimularam a Revolta de Princesa (...) ambos tornaram-se intensamente impopulares com essas classes da povo de Pernambuco”³⁶.

Além de apoiar João Pessoa, parte da população nortista demonstrou-se contrária à revolta na cidade de Princesa, interior da Paraíba, distúrbio que ocorreu no sertão paraibano

³⁴ “Parahyba is the least important of the states which supported the candidates of the Liberal Alliance, and has been in a condition of political and social disorder previous and subsequent to the election”. Despatch N° 3394, Rio de Janeiro, August 6, 1930.

³⁵ Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

³⁶ “These people thoroughly enjoyed the discomfiture of the political bosses in Parahyba under João Pessoa, and hoped eventually to see local politicians engulfed in a similar wave of reform. When the state and national governments began to oppose João Pessoa more or less openly and encouraged the revolt at Princeza (see report of September 10, 1930, file N°. 800) both became intensely unpopular with these classes of the Pernambuco public”. The political situation in Pernambuco after the October Revolution. Political report, American Consulate, Pernambuco, Brazil. December 9, 1930.

devido ao apoio de Pessoa à Aliança Liberal³⁷. Os aliados de Washington Luís, consoante Morgan, embaixador estadunidense, opuseram “forte resistência às tropas estaduais, que são controladas pelo presidente João Pessoa”³⁸. Arend, cônsul em Pernambuco, acreditava que a verdadeira intenção dos adversários de Pessoa era trabalhar no sentido de “conseguir uma posição onde ao menos fossem capazes de fazer uma barganha favorável assim que a iminência da posse do novo presidente do Brasil sugerisse a ocasião apropriada para um acordo”³⁹. Ou seja, demarcar território era uma forma dos políticos paraibanos ficarem em evidência para obterem vantagens políticas do novo presidente da República após sua posse em 15 de novembro. Mas qual era o sentido de tanta preocupação do cônsul no distrito consular de Pernambuco e do embaixador com a situação política na Paraíba? Essa inquietação estadunidense parecia sempre girar em torno da estabilidade governamental.

Para Arend, “além de derrotar João Pessoa em Princesa, seus oponentes lograram interferir efetivamente na política estadual”, tentando superar a sua insignificância no estado. Ele informou para o embaixador que os políticos paraibanos não estavam interessados na eleição presidencial, pois acreditavam “que a Paraíba iria contrariada para a chapa Vargas-Pessoa”⁴⁰. Na concepção do estadunidense, os outros estados da federação que não participavam da chapa aliancista também não estavam bem à vontade na coligação situacionista. A contra-ofensiva dos opositores de João Pessoa:

“ao amealhar os assentos vazios da delegação do estado para a legislatura nacional, que ele lhes tinha negado. Quando o resultado da eleição foi anunciado pelos juizes eleitorais (que, ocasionalmente, são nomeados pela administração federal), parecia que um eleitorado que tinha votado na chapa nacional liberal por uma larga margem, tinha, contudo, derrotado os candidatos liberais do seu estado para a legislatura nacional”⁴¹.

³⁷ Sobre esse assunto, ver: RODRIGUES, Inês C., *Revolta de Princesa*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, Inês C., *A Gangorra do Poder (Paraíba, 1889-1930)*. João Pessoa, Editora Universitária - A União Editora, 1989.

³⁸ “a stout resistance to State troops which are controlled by President João Pessoa...” Despatch N° 3359, Rio de Janeiro, June 3, 1930.

³⁹ “... were accordingly jockeying themselves into a position where they would at least be able to make a favorable bargain as soon as the impending inauguration of the new presidente of Brazil offered the appropriate occasion for a settlement”. João Pessoa’s administration in Parahyba. Political Report, Pernambuco, Brazil. September, 10, 1930.

⁴⁰ Political Report, Pernambuco, Brazil. September, 10, 1930.

⁴¹ “...to capture the vacant places in the state’s delegation to the national legislature, which he had denied them. When the election returns were announced by the election judges (who, incidentally, are federal appointees) it appeared that an electorate which had voted the Liberal national ticket by a very large margin, had nevertheless defeated the state’s Liberal candidates for the national legislature”. Political Report, Pernambuco, Brazil. September, 10, 1930.

A manobra política feita pelos adversários de Pessoa provocou a indignação e os protestos dele e de seus aliados. Essa medida, segundo Arend, “diminuiu ainda mais quaisquer pequenas influências que o governo estadual paraibano pudesse ter exercido no Rio de Janeiro justamente no instante crucial em que o governo federal estava considerando intervenção armada na Paraíba”⁴².

A estratégia dos opositores de Pessoa era desmoralizá-lo nacionalmente para obter vantagens políticas. Para isso tiveram a ajuda dos governos federal e estadual de Pernambuco. Conforme Arend, o governo pernambucano permitiu que os rebeldes paraibanos conseguissem armas para combater as tropas de Pessoa. Esse armamento poderia ter sido controlado pelos órgãos federais, mas conforme Arend, Washington Luís nada fez para impedir o tráfico de armas na região. Em sua opinião, algumas delas teriam vindo dos “arsenais federais – passando por Pernambuco”⁴³. Por outro lado,

“o governo federal impediu que João Pessoa importasse armas e equipamentos para a polícia estadual dele na Paraíba. Sequer tomou a precaução de enviar um navio da guarda aduaneira à Paraíba para prevenir as armas ilegais no estado. Além disto, as forças armadas federais nos estados vizinhos foram reforçadas e estacionadas em pontos próximos à fronteira paraibana”⁴⁴.

A atitude do governo federal deve ter deixado João Pessoa sem muita margem de manobra para sufocar o movimento rebelde em Princesa⁴⁵. Mas sua hesitação em intervir no território paraibano, segundo Arend, teria sido por causa do fato de Pessoa ser aliado dos dissidentes de Minas e do Rio Grande do Sul. Contudo, mesmo tendo a chance de fazê-la, pois os aliancistas já teriam aceitado o resultado eleitoral, Washington Luís deixou o governo paraibano resolver sozinho a situação. Seria essa uma forma do presidente agir em represália contra a participação de Pessoa na chapa oposicionista à Presidência da República? Para Arend, a ausência de intervenção federal na Paraíba teria como motivo o receio da reação dos

⁴² “...diminished what little influence the Parahyban state government might have exercised in Rio de Janeiro just at the crucial time when the federal government was contemplating armed intervention in Parahyba”. João Pessoa’s administration in Parahyba. Political Report, Pernambuco, Brazil. September, 10, 1930.

⁴³ “... federal armories – through Pernambuco...” João Pessoa’s administration in Parahyba. Political Report, Pernambuco, Brazil. September, 10, 1930.

⁴⁴ “... the federal government refused to let João Pessoa import arms and equipment into Parahyba for his state police. It even took the precaution of sending a revenue cutter to Parahyba to prevent the smuggling of arms into state. Moreover, federal army forces in neighboring states were augmented and stationed at points convenient to the Parahyban boarder”. João Pessoa’s administration in Parahyba. Political Report, Pernambuco, Brazil. September, 10, 1930.

⁴⁵ João Pessoa’s administration in Parahyba. Political Report, Pernambuco, Brazil. September, 10, 1930.

aliancistas e também a cultura política brasileira, como pode ser constatado no trecho seguinte:

“Em sua recente mensagem anual ao Congresso, o presidente Washington Luís considerou a condição dos acontecimentos na Paraíba e sugeriu a intervenção federal dizendo, entretanto, que ele não a recomendaria, a menos que o Congresso Nacional aprovasse. O Governo Federal brasileiro, em contraste com o da Argentina, raramente exercita o seu direito de intervir em um estado com o objetivo de estabelecer a ordem pública e, seguro de ser seguido, acredita que no momento atual tal ação em relação à Paraíba poderia acentuar a oposição à administração vindoura, que continua forte em Minas, Paraíba e por uma certa extensão, no Rio Grande do Sul”⁴⁶.

Não exercer o direito de intervir nos estados para manter a estabilidade governamental, a ordem pública, era uma atitude de que os argentinos não prescindiam, como dissera Arend. O cônsul dava a entender aos seus superiores que as atitudes do governo brasileiro de não reagir às situações que colocassem em risco a governabilidade poderia voltar-se contra ele mesmo, pois as forças opositoras poderiam se aproveitar da situação de instabilidade política e assumir o poder.

O conflito na Paraíba acabaria somando mais um ingrediente de tensão na política brasileira, o assassinato do governador paraibano em 26 de julho de 1930, no Café Glória, na cidade de Recife. Este homicídio mostraria que a situação poderia ser bem pior para os aliados de Washington Luís e Júlio Prestes; Apesar disso, no curto prazo, para “muitos políticos da velha escola” foi um alívio a notícia “que João Pessoa foi executado”. “Ele era essencialmente um reformador, uma fonte de aborrecimento”, explicou o diplomata⁴⁷.

As primeiras ações dos simpatizantes ou parentes de João Pessoa demonstravam que a temperatura estava em elevação na política brasileira. Após dois dias da morte do governador paraibano, F. van den Arend informa que “toda a família do assassino foi morta na Paraíba. Diz-se que os lares e casas comerciais dos oponentes do proeminente Governador morto vêm

⁴⁶ “In his recent annual message to Congress President Washington Luís considered the condition of affairs in Parahyba and suggest Federal intervention saying, however, that he would not recommend it unless the Federal Congress approved. The Brazilian Federal Government, unlike that of Argentina, seldom exercises its right to intervene in a state for the purpose of establishing public order and certain of its supporters believe that at the present time such action with respect to Parahyba might accentuate the opposition to the incoming administration, which continues strong in Minas, Parahyba and, to a certain extent, in Rio Grande do Sul”. Despatch N° 3359, Rio de Janeiro, June 3, 1930.

⁴⁷ “Undoubtedly many politicians of the old school will have been relieved to find João Pessoa eliminated. He was essentially a reformer, a thorn in their flash and irritating person to have in politics”. João Pessoa’s administration in Parahyba. Political Report, Pernambuco, Brazil. September, 10, 1930.

sendo incendiados em várias partes do Estado”⁴⁸. João Pessoa, segundo Arend, seria membro de uma família “numerosa, rica e violenta”, “poderosa em Pernambuco e em estados vizinhos”⁴⁹. Os efeitos do assassinato do governador paraibano poderiam se espalhar pelos estados do Norte onde a família Pessoa tivesse influência, facilitando assim um possível levante dos aliancistas no país. Por isso mesmo, a reação do governador pernambucano Estácio Coimbra foi a seguinte: “Meu Deus, agora eles têm um mártir!”⁵⁰. O cônsul estadunidense concluiu que a ação da qual resultou na morte do chefe do Executivo da Paraíba foi “de autoria de alguém entre seus menos inteligentes rebeldes, em conjunto com ex-chefes políticos na Paraíba”⁵¹. O assassinato de João Pessoa na opinião de Arend aparentava ser um desastre para a política nacional, uma vez que a família do político tinha ramificações e alianças em vários estados. Ao demonstrar a preocupação do governador de Pernambuco Estácio Coimbra, o cônsul manifestava que a ação dos opositores de Pessoa poderia ter outros desdobramentos, agora justificados por suposto martírio político.

Após a morte de João Pessoa, o governo Washington Luís agiu para tentar controlar o que parecia não ser mais possível conter, isto é, uma comoção popular que pudesse ser capitalizada em favor dos aliancistas. Sendo assim, o governo federal estabeleceu um roteiro para o cortejo do féretro de Pessoa percorrer as ruas do Rio de Janeiro até o cemitério, proibiu que rádios e empresas telegráficas enviassem mensagens incitando a população, sob ameaça de fechamento, conteve manifestações em Pernambuco e em São Paulo, quando um grupo de estudantes decidiu fazer uma passeata, homenageando o governador paraibano. Também enviou tropas federais para conter os conflitos em Princesa, interior paraibano⁵². Apesar de esperar que o funeral de João Pessoa fosse cenário para acirramento das disputas políticas entre os aliancistas e o Governo Federal, Morgan surpreendeu-se ao perceber que:

⁴⁸ “... assassin’s entire family slaughtered in Parahyba. Homes and places of business of deceased Governor’s prominent opponents reported being burned various parts of State. Telegram received from American Consul, Pernambuco, Jul. 28/30.

⁴⁹ “... numerous, wealthy and violent, and is powerful in Pernambuco and neighboring states”. Despatch N° 3394, Rio de Janeiro, August 6, 1930.

⁵⁰ “My God, now they have a martyr!”. The political situation in Pernambuco after the October Revolution. Political report, American Consulate, Pernambuco, Brazil. December 9, 1930.

⁵¹ “... was engineered by some of his less intelligent partisans in conjunction with former political bosses in Parahyba”. The political situation in Pernambuco after the October Revolution. Political report, American Consulate, Pernambuco, Brazil. December 9, 1930.

⁵² Telegram received from American Consul, Pernambuco, Aug. 2/30; Despatch N° 3394, Rio de Janeiro, August 6, 1930; Despatch N° 3402, Rio de Janeiro, August 18, 1930; São Paulo Political Report N°. 4, São Paulo, Brazil, September 18, 1930.

“atraiu muito menos atenção pública do que foi esperado e terminou sem um distúrbio de ordem pública. O governo federal foi inteligente em permitir o corpo para ser exibido na catedral metropolitana a partir do dia de sua chegada até o dia seguinte e o cortejo para passar através das ruas principais em seu caminho ao cemitério. A ampla assistência foi composta de espectadores curiosos mais do que de políticos importantes e os discursos feitos na chegada do corpo, pelo mar, de Pernambuco, e ao lado da sepultura não foram mais inflamatórios do que poderia ter sido esperado para semelhante ocasião”⁵³.

A surpresa do embaixador significaria que a situação estaria resolvida? Que o governo tinha conseguido amenizar um problema que poderia ganhar grandes proporções, pois os aliancistas agora tinham um mártir, como Arend fez questão de chamar atenção para a constatação do governador de Coimbra? Morgan demonstrava-se satisfeito por não ter havido distúrbios durante o cortejo fúnebre de Pessoa pelas ruas do Rio de Janeiro. Igualmente, elogiava as tentativas do governo federal de tentar minimizar os efeitos do assassinato do governador paraibano. Porém, se não houve clima tenso no funeral, os dias posteriores ao sepultamento demonstraram para Washington Luís e seus aliados que os aliancistas fariam do mártir surgido dos conflitos na Paraíba um bom motivo para iniciar uma revolução. Foi o que escreveu F. van den Arend:

“Nada poderia ter simplificado e dramatizado a questão mais efetivamente para os Liberais. ‘Acossam os corruptos e assassinos para fora do poder! Vejam que o assassino toma seu direito! Adote as políticas de João Pessoa!’ Com seu programa cristalizado sobre tais termos simples, e com alta administração da indignação popular, foi fácil mobilizar uma base atuante, especialmente entre as classes mais pobres, que são as que devem entrar nos combates. Como uma questão de fato, quando um pequeno número de estudantes e líderes Liberais iniciaram a revolução através da tomada de um quase vulnerável arsenal no final da noite de 3 de outubro, eles encontraram as classes laboriosas dispostas o bastante para levantar-se em armas no apoio à causa. E depois que Pernambuco estava em poder deles, eles não encontraram dificuldade em enviar um contingente voluntário para tomar Maceió, Aracajú e Bahia. A população estava inflamada contra a velha administração e é muito questionável se o governo federal, mesmo tivesse sido capaz de manter a si mesmo no

⁵³ “... attracted much less public attention than was expected and passed off without a disturbance of public order. The Federal Government was wise in permitting the corpse to be exhibited in the Metropolitan Cathedral from the day of its arrival until the subsequent day and the courtage to pass through the principal streets on its way to the cemetery. The large attendance was composed of curious spectators rather than of important politicians, and the speeches made on the arrival of the corpse by sea from Pernambuco and at the graveside were not more inflammatory than might have been expected on such an occasion”. Despatch N° 3402, Rio de Janeiro, August 18, 1930.

poder, poderia ter forçado os antigos dirigentes municipais e estaduais em Pernambuco sem um conflito abrupto. Os Liberais tinham um mártir, e haviam feito bom uso dele”⁵⁴.

Ao informar ao embaixador no Rio de Janeiro sobre o uso político que os aliancistas estavam fazendo do assassinato de João Pessoa, o cônsul estadunidense em Pernambuco demonstrava a sua preocupação com a participação das camadas populares do Norte, os pobres, os trabalhadores, nos conflitos contra os governos locais. Na opinião de Arend, com o apoio conquistado pelos aliancistas na região, dificilmente governo federal poderia controlar a situação.

Após o funeral de Pessoa, Arend constata que o governo federal dificilmente se manteria no poder. Para tanto, justifica que o arsenal militar estava vulnerável às ações dos revolucionários, pois uma quantidade reduzida de sequazes dos aliancistas conseguiu obter êxito em Pernambuco. Na visão do cônsul, para manter-se no poder, seria necessário o governo federal fazer um esforço muito grande e, mesmo assim, o resultado poderia ser um enfrentamento áspero. Em 9 de novembro a administração que tinha sido recebida com caloroso entusiasmo pela diplomacia estadunidense nos Estados Unidos, como símbolo do êxito da democracia brasileira, era considerada “velha” por Arend. Ainda consoante o cônsul, o apoio da população, incitada com palavras de ordem pelos aliancistas foi fundamental para que eles dessem início à Revolução que deporiam Washington Luís e conduziria Getúlio Vargas ao poder. Pobres e trabalhadores – dispostos em classes – estavam aptos a levantar-se em armas na defesa de uma causa agitada por liberais e bacharéis. Inflamada, a população mostrava-se inclinada a aceitar o seu papel: fornecer as fileiras para os combates. Chefes políticos de ideologia liberal, jovens radicais exaltados de oratória acadêmica e as classes baixas nas ruas. No Recife das revoluções, alguns ingredientes da biografia da cidade estavam de novo embaralhados num contexto e processo específicos: o mudancista início dos anos 1930. Partindo da Paraíba e Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia iriam cair nas mãos dos

⁵⁴ “Nothing could have simplified and dramatized the issue more effectually for the Liberals. ‘Chase the grafters and murderers out of office! See that the assassin gets his due! Adopt João Pessoa’s policies!’ With their program crystallized into such simple terms, and with popular indignation running high, it was easy to muster an active following, especially among the poorer classes who must do the fighting. As a matter of fact, when a handful of students and Liberal leaders began the revolution by taking an almost unguarded armory late on the night of October 3rd, they found the laboring classes willing enough to bear arms in the cause. And after Pernambuco was in their power, they experienced no difficulty in sending an unpaid contingent to take Maceió, Aracajú, and Bahia. The populace was incensed against the old administration and it is very questionable whether the Federal Government, even had it been able to maintain itself in power, could have imposed the former state and municipal officials on Pernambuco without a sharp struggle. The Liberals had a martyr and made good use of him”. The political situation in Pernambuco after the October Revolution. Political report, American Consulate, Pernambuco, Brazil. December 9, 1930.

aliancistas. Outros estados, mais ao norte, igualmente cairiam. Uma revolução podia estar abrindo o seu curso.

Revoluções em curso no Brasil e na América do Sul

Se em Pernambuco o cônsul estadunidense informava ao embaixador no Rio de Janeiro que nos estados do Norte a situação parecia estar se complicando para o governo Washington Luís, Charles Roy Nasmith, cônsul em Porto Alegre, não noticiava situações distintas a respeito do clima anti-governo federal no Rio Grande do Sul. Em telegrama de 15 de agosto de 1930, Charles Roy Nasmith informava ao embaixador, no Rio de Janeiro, a situação política do Rio Grande do Sul após a intervenção militar do governo federal na Paraíba. Seu informante parecia estar bem a par da situação política no Brasil, pois menciona que:

“a menos que o Presidente do Brasil adote uma política conciliatória com esta intervenção, existe razão para acreditar que haverá sérios problemas. As autoridades do Rio Grande do Sul não querem revolução, mas declara-se também que a melhora da grave situação política vigente aqui dependerá da atitude do Presidente do Brasil”⁵⁵.

Contudo, Charles Roy Nasmith acreditava que a intervenção não geraria uma revolução, conforme telegrama do dia 4 de setembro de 1930. Esse telegrama também informava que caso algum movimento irrompesse em outra parte do país, o Rio Grande do Sul apoiaria. Outra situação mencionada na comunicação diplomática enviada à Embaixada era o clima de tensão vivido pelo comércio, o que acabava reduzindo as transações nos bancos. Segundo o relato de Nasmith, Borges de Medeiros, e o presidente em exercício do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, eram contrários a qualquer movimento armado.

Nem a Argentina nem vários outros países da América do Sul escaparam das revoluções de 1930. Mas, apesar da crise política vivida pelo Brasil, S. Walter Washington, agente diplomático estadunidense na Embaixada, informa em 8 de setembro aos seus superiores em Washington D.C., que o governo brasileiro reconheceria o governo

⁵⁵ “(...) unless the President of Brazil adopts conciliatory policy on this intervention there is reason to believe that there will be serious trouble. State authorities of Rio Grande do Sul do not want revolution, but it is stated that the clearing up of the present serious political situation here will depend on the attitude of the President of Brazil”. Telegram received from Amconsul, Rio Grande, Aug. 15, 1930.

revolucionário da Argentina, caso esse último dominasse todas as províncias. Parecia que até aquele momento, as autoridades brasileiras em exercício não acreditavam que a crise política fosse se transformar em um movimento que colocasse em xeque elas mesmas. Não se davam conta que tal ação de reconhecimento do governo argentino pudesse servir para incentivar movimentos revolucionários – processos mudancistas – no Brasil também.

Além dos conflitos políticos nos quais o Brasil estava cada vez mais mergulhado, o país também estava enfrentando uma crise econômica que agravava ainda mais a situação social. O Brasil não era o único a se debater com problemas político-econômico-sociais na América Latina. Aliás, os países latino-americanos também não estavam sozinhos em seus problemas domésticos; outras nações da Europa e Ásia também passavam pelos mesmos percalços. Na África, as diversas colônias europeias também sentiram os reflexos dessa crise mundial. A quebra da Bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929, afetou todas as nações e colônias que dependiam da venda de *commodities*, pois um dos principais mercados do mundo, os Estados Unidos, tinham reduzido drasticamente não só as exportações, como também as importações, algo em torno de 70% entre 1929 e 1932⁵⁶. O excesso de produtos no mercado internacional derrubou os seus preços e com isso, países como Brasil, Argentina, México, e vários outros, sentiram os efeitos da crise econômica, pois dependiam da venda de suas *commodities* para movimentar as suas economias. Esse desequilíbrio da economia mundial impactou as democracias liberais na América Latina, na Europa e na Ásia, consoante Hobsbawm. Ainda conforme esse autor, a Argentina, “após longo período de governo civil”, teve seu governo deposto por um golpe militar. Juntamente com a Argentina, Hobsbawm revela que outros onze países tiveram o seu governo deposto, em alguns deles com mudança de regime, que foi o caso do Brasil⁵⁷.

A deposição do governo argentino deixara o seu congênere brasileiro em situação delicada, pois em 16 de setembro de 1930 o Brasil ainda não havia reconhecido o novo governo da Argentina, alegando que tudo dependeria “da capacidade que o novo governo exerce sobre as províncias argentinas”. Essa foi a informação obtida por S. Walter Washington, agente diplomático dos EUA de um oficial de gabinete do Ministério das Relações Exteriores. Ainda segundo Washington, a revolução na Argentina havia ganhado repercussão nos jornais brasileiros. *O Jornal*, por exemplo, publicara em 10 de setembro, um

⁵⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XIX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 102.

⁵⁷ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XIX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 109.

comentário no qual responsabilizava o ex-presidente Marcelo Torcuato Alvear (1922-1928), que “na última eleição presidencial na Argentina assumiu oficialmente uma posição imparcial para a qual o povo do país não estava preparado pela sua educação política”⁵⁸. A não indicação de um sucessor por Alvear possibilitou a eleição do presidente Hipólito Irigoyen (1928-1930), que dois anos depois fora deposto por causa das “condições na Argentina sob a última administração serem insuportáveis”. O jornal brasileiro creditava ao voto secreto um dos motivos da instabilidade política na Argentina⁵⁹.

S. Walter Washington relata que além de identificar os motivos do colapso político na Argentina, *O Jornal* também estabelecia diferenças entre os governos do Peru e Bolívia, que também haviam sido depostos. Para o periódico, conforme o agente diplomático supracitado, a Argentina tinha uma situação distinta daqueles países, pois “as políticas conservadoras seguidas pelo governo argentino em exercício e sua leniência em barganhar com os líderes do ex-governo têm produzido uma impressão muito favorável, ambas sobre o governo e o povo brasileiro”⁶⁰. A saída encontrada pelos argentinos satisfazia, pelo visto, aos hábitos políticos brasileiros da conciliação, pois haviam sido mantidas as “políticas conservadoras” e os novos governantes estavam “barganhando com os líderes do antigo governo”. A manutenção da antiga ordem também poderia simbolizar que mudanças bruscas não ocorreriam no país vizinho e que talvez isso não influenciasse um movimento dos opositores de Washington Luís no Brasil.

Se por um lado o governo brasileiro parecia estar impressionado com a fórmula encontrada, no vizinho país platino, para amenizar suas tensões políticas, por outro, seguia sem reconhecer o novo governo. No dia 26 de setembro, S. Walter Washington escreve a Henry Stimson, informando que o ministro das Relações Exteriores Otávio Mangabeira, em conversa com ele, havia revelado que o presidente do Brasil continuava hesitante em reconhecer os novos governantes da Argentina e do Peru. A situação tinha sido provocada pelo fato de a Legação Brasileira no Peru “não ter resolvido satisfatoriamente” o direito de asilo. Porém, caso “outros governos, especialmente os Estados Unidos”, reconhecessem os governos dos três países sul-americanos, o Brasil seria “forçado a fazer o mesmo mais cedo do que por outro lado desejaria”.

⁵⁸ “... in the last presidential election in Argentina assumed officially an impartial position for which the people of the country were not prepared by their political education”. Telegram sent to State Department September 16, 1930.

⁵⁹ Telegram sent to State Department September 16, 1930.

⁶⁰ “The conservative policies followed by the Argentine de facto government and its leniency in dealing with the leaders of the former government have produced a most favorable impression both upon the Brazilian Government and upon the people of Brazil”. Telegram sent to State Department September 16, 1930.

A legitimação dos novos governos na América do Sul pelos Estados Unidos era vista com preocupação pelo *O Jornal*, que percebia na ação do governo dos EUA o abandono da Doutrina Wilson⁶¹, “princípio moral estadunidense que tinha defendido como uma necessidade absoluta para o equilíbrio democrático continental”, em favor dos interesses dos investidores de Wall Street e do ego de Hoover⁶². O periódico acusava o presidente estadunidense de desprezar a Doutrina Wilson por causa dos desentendimentos entre ele e o seu colega argentino Irigoyen. Outro jornal que demonstrava inquietação em relação ao posicionamento favorável dos Estados Unidos à aceitação dos novos governos sul-americanos era o *Washington Post*. Este considerava “um risco para o governo estadunidense o reconhecimento do governo revolucionário argentino, abdicando de uma política internacional que já durava mais de 15 anos, por causa de ‘imposições dos investidores e do presidente Hoover’”. Para *O Jornal*, estava mais do que claro que os governos revolucionários da Bolívia e do Peru só tinham sido reconhecidos pelos Estados Unidos por causa da dissensão entre Hoover e Irigoyen, chegando a tecer o seguinte comentário: “os senhores Cerro e Gallindo⁶³ nunca teriam sido reconhecidos se o presidente Hoover não tivesse desejado nesta questão mostrar a sua reprovação em relação ao Sr. Irigoyen”. Devido à política argentina anti-estadunidense, o governo de Herbert Hoover procurava adotar medidas que enfraquecessem a influência da Argentina na América do Sul⁶⁴.

Enquanto Hoover tentava enfraquecer a influência argentina, o governo de seu amigo brasileiro, Washington Luís estava mergulhando cada vez na crise política, pois a esperada conciliação política não chegou e a turbulência que atingia o poder executivo federal se aprofundou. A usual fórmula da reconciliação brasileira, que tinha mantido certo equilíbrio entre as forças estaduais (dentre outros atores) na Primeira República, apesar dos inúmeros choques e da instabilidade, dessa vez estava para ser liquidada. Não havia chance de reconciliação entre as elites brasileiras, o que certamente ensejou a revolução. Washington Luís estava cada vez mais determinado a não fazer concessões ao grupo opositor, a Aliança Liberal. O agente diplomático S. Walter Washington relata, em telegrama de 13 de outubro,

⁶¹ Os EUA se reservavam ao direito de não reconhecer os governos que não tivessem sido eleitos.

⁶² Telegram sent to State Department September 26, 1930.

⁶³ Os senhores Cerro e Gallindo, aos quais *O Jornal* se refere são: Luís Miguel Sánchez Cerro, que assumiu a presidência do Peru em 27 de agosto de 1930, dois dias após o presidente Augusto B. Leguía y Salcedo ter sido deposto; e Carlos Blanco Galindo, que assumiu o poder na Bolívia em 28 de junho de 1930, um mês após o presidente Hermano Siles Reyes ter sido derrubado por um golpe de Estado.

⁶⁴ ABREU, Marcelo de Paiva. “As principais mudanças e inovações na política econômica entre 1930 e 1937” in SZMRECSÁNYI, Tamás e GRANZIERA, Rui Guilherme (Orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2004, pág. 60

que a única maneira de se obter “a continuidade de um governo estável e a restauração da ordem no Brasil antecipadamente” seria a renúncia de Júlio Prestes. Ainda segundo Washington, “a intenção dos organizadores da revolução parece ter sido impedir a posse do Dr. Júlio Prestes, que eles consideram ter sido eleito desonestamente”. Outro fato pode ajudar-nos a compreender como a quebra da prática da conciliação ficou cada vez mais clara para os diplomatas dos Estados Unidos. Charles R. Cameron científica o embaixador do seu país, em 27 de outubro, que “determinação de Vargas de ocupar São Paulo com as forças revolucionárias”. Nasmyth por sua vez estava enganado sobre as pretensões de Vargas não se envolver com movimentos armados. O relato de Cameron ao embaixador deixa claro que Getúlio Vargas parecia entender que, se quisesse governar o Brasil, tinha que dominar a cidade e estado de São Paulo. Colocar as tropas revolucionárias na cidade também poderia significar demonstração de força pelos revolucionários e os partidários do governo deposto poderiam considerá-la uma afronta às forças políticas alijadas do poder.

Distúrbios revolucionários

Se até o mês de setembro o governo federal não acreditava que um movimento revolucionário pudesse irromper no Brasil, eis que, em 3 de outubro, “distúrbios revolucionários”, anotou o diplomata S. Walter Washington, haviam espocado “ao mesmo tempo nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, e acredita-se que eles surgiram como uma surpresa para o governo, que não esperava agitação tão cedo”⁶⁵. Washington ainda informa, de maneira absolutamente confidencial, que os fatos mencionados no telegrama não foram confirmados pelo governo federal. No entanto, ele havia obtido a notícia que dava conta de que Porto Alegre havia sido isolada e que vários navios e aviões federais estavam em mãos das forças revolucionárias. O governo federal enviou outros aviões para bombardear Belo Horizonte e assim conter a revolta. Adicionalmente aos três principais estados da Aliança Liberal, os rebeldes se fizeram presentes em Recife, aonde a situação parecia estar pior, segundo informação de Washington. Ele também havia recebido notícia de que na Bahia, igualmente, havia irrompido uma revolta, mas que não sabia relatar qual era sua gravidade.

⁶⁵ “Revolutionary disturbances appear to have been started at the same time in the Brazilian States of Rio Grande do Sul, Minas Geraes and Parahyba, and it is believed that they came as a surprise to the Government which did not expect trouble so soon”. (*Telegram sent to State Department October 5, 1930*).

Devido à insatisfação das elites pernambucanas com o fato de não participarem das decisões políticas do Brasil, como acontecia durante o Império, e às agitações populares e do operariado, os tenentistas tiveram uma situação favorável para atuarem no estado. Conforme demonstrou a historiadora Dulce Pandolfi em “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”, Pernambuco se tornou um dos estados mais importantes no processo revolucionário de outubro na região⁶⁶.

Três dias após o início do movimento revolucionário, conforme as fontes, as cidades de Porto Alegre e Recife já tinham sido completamente dominadas pelos rebeldes. Embora a Revolução continuasse a se espalhar rapidamente, a situação em São Paulo e Rio estava relativamente calma, conforme comunicaram S. Walter Washington e Charles R. Cameron aos seus superiores do Ministério das Relações Exteriores nos Estados Unidos. Do Uruguai, o cônsul estadunidense Harrison também informava que todo o estado do Rio Grande do Sul já havia sido tomado pelas forças rebeldes⁶⁷. A Revolução chega ao Pará, ao Maranhão e ao Piauí, (neste último o presidente do estado foi feito prisioneiro), segundo relata Seltzer. Com o movimento revolucionário acontecendo em várias partes do Brasil, o presidente Washington Luís, conforme o diplomata estadunidense Washington, estava – ainda assim – “muito otimista e confiante” com relação à sua situação em Belo Horizonte e Recife. A respeito disso o diplomata informou que o governo “vencerá as forças rebeldes”. Para tanto, comunicou:

“A principal esperança para o governo está no fato de que as forças rebeldes estão divididas e que elas não têm tido sucesso completo e definitivo.

Embora Belo Horizonte esteja nas mãos dos rebeldes, o governo alega que suas tropas aquarteladas na cidade ainda estão leais e aptas a se manter de pé até 15 dias sem suprimentos adicionais. O governo afirma que as forças rebeldes no controle de Recife estão divididas entre elas mesmas e logo serão submetidas pelas tropas do governo e pelo cruzador Rio Grande do Sul que está próximo. Assevera que o estado do Rio Grande do Sul não está inteiramente sob o controle dos rebeldes, existe forte combate lá, embora admita que Porto Alegre está conquistada por eles. O governo está confiante de que terá total controle da situação no Brasil dentro de poucos dias.

Reservistas de primeira classe, compostos de homens de 21 a 30 anos, foram convocados para o serviço esta tarde”⁶⁸.

⁶⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político” in GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. pp. 342-343.

⁶⁷ Telegram received from Amlegation, Montevideo, Oct. 6, 1930.

⁶⁸ “President Washington Luis is very optimistic and confident that his government will conquer the rebel forces. The principal hope for the Government is in the fact that the rebel forces are divided and that they have had no definite and complete success.

O governo, como mencionou S. Walter Washington, em 5 de outubro, parecia não acreditar mesmo que uma Revolução irromperia em todo o país, naquele mês. Talvez por isso não tenha se esmerado pela rapidez ao tomar outras medidas emergenciais, além de deslocar tropas para combater os revolucionários. Somente em 6 de outubro, três dias após o início do movimento revolucionário, o Governo decretou feriado bancário por quinze dias e o Congresso aprovou verba complementar de cem mil contos de réis para reprimir os rebeldes⁶⁹. Percebendo que isso não seria suficiente, o Governo também decretou feriado em todo o território nacional dois dias após as primeiras medidas para conter os revolucionários. Além disso, passou a controlar, embora não oficialmente, o envio de mensagens para o interior do país e para o exterior, decretou o tabelamento de preços dos alimentos, retirou as taxas de importação dos gêneros alimentícios, e ainda liberou o transporte de cabotagem entre os portos brasileiros para os navios estrangeiros. Buscava-se manter a tranquilidade entre a população, impedindo que houvesse inflação no país⁷⁰. Embora Morgan parecesse satisfeito com o fato dos revolucionários estarem divididos e não terem obtido êxito total, ele demonstrava-se cético quanto ao futuro da situação, pois quando informa aos seus superiores em Washington sobre a conjuntura no Brasil, ele faz questão de demonstrar que as informações passadas estavam de acordo com o que as autoridades brasileiras instruíam.

As informações que S. Walter Washington obtinha o levavam a crer que o movimento revolucionário seria “mais uma guerra civil do que uma revolução”⁷¹. Mas, ao contrário do que os informantes de Washington acreditavam, o movimento revolucionário avançava, conforme informa o cônsul em Pernambuco, F. van den Arend, sobre Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte, Paraná, Bahia⁷². Na Paraíba, o deputado federal Suassuna foi assassinado e os conflitos continuavam em todo o país. A conjuntura parecia estar cada vez mais complicada para a situação, conforme os dias passavam. Percebendo que as mensagens

Although Bello Horizonte is in the hands of the rebels, the Government claims that its troops quartered in the city are still loyal and able to live for 15 days without further supplies. The Government claims that the rebel forces in control of Recife are divided among themselves and will soon be subjected by the Government troops and the cruiser RIO GRANDE DO SUL which is nearby. It claims that the State of Rio Grande do Sul is not entirely under control of the rebels, there being heavy fighting there, although it admits that Porto Alegre is conquered by them. The Government is confident that it will have full control of the situation in Brazil within a few days.

Reserves of the first class, composed of men from 21 to 30, have been called into service this afternoon”. Telegram sent to State Department October 6, 1930.

⁶⁹ Telegram sent to State Department October 7, 1930.

⁷⁰ Telegram sent to Ambassador Morgan, October 8, 1930; Telegram sent to State Department Oct. 9, 1930.

⁷¹ Telegram sent to Ambassador Morgan, October 8, 1930.

⁷² Sobre a Bahia, ver: CALASANS, José, *A Revolução de 1930 na Bahia (Documentos e Estudos)*. Salvador, Mestrado em Ciências Sociais, 1980; Telegram received from Cônsul at Pernambuco, Oct. 8, 1930.

enviadas pelos funcionários estadunidenses estavam sendo interceptadas pelos censores do Governo, Henry Stimson ordenou que todas as correspondências fossem enviadas diretamente para o Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos e para a Embaixada no Rio ao mesmo tempo⁷³. Mesmo assim, o cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo, Cameron, teve suas correspondências censuradas pelo governo.

Conforme o movimento revolucionário ia adentrando o país, mais e mais pessoas pareciam apoiá-lo. Entre os reservistas, segundo Washington, parecia haver insatisfação por estarem sendo convocados, e a inexistência de atividade comercial fazia crescer os boatos de queda do presidente entre a população, o que provavelmente deveria enfraquecer ainda mais Washington Luís frente aos revolucionários. Ainda assim, o agente diplomático S. Walter Washington acreditava que o Governo poderia contornar seus problemas⁷⁴.

Porém, passados oito dias desde o início da Revolução, os brasileiros começaram a perder “a confiança no Governo”, de acordo com os relatos de Washington. Percebendo que a situação política estava se agravando, os oficiais de alto comando do Exército e da Marinha iniciaram conversações com os revolucionários, mesmo sem parecer favorável do presidente Washington Luís⁷⁵.

Enquanto a situação tentava deter o avanço das tropas revolucionárias, os bancos estrangeiros no Brasil ficavam apreensivos quanto à possibilidade de serem forçados a emprestar recursos para capitalizar o governo brasileiro. De acordo com o diplomata estadunidense Washington, àquela altura, ambos os lados estavam carentes de dinheiro para continuar com suas ações militares. Isso parece demonstrar que tanto o governo quanto os rebeldes não esperavam que as operações demorassem muito. Mesmo com essa possibilidade de falta de recursos, o governo estadunidense mostrava que estava disposto a ajudar o governo brasileiro suspendendo o decreto presidencial que proibia a venda de armas e munições para o Brasil desde os anos 1920⁷⁶.

⁷³ Telegram received from State Department Oct. 9, 1930.

⁷⁴ “Parece haver alguma insatisfação entre os reservistas que foram convocados e que não tem desejo de lutar contra os compatriotas deles. O rápido progresso obtido pelos revolucionários em outras partes do país pode provocar alguns dos espíritos revolucionários naquelas duas cidades [Rio de Janeiro e São Paulo]. A ausência de atividade comercial, naturalmente, dá intensidade a alguns boatos entre a população. No entanto, uma revisão geral da situação indica que o governo é capaz de dar conta da situação”. “There appears to be some dissatisfaction among reservists who have been called out and who have no desire to fight their fellow countrymen. Immediate gains by the revolutionists in other parts of the country might arouse some of the revolutionary spirit in these two cities. The lack of business activity, of course, gives rise to some murmuring among the people. However, a general review of the situation indicates that the Government is able to cope with the situation”. Telegram sent to State Department, October 10, 1930.

⁷⁵ Telegram sent to State Department Oct. 10, 1930; Telegram sent to State Department, October 11, 9 P.M.

⁷⁶ Telegram received from State Department Oct. 11, 1930; Telegram sent to State Department, October 12, 1930; Telegram sent to State Department, October 13, 1930.

Dez dias se passaram desde o início do movimento revolucionário e ainda não havia, segundo a mesma fonte, nenhuma “vitória militar decisiva do Governo brasileiro ou dos revolucionários”. Diante do impasse e da “limitação financeira de ambos”, ele sentencia: “a única esperança para uma solução antecipada das dificuldades atuais jaz no campo político”. Embora oficiais do Exército e da Marinha estivessem negociando nos bastidores do conflito, nem Washington Luís nem Júlio Prestes pareciam dispostos a abdicar de suas posições⁷⁷. Catorze dias se passam e o governo federal parecia cada vez mais perder o fôlego diante dos revolucionários. O estado de emergência do governo aparentava ser evidente quando “decretou intervenção federal nos estados do Espírito Santo e Pernambuco”⁷⁸. Mesmo assim, desqualificava o movimento revolucionário, tentando fazer crer que toda a situação estava sob controle. Isso pode ser observado no seguinte relato de Washington, que ainda nos deixa a informação de que o governo em exercício, mesmo refutando a renúncia de Washington Luís e Júlio Prestes, não teria qualquer chance caso o Exército e a Marinha os abandonassem:

“as tropas federais brasileiras estão avançando em Minas Gerais e no Paraná. Relatos de distúrbios chegam das proximidades de Vitória e Bahia. Entretanto, o governo alega que o que ocorre no norte não afeta seu principal programa, que preferivelmente se volta contra o estado de Minas Gerais, depois subjugar o norte e finalmente o Rio Grande do Sul. Os distúrbios no norte são geralmente rebeliões contra os governos estaduais locais e, aparentemente, não ofereceriam grande perigo à capital federal. Seu efeito principal, acredita-se, está no impacto psicológico sobre os políticos, o Exército e a Marinha no Rio de Janeiro, sobre quem está apoiada a existência do governo federal”⁷⁹.

Embora S. Washington informasse ao ministro das Relações Exteriores dos EUA que os revolucionários estavam agindo em vários estados, ele parecia acreditar que as medidas anunciadas pelo governo no sentido de conter os insurgentes no Sul se configuravam como eficazes para controlar as rebeliões no Norte. Nesse momento, o diplomata acreditava que as

⁷⁷ “In the absence of any decisive military victory of either the Brazilian Government or the revolutionists” (...) the straitened financial condition of each”, “the only hope for an early solution of the present difficulties lies in the political field”. Telegram sent to State Department October 13, 1930.

⁷⁸ “(...) has decreed Federal intervention in the States of Espirito Santo and Pernambuco”. Telegram sent to State Dept. October 17, 1930.

⁷⁹ “According to the best information available, the Brazilian Federal troops are advancing in Minas Geraes and in Parana. Disquieting reports come from the vicinity of Victoria and Bahia. However, the Government claims that what happens in the north does not affect its main program, which is first to subdue the State of Minas Geraes, then the north, and finally Rio Grande do Sul. The disturbances in the north are mostly rebellions against local state governments and would appear not to present great danger to the federal capital. The principal effect is believed to be their psychological influence upon the politicians and the army and navy in Rio de Janeiro, upon whom the existence of the Federal Government depends”. Telegram sent to State Dept. October 16, 1930.

ações revolucionárias no Norte eram apenas revoltas locais e que certamente não influenciariam no desfecho dos conflitos no Sul. As informações privilegiadas de Washington o induziam ao equívoco, pois ele não tinha um conhecimento mais profundo acerca dos acontecimentos no Norte ou pelo menos não dava importância aos relatos de Arend, Briggs, Seltzer, que enviavam relatórios sobre os estados. Além das medidas relacionadas acima, o governo federal ordenou o Banco do Brasil, através do Decreto Executivo nº 19.372, de 17 de outubro, a emitir moedas e apólices e proibiu a exportação de ouro sem que o Ministério da Fazenda desse consentimento. Nos seus momentos mais agudos, afinal a revolução estava se aprofundando e a população de cidades importantes, como Salvador, ou estava fugindo ou aguardando a chegada das tropas revolucionárias com ansiedade⁸⁰.

Ainda no dia 18 de outubro, fontes oficiais informam ao diplomata Washington que oficiais da cúpula do Exército e da Marinha aconselharam o presidente a renunciar ao seu cargo no Palácio do Catete. Um dia depois Washington Luís e Júlio Prestes cogitavam a possibilidade de deixar o poder. Mas quem poderia lhes garantir sua integridade física? Nesse momento, desembarca no Rio de Janeiro, o cardeal D. Sebastião Leme, recém-chegado de Roma. Segundo Washington, ele passou a negociar com as forças opositoras o exílio dos dois líderes políticos brasileiros⁸¹.

Gade e F. van den Arend, cônsules estadunidenses em Montevideu e Recife, respectivamente, informam que a Revolução foi vitoriosa com o apoio dos militares, mas observam que o movimento estava sob o controle dos civis. As populações nas capitais do Rio Grande do Sul, de Pernambuco e Bahia apoiam os revolucionários. Em 21 de outubro as forças revolucionárias penetram o estado do Rio de Janeiro e no dia 24 chegam a capital federal⁸².

Negros trabalhadores quebram bondes: comunismo ou antiamericanismo?

Enquanto a revolução promovida pela Aliança Liberal se desenvolvia em outras partes do Brasil, em Salvador deram-se reações populares contra abusos nos serviços dos transportes públicos, que por coincidência eram explorados mediante concessão pública à firma estadunidense Electric Bond and Share Company. Seriam ações contra a carestia no preço dos

⁸⁰ Telegram sent to State Dept. October 18, 1930; Telegram received from Amconsul, Bahia, October 18, 1930

⁸¹ Telegram sent to State Department October 18, 1930; Telegram sent to State Department October 20, 1930.

⁸² Telegram sent to State Department October 22, 1930; Telegram sent to State Department October 24, 1930.

bondes e elevadores ou contra uma possível má qualidade dos serviços prestados pelas empresas estadunidenses? Na opinião de Walter Washington, as atitudes dos baianos de danificar os bondes e os elevadores de propriedade das empresas estadunidenses seriam “motins de natureza comunista e radical”⁸³. Em outro telegrama, datado de 8 de outubro, Lawrence P. Briggs, o cônsul dos Estados Unidos na Bahia, informava que havia entre as “classes mais baixas” da população “revolta e sentimento anti-estadunidense”. Este seria responsável pelos “motins” como disse Briggs, ou seriam movimentos radicais e comunistas, como relatou Washington aos seus superiores nos Estados Unidos? No telegrama enviado no dia 9 de outubro ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, Washington não utiliza a palavra comunista para classificar a depredação dos bens empresariais da firma estadunidenses – operante em Salvador com o nome Companhia Linha Circular de Carris (CLC). Adota o mesmo termo usado por Briggs, no dia posterior ao envio do telegrama aos EUA, “sentimento anti-estadunidense”. Qual seria a informação condizente com as ações praticadas pelos amotinados baianos em Salvador? Seria uma reformulação de conceitos ou há equivalência entre “comunismo” e “sentimento anti-estadunidense” na opinião de Washington com relação às atitudes da população negra em Salvador? Talvez a resposta para essas questões esteja no que Carla Simone Rodeghero classificou de “conceito mais largo de comunismo” utilizado pelas autoridades diplomáticas estadunidenses no Brasil. Segundo a historiadora, todo “nacionalismo e/ou anti-americanismo” era tido como comunismo pelos estadunidenses⁸⁴. Por isso, essas ações deveriam ser combatidas, na concepção dos diplomatas dos Estados Unidos no Brasil⁸⁵. Briggs, em telegrama de 25 de outubro, enviado ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA, faz a seguinte avaliação do movimento do quebra-bondes:

“A real causa do problema parece ter sido a insatisfação porque a Companhia duplicou as tarifas dos bondes e do elevador. Em favor da Companhia pode ser dito que ela tem gasto uma grande quantidade de dinheiro no melhoramento do serviço e que as tarifas não são excessivas”...

“Somada a esta insatisfação tem havido recentemente considerável propaganda bolchevista e comunista; e há uma grande quantidade de desempregados. A companhia recentemente sofreu uma greve na barragem de Bananeiras e os líderes dissidentes dispensados estavam desempregados na Bahia. (Esta minha

⁸³ Telegram sent to State Department October 7, 1930.

⁸⁴ RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. pág. 164.

⁸⁵ Sobre anticomunismo ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-64)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002; ALVES, Cristiano Cruz. “Um Espectro Ronda a Bahia”. *O Anticomunismo da Década de 1930*. dissertação de mestrado de 2008.

opinião, no entanto, que a influência do bolchevismo e das ideias bolchevistas tem sido exagerada pela Companhia e pelo governo local). É provável também que, quando a ação violenta foi premeditada, foi encorajada pelas notícias que chegaram no sábado à tarde pelo sucesso dos revolucionários em outras partes do Brasil. Para somar a insatisfação geral, é dito que muitos dos empregados do estado da Bahia, incluindo a polícia, não tinham recebido salários por dois ou três meses”⁸⁶.

Ainda segundo informação do cônsul na Bahia, não só as empresas ligadas à Electric Bond and Share Company foram alvo dos protestos, mas também o prédio do jornal *A Tarde* foi invadido e depredado. Briggs explicava para o embaixador que a empresa estadunidense estava isenta das responsabilidades pela insatisfação de parte da população que agora atacava a subsidiária da Electric Bond and Share Company na Bahia. Ele procurava reputar o governo local como causador da revolta contra os bondes. O cônsul ainda chama a atenção para o fato de o momento revolucionário em outras partes do Brasil tivesse contribuído para estimular as ações de populares em Salvador. Na sua visão, a instabilidade política facilitou o movimento. Também teria concorrido para impulsionar as ações dos trabalhadores nas ruas, a insatisfação dos funcionários públicos que estavam sem receber seus vencimentos.

E Briggs tinha talvez alguma razão quando relatou ao embaixador que a ação nas dependências da Electric Bond and Share Company havia sido planejada, pois foi também isso o que concluiu a investigação do delegado da Segunda Circunscrição Policial, Dr. João Batista de Almeida Costa. Este relatou no dia 20 de dezembro de 1930 que os atos de destruição e incêndio dos prédios, bondes e elevadores em diversas partes da cidade iniciaram ao mesmo tempo. Sem mencionar nomes nem informações físicas que pudessem levar aos autores do movimento, Costa analisa que “a ação do fogo muito damnificou, depois de ter sido teatro da mais refinada perversidade dos depredadores”. Contrastando ambas as fontes,

⁸⁶ “The real cause of the trouble seems to have been dissatisfaction because the Company doubled the streetcar and elevator rates. In the Company’s favor it may be said that it has spent a great deal of money in improving the service and that the rates are not excessive. . .

Added to this dissatisfaction there has recently been considerable communistic or Bolshevistic propaganda and there is a great deal of unemployment. The Company recently had a strike at the Bannaneiras dam and the discharged discontented leaders were idle in Bahia. (It is my belief, however, that the influence of bolshevism of Bolshevistic ideas has been overstated by Company and by the local government). It is probable too that, when violent action was premeditated, afternoon by the success of the revolutionists’ in other parts of Brazil. To add to the general dissatisfaction, it is said that most of the employees of the State of Bahia, including the police, had received no salaries for two or three months”. The riot of October Fourth and the Revolution in Bahia. Bahia, Brazil, October 25, 1930.

o cônsul parecia estar muito mais bem informado sobre o quebra-bondes em Salvador do que a polícia⁸⁷.

Identificava Briggs que, entre os manifestantes do dia 4 de outubro na Bahia, estavam “trabalhadores negros descalços, mas é dito que entre os líderes estavam jornalistas, dois advogados, alguns estudantes e até mesmo um filho do governador interino do estado da Bahia, Frederico Costa”. Os trabalhadores negros, em sua opinião, eram maioria em um movimento que tinha como líderes pessoas da classe média de Salvador. Na invasão ao prédio do jornal *A Tarde*, quatro pessoas foram mortas e outras feridas, conforme relatou o cônsul. Conquanto os policiais tivessem agido para preservar o patrimônio do diário baiano, Briggs menciona o fato de eles se sentirem desconfortáveis para tomar medidas no sentido de coibir as ações dos manifestantes, pois tinham medo que as tropas federais os reprimissem. Diante da situação, o chefe de Polícia teria autorizado a Electric Bond and Share Company a agir para proteger o seu patrimônio. É interessante perceber que em nenhum momento, o Dr. Costa menciona ter orientado os advogados da Electric Bond and Share Company a contratar seguranças para defender o patrimônio da empresa. Contudo, o delegado relata no inquérito que houve danos ao patrimônio privado “pela ausência absoluta de meios coercitivos”⁸⁸. Briggs relatou que, após saírem do prédio do diário baiano, os manifestantes estavam em busca de cidadãos estadunidenses nas ruas e que se os tivessem encontrado os teriam matado. Também ponderou que caso algum segurança da Electric Bond and Share Company tivesse agido no sentido de proteger o patrimônio da empresa e algum brasileiro tivesse morrido, as vidas dos empregados compatriotas dele estariam correndo sério risco, devido ao sentimento anti-estadunidense que tomou conta dos manifestantes. Por causa da situação na Bahia, o cônsul dos Estados Unidos reuniu os cônsules do Reino Unido da Grã Bretanha e o da Alemanha e solicitaram navios dos três países para retirar os estrangeiros da cidade⁸⁹.

Sobre a Revolução de 30, embora Washington tenha classificado o movimento revolucionário na Bahia e em outras partes do país como de origem comunista, F. van den Arend, cônsul em Pernambuco, tinha outra concepção. Segundo este, os “liberais locais não tinham evidenciado tendências comunistas...”. Enquanto isso, a revolução tinha características ebulientes, pois havia sido “inconfundivelmente” um “movimento popular”, sendo ainda

⁸⁷ Inquérito policial datado de 20 de dezembro de 1930. Secretaria de Segurança Pública, documento 6444, maço 02, período 1929/1930, Seção Republicana, Arquivo Público da Bahia (APB).

⁸⁸ Inquérito policial datado de 20 de dezembro de 1930. Secretaria de Segurança Pública, documento 6444, maço 02, período 1929/1930, Seção Republicana, Arquivo Público da Bahia (APB).

⁸⁹ The riot of October Fourth and the Revolution in Bahia. Bahia, Brazil, October 25, 1930.

“evidentemente aprovada por larga maioria...”⁹⁰. Não só na Bahia aconteceu o protesto do quebra-bondes durante o movimento revolucionário de outubro, F. van den Arend, em telegrama do dia 10, informa ao embaixador no Rio de Janeiro que houve “pequenos danos aos prédios das Companhias. Cinco carros incendiados, treze destruídos. No alto, cabos de eletricidade e transformadores danificados... Trabalhadores estadunidenses e europeus a salvo e bem”. Isso teria acontecido em uma companhia de bandeira britânica, mas controlada pelos estadunidenses⁹¹.

Após um mês do quebra-quebra na Bahia, Lawrence P. Briggs, cônsul dos Estados Unidos na Bahia, envia telegrama para a embaixada no Rio de Janeiro informando o provável motivo dos distúrbios que levaram à consequente destruição dos bondes e elevadores das empresas estadunidenses. Segundo o cônsul estadunidense, foi a nomeação Leopoldo do Amaral como governador temporário, que não era popular na capital baiana, que provocou a “agitação contra a LINHA CIRCULAR”. Mesmo contando com os informes de Briggs, tanto o agente diplomático, S. Walter Washington, quanto o embaixador, Edwin V. Morgan acreditavam que os acontecimentos na Bahia, ocorridos durante o período revolucionário, tinham algo a ver com ações comunistas.

Morgan, no telegrama 3494, de 27 de dezembro de 1930, enviado ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA, se não credita todas as manifestações populares como tendo sido comunistas, assim como seu compatriota Washington, pelo menos cogitava que algumas dessas ações estavam sendo organizadas por militantes do comunismo na Bahia. Por isso, Morgan refere-se da seguinte maneira aos acontecimentos: “há evidência de que os distúrbios na Bahia, durante a revolução, eram promovidos pelo menos parcialmente pelos comunistas”. O embaixador apóia suas suspeitas nas “associações pessoais entre os líderes comunistas e os líderes revolucionários brasileiros antes de o governo anterior cair”. Outro fato que teria contribuído para a presença desses comunistas nas ações dos trabalhadores teria sido o maciço desemprego nos estados. Morgan não acreditava que os trabalhadores de “São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco” fossem capazes de organizar manifestações contestatórias, pois “muitos dos quais são ignorantes”⁹². Embora se envolvessem em greves e protestos de ruas, mesmo sendo representados (nas fontes) como ameaçadores, não eram um sujeito histórico consistente. Mas a insatisfação popular contra a nomeação de um governador temporário,

⁹⁰ “Local liberals have not evidenced communistic tendencies...” e “revolution distinctly popular movement in this district evidently approved by large majority...” Telegram received from Amconsul at Pernambuco, Oct. 12, 1930.

⁹¹ Telegram received to AmConsul in Pernambuco, Oct. 10, 1930.

⁹² Telegrama 3494 de 27 de dezembro de 1930, enviado ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA.

mencionada por Briggs, seria o verdadeiro motivo dos motins nas ruas de Salvador? Para o cônsul dos EUA na Bahia parece que sim, e por isso ele baseia suas informações nas leituras do periódico *O Jornal*, que fazia “ataques” diários ao novo governador da Bahia⁹³.

O que se vê claramente é que as sabotagens, destruição de carros dos bondes e elevadores deixaram os estadunidenses receosos. Tinham medo que a vida deles estivesse em perigo nas mãos de trabalhadores negros. O antiimperialismo contra os ianques, ou melhor dizendo, o antiamericanismo por parte dos latino americanos não foi algo que aconteceu somente no México, Peru e em outras partes da América Latina, de colonização espanhola, como observou Hobsbawm em *Era dos Extremos: o breve século XX*. Sucedeu também na Bahia com o movimento do quebra-bondes.

Estrangeiros em fuga no Brasil?

Passados seis dias do início do movimento revolucionário no Brasil, os diplomatas na Embaixada e no Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos pareciam não estar tão preocupados com os desdobramentos da Revolução. Talvez isso se justifique por acharem que o governo brasileiro poderia controlar a situação. Enquanto este último não venciam os rebeldes, os diplomatas estadunidenses orientavam o embaixador e os cônsules a procurarem o ministro das Relações Exteriores Otávio Mangabeira e os governantes locais em busca de segurança aos estadunidenses nas principais cidades brasileiras. Seria essa uma medida cautelar para não provocar a desconfiança dos brasileiros em relação à capacidade do governo federal de solucionar o problema?

É provável que o governo estadunidense estivesse tentando evitar uma situação desconfortável com o governo brasileiro, pois diplomatas dos Estados Unidos tinham informações de que reservistas do Exército brasileiro se recusavam a lutar contra os seus compatriotas, o que intensificava os boatos nas cidades por causa do fechamento do comércio ao mesmo tempo em que crescia a falta de confiança do povo na capacidade do governo em debelar os distúrbios. Aumentava também o entusiasmo de alguns setores da população no que diz respeito ao avanço das tropas revolucionárias⁹⁴. Não só as classes médias urbanas que acompanhavam as notícias dos jornais e outros meios de comunicação, mas também os trabalhadores – na forma de uma população negra e operária rebelde – iam além do

⁹³ Telegram sent to State Department Oct. 9, 4PM.

⁹⁴ Telegram sent to State Department October 10, 1930; Telegram sent to State Department October 11, 1930.

oportunismo de aderir ao movimento dos prováveis novos donos do poder. Além de pressionar as autoridades brasileiras para garantirem a segurança dos estadunidenses no Brasil, os diplomatas estadunidenses pediam para os cônsules na Bahia e em Pernambuco levantarem o número de concidadãos e ver a possibilidade de navios mercantes dos Estados Unidos abrigá-los em caso de emergência.

Todavia, a situação política se complicou e os estadunidenses ficaram preocupados com os seus pares. Os diplomatas então entraram em contato com o ministro Mangabeira, das Relações Exteriores, para garantir a segurança dos estadunidenses na Bahia, dados os sinais de sentimento antiamericano nas classes subalternas de Salvador. As preocupações dos estadunidenses não diziam respeito, apenas, às violências ocorridas nas cidades, mas também a falta de gêneros alimentícios, em virtude da proibição de atracação de navios estrangeiros nos portos. Talvez, como aconteceu com a água mineral que certas delegações trazem consigo, algumas preciosas importações de sólidos e líquidos estivessem retidas nas embarcações.

Diante do avanço do movimento revolucionário, o governo estadunidense não tardou a tomar medidas de proteção aos concidadãos no Brasil. Isso pode ser observado no anúncio que o Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos fez à imprensa estadunidense, conforme se verifica a baixo:

“Em vista da incerteza com a situação futura no Brasil, foi considerado prudente ter um navio mais próximo a zona de distúrbio para retirar os refugiados estadunidenses se tal ação tornar-se necessária para a proteção das vidas deles. O U. S. S. PENSACOLA está, conseqüentemente, sendo enviado para Guantânamo, que está há menos de três dias de navegação de distância do Brasil do que Hampton Roads onde ele está no momento.

“Não há navios estadunidenses em águas brasileiras agora e o PENSACOLA é único navio sendo enviado para se posicionar perto para esta tarefa. Se os desdobramentos futuros requererem que ele prossiga de Guantânamo para o Brasil, ele fará desta maneira apenas retirar estadunidenses cujas vidas possam estar em risco. Este seria o único objetivo de sua visita⁹⁵.”

⁹⁵ “In view of the uncertainty as to the future situation in Brazil, it has been felt prudent to have a ship nearer the zone of disturbance to take off American refugees should such action become necessary for the protection of their lives. The U.S.S. PENSACOLA is, therefore, being ordered to Guantanamo, which is three days less steaming distance to Brazil than Hampton Roads where it is at present.

“There are no American vessels now in Brazilian waters and the PENSACOLA is the only ship being ordered to stand by for this duty. If the future developments require it to proceed from Guantanamo to Brazil it will do so merely to take off Americans whose lives might be in danger. This would be the sole object of its visit to any Brazilian ports.” (Telegram received from State Department Oct. 11, 1930).

Entretanto, a declaração dada à imprensa estadunidense no dia 11 de outubro pelas autoridades dos Estados Unidos com respeito ao deslocamento do U.S.S. Pensacola para o Brasil talvez tenha causado mal-estar entre as autoridades brasileiras. Ao que parece, a divulgação dessa informação no noticiário poderia passar a impressão de fraqueza do governo brasileiro frente aos rebeldes. O ministro das Relações Exteriores brasileiro sugeriu ao embaixador estadunidense que o governo dele fizesse uma retificação, afirmando que o governo brasileiro tinha o controle da situação nas duas principais cidades do país. Embora ainda detivesse o controle de São Paulo e Rio, o governo de Washington Luís não podia refutar que a situação – já no dia 12 de outubro – estava fugindo ao seu controle em outras capitais do país, tais como Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador; e era exatamente por esse motivo que o governo estadunidense estava deslocando o U.S.S. Pensacola para o Brasil. O governo considerou a notícia na imprensa estadunidense exagerada e se prontificou a censurar a circulação da matéria no Brasil. Tudo em nome da segurança nacional, é claro⁹⁶. O diplomata estadunidense Washington também ficara preocupado com a situação, pois vários de seus informantes poderiam negar-lhe informação por causa do mal-estar causado pelas declarações do Ministério das Relações Exteriores estadunidense nos Estados Unidos.

Após o despacho do U.S.S. Pensacola para o Brasil, Washington começa a organizar a retirada dos estadunidenses e mobilizar os cônsules na Bahia, em Pernambuco e em outras partes do país. Lawrence P. Briggs, cônsul dos Estados Unidos na Bahia, parecia estar bastante preocupado com a situação no Estado e em Sergipe, e por isso requeria que o navio estadunidense viesse o quanto antes para o porto de Salvador, conforme consta em telegrama datado de 17 de outubro de 1930. E os acontecimentos dos dias seguintes deram mais motivos

⁹⁶ Assim Washington relatou o fato aos seus superiores do Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos: “A declaração divulgada pelo Ministério à imprensa relativo à instrução do U.S.S. PENSACOLA para Guantânamo está preocupando o governo brasileiro, e fui informado por um oficial de confiança do Ministério das relações Exteriores que sua publicação no Brasil não será permitida pelos censores. Devido ao fato de que reina perfeita ordem nos distritos do Rio de Janeiro e São Paulo e que o governo brasileiro está tentando criar maior confiança no povo, está preocupado que a publicação deste anúncio divulgado por um governo estrangeiro produziria um efeito ruim. (The statement issued by the Department to the press in connection with the ordering of the U.S.S. PENSACOLA to Guatanamo is giving concern to the Brazilian Government, and I have been informed by responsible official of the Ministry of Foreign Affairs that its publication in Brazil will not be permitted by the censors. In view of the fact that perfect order reigns in the districts of Rio de Janeiro and São Paulo and that the Brazilian Government is attempting to create greater confidence among the people, it is feared that the publication of this notice issued by a foreign government would produce a very bad effect.)

Seria apreciado se o Ministério anunciasse à imprensa, embora o fim-de-semana seja passado, que esta embaixada foi informada constantemente que o Rio de Janeiro e São Paulo estavam calmas e que não há risco às vidas e propriedades dos estadunidenses nestas cidades.” (It would be appreciated if the Department would state to the press, when the week-end is past, that this Embassy has continuously been reporting that Rio de Janeiro and São Paulo were quiet and that there has been no danger to American lives or property in these cities.) Telegram sent to State Department October 12, 1930.

para ele preocupar-se, pois foi publicada uma matéria em Buenos Aires, na qual o governo dos Estados Unidos supostamente declarava que apoiaria o governo brasileiro contra os revolucionários. O temor de Lawrence P. Briggs era que isso pudesse aumentar o difuso sentimento anti-estadunidense, sobretudo em Salvador⁹⁷.

Navegando pelo Atlântico, o U.S.S. Pensacola chega a Trinidad e Tobago no dia 17 de outubro com destino aos portos do Pará, Pernambuco e Bahia. Sua ordem era chegar em Salvador, manter contato com os cônsules e fazer a retirada dos estadunidenses caso fosse necessário. O comandante do Pensacola também tinha coordenadas para avisar ao governo revolucionário de Pernambuco que o navio estava chegando, mas ele não estava autorizado a fazer visita oficial em Recife. Talvez o governo estadunidense tivesse receio de que, ao fazer uma visita oficial ao governo revolucionário, isso se configurasse como reconhecimento da legitimidade do novo governo. Assim, caso o governo federal retomasse o controle das cidades, essa atitude pudesse provocar um mal-estar entre os governos amigos, pior que aquele que já havia ocorrido quando o Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos divulgara à imprensa a missão do Pensacola⁹⁸. Este manobrava na costa pernambucana no dia 23 de outubro e partiu para Salvador no mesmo dia. Lá permaneceu até depois do dia 5 de novembro.

Algumas propostas para assegurar a vida dos estadunidenses, britânicos e alemães no Brasil passavam por retirar os estrangeiros das grandes cidades, criar uma zona neutra, onde seria proibida a entrada das tropas rebeldes, transferi-los para alguma ilha ou simplesmente embarcá-los no cruzador U.S.S. Pensacola, nos navios Lorraine Cross e West Ira, ambos também estadunidenses, e nos cruzadores Delhi e Karlsruhe, das marinhas britânica e alemã, respectivamente.

Enquanto os navios não chegavam, F. van den Arend orientava a Embaixada a recomendar o tráfego naval civil para Pernambuco se mantivesse “como de costume”. Os diplomatas queriam evacuar as áreas de conflito, caso fosse necessário, mesmo que em navios mercantes⁹⁹. Walter Washington orienta o cônsul na Bahia, Lawrence Briggs a “fazer uma representação às autoridades na Bahia a fim de que as vidas dos estadunidenses e outros estrangeiros sejam respeitadas”¹⁰⁰. A resposta das autoridades baianas à solicitação do Consulado veio no dia 14 de outubro, com o general Santa Cruz assegurando “que as vidas e

⁹⁷ Telegram received from Amconsul in Bahia, Oct. 18, 1930.

⁹⁸ Telegram received from State Dept. October 20, 1930.

⁹⁹ Telegram sent to AmConsul in Bahia, Oct. 10, 1930; Telegram received from AmConsul in Pernambuco, Oct. 14/30.

¹⁰⁰ Telegram sent to AmConsul in Bahia, Oct. 10, 1930

propriedades dos estadunidenses e outros estão a salvo”. Mesmo assim, Briggs seguia com os planos para evacuar todos os seus compatriotas “para um lugar seguro em caso de necessidade”¹⁰¹. O cônsul dos EUA estava bem preocupado com a situação em Salvador, pois mesmo a presença do cruzador Bahia não garantia, em sua opinião, a segurança na cidade. Informando à Embaixada sobre essa questão, Briggs sentenciou: “o cruzador pode controlar a cidade e obstruir a entrada, mas sua ação é duvidosa”. O resultado disso era que “muitos habitantes estão fugindo para o interior, outros estão preparados para dar as boas vindas aos revolucionários”¹⁰². Em telegrama enviado ao U.S.S. Pensacola no dia 22 de outubro, o cônsul Charles Cameron informa que a situação na Bahia é “mais crítica do que em alguns outros portos na costa brasileira”. Nesse mesmo telegrama, Cameron informa ao comandante do Pensacola que o navio britânico Delhi já havia chegado a Salvador e que a comandante do Karlsruhe “foi instruída a manter contato” com ele “e cooperar de todo o modo possível na proteção das vidas dos estrangeiros”¹⁰³.

O Pensacola só chegou à capital baiana na tarde do dia 24 de outubro quando a revolução já havia sido encerrada no Brasil. Os navios de guerra estrangeiros continuaram no seu litoral até o mês de novembro. Em telegrama do dia 5 de novembro, enviado ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, Edwin Morgan informa que “a presença do U.S.S. Pensacola na Bahia parece não ser mais necessária. O embaixador britânico recomendou que o Delhi retorne. O Karlsruhe já partiu”¹⁰⁴. Porém, no dia 7 de novembro, Briggs relata à Embaixada que tanto o Pensacola quanto o Delhi ainda permaneciam em Salvador.

A vitória da Revolução e o reconhecimento internacional

Ao renunciar à presidência, Washington Luís transferiu o cargo para a Junta Militar formada pelos generais de Exército Tasso Fragoso, Menna Barreto, Firmino Borba, Pantaleão Telles e Leite de Castro. Sobre eles, Morgan diz: são “oficiais responsáveis de longo serviço”. Sobre a junta, sintetiza: “assumiu o controle do governo e está estabelecendo as condições normais”¹⁰⁵. Suas primeiras medidas foram reconhecer e garantir o pagamento de todas as

¹⁰¹ Telegram received from AmConsul, Bahia, Oct. 14, 1930.

¹⁰² Telegram received from AmConsul in Bahia, October 18, 1930

¹⁰³ Telegram sent to U.S.S. Pensacola, through the American Naval Mission, on October 22, 1930.

¹⁰⁴ Telegram sent to Department of State, November 5, 1930

¹⁰⁵ “(...) responsible officers of long service (...) has taken over the Government and is establishing normal conditions”. Telegram sent to State Department October 24, 1930.

dívidas contraídas pelo Brasil no exterior, enquanto preparava-se para transmitir a Presidência, ou melhor, a chefia do governo provisório para Getúlio Vargas, que consoante Charles Roy Nasmith havia feito “excelente carreira como presidente do Rio Grande do Sul e é absolutamente honesto, muito liberal, conciliador e sincero. Pelo meu pessoal conhecimento, ele é a favor de relações amigáveis com os Estados Unidos”¹⁰⁶. Sincero e liberal como qualquer político de seu tipo era, Getúlio Vargas estava prestes a ganhar o poder das mãos dos militares.

A Junta Militar transferiu a governo do Brasil para uma Junta Governativa em 3 de novembro de 1930, tendo Getúlio Vargas como presidente do governo provisório. Em 31 de outubro, o governo do Peru foi o primeiro a reconhecer a nova administração. Os brasileiros pareciam preencher quase todos os requisitos necessários para o reconhecimento diplomático pelos EUA, a não ser pelo fato de não terem estipulado um prazo para a realização de eleições, tal como informa Morgan ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos:

“Todas as demandas contidas nas declarações do Secretário, distribuídas em 17 de setembro último, quando governos existentes na Argentina, Bolívia e Peru foram reconhecidos, parecem ter sido atendidas aqui, exceto no que diz respeito à condução das eleições. Em anúncio do seu programa ao tomar posse ontem, Vargas disse que haveria uma ‘reforma do sistema eleitoral, relativa especialmente às garantias de liberdade de voto’ e ‘reforma do eleitorado, cuja implementação será seguida de consulta à nação com referência ao Estatuto Federal a fim de aumentar a liberdade pública e individual e garantir a autonomia dos estados contra as violações pelo governo central’.¹⁰⁷”

Os novos dirigentes do Brasil, diferentemente daqueles dos outros países, não haviam divulgado nenhuma data de quando seriam realizadas eleições gerais. Vargas alegava ser necessária uma assembleia constituinte que adequasse a Constituição às novas demandas da

¹⁰⁶ “Vargas has made excellent record as President of Rio Grande do Sul, and he is absolutely honest, very liberal, conciliatory and sincere. To my personal knowledge, he is in favor of friendly relations with the United States”. Telegram received from Amconsul, P. Alegre, Oct. 29, 1930.

¹⁰⁷ “All the requisitions contained in the Secretary’s statement released on September 17 last, when existing Governments in Argentina, Bolivia and Peru were recognized, seem to have been fulfilled here except in regard to the holding of elections. In announcing his program upon taking over the Government yesterday, Vargas stated that there would be a “reform of electoral system, relating especially to guaranteeing freedom of vote” and “reform of the electorate having been accomplished the nation will be consulted regarding the choice of representatives with full power to revise the Federal statutes in order to increase public and individual liberty and guarantee the autonomy of the states against violations by the central government.” Telegram sent to State Department November 4, 1930.

sociedade, com reforma do sistema eleitoral, inclusive, antes que novas eleições fossem marcadas. Contudo, a informação levada ao conhecimento do ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos pelo embaixador estadunidense Edwin V. Morgan parece não ter sido suficiente para ele. De forma que Henry Stimson responde cobrando mais notícias a fim de que ele possa tomar uma decisão. A justificativa de Stimson para esse pedido de esclarecimento sobre a situação brasileira era de que “nossa informação é extremamente escassa” e o “Brasil é um país grande com escassos meios de comunicação”. Por isso, Stimson requeria de Morgan uma “prudente opinião”¹⁰⁸. O ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos demonstrava o que desejava do seu subordinado no Brasil:

“uma avaliação da atual situação baseada não somente em sua informação atual, mas em sua residência de muitos anos no Brasil, como para as causas da revolução e a impressão que a atual administração tem sobre o povo do Brasil. Uma declaração neste aspecto deveria estar baseada não nos pronunciamentos dos membros atuais do governo, mas em vossas avaliações do caráter deles e história passada”¹⁰⁹.

Para Henry Stimson era necessário saber, antes de reconhecer o novo governo brasileiro, quais foram os verdadeiros motivos que levaram à revolução, se o grupo que assumiu o poder teria capacidade de manter a estabilidade do Estado e não permitir que comunistas tomassem o Brasil, por exemplo. Também demonstrava inquietação em descobrir se o novo governo tinha intenção em reconhecer as dívidas contraídas durante a administração anterior e como ele se comportaria em relação à população. Outro fato que provocava interesse no ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos era aferir se Vargas tinha ou não vencido as eleições de primeiro de março. Caso houvesse uma recontagem dos votos e ficasse claro que Júlio Prestes havia sido eleito fraudulentamente, isso daria legitimidade ao novo governo e com isso o sistema eleitoral poderia funcionar normalmente. Assim como no trecho exposto acima, em vários outros momentos os diplomatas estadunidenses demonstraram preocupação com a preservação do regime democrático liberal no Brasil.

Poderia haver contra-revolução ou revolução no Brasil? Parece que Stimson tinha bastantes motivos para acreditar que poderia haver uma sublevação comunista no Brasil, após

¹⁰⁸ Telegram received from State Department November 6, 1930.

¹⁰⁹ “I, therefore, desire from you an appraisal of the present situation based not only on your present information but upon your many years residence in Brazil as to the cause of the revolution and the hold that the present administration has on the people of Brazil. A statement in this respect should be based not on the assertions of the present members of the Government but on your estimate of their character and past history. Telegram received from State Department November 6, 1930.

o êxito dos aliancistas. Afinal, os vários relatórios e telegramas enviados pelos diplomatas estadunidenses e pelo chefe da missão diplomática no Brasil aos seus superiores em Washington, dando conta das atividades comunistas, poderiam fazê-lo supor que uma revolução comunista estava mais próxima do país do que se poderia imaginar. Como exemplo, pode-se citar o telegrama enviado em 3 de junho de 1930 ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, no qual Edwin V. Morgan, embaixador daquele país, informa aos seus superiores que havia “rumores correntes” – segundo ele confirmados – de “insatisfação na Marinha”. Além disso, ele comunicava que “os elementos comunistas têm também tentado corromper os soldados estaduais no Rio Grande do Sul por meio de boletins e discursos provocativos. Há alguns meses atrás, a polícia invadiu diretórios comunistas em Porto Alegre e fez detenções”. Durante o mês de outubro, período em que ocorreu a revolução, em outro telegrama enviado no dia 7, Charles R. Cameron, cônsul em São Paulo, confirmava a presença de oitocentos comunistas na cidade. Isso provavelmente deveria deixar os diplomatas estadunidenses receosos e despertos. Curiosamente, ao contrário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os Estados Unidos da América acreditavam mais no potencial revolucionário brasileiro¹¹⁰.

Joseph P. Cotton, agente diplomático na Embaixada, relatava ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA, em comunicação de 14 de outubro, que “o movimento revolucionário neste Estado é muito bem dirigido e também não deve ser superestimado”. As lideranças comunistas no Brasil inquietavam tanto os representantes estadunidenses e provavelmente outros setores da sociedade no Brasil, que em 4 de outubro, Assis Brasil, líder do Partido Liberal, concedia entrevista esclarecendo os reais objetivos da revolução. Neste relato do agente diplomático em Montevideú, Gade, inteirou o governo dos Estados Unidos sobre a entrevista dada por Assis Brasil da seguinte forma:

“este movimento revolucionário é a favor das reformas urgentemente necessárias e que não há comunismo neste movimento, que é absolutamente autêntico. Ele disse que não houve dúvida do sucesso final e que o governo estadunidense deveria compreender a natureza deste movimento e também a sua importância”¹¹¹.

¹¹⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1929-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 205-206.

¹¹¹ Telegram received from American Representation in Montivideo, on Oct. 15, 1930.

Mesmo com essa entrevista, possivelmente os diplomatas ficavam se questionando quais eram as reformas que o novo governo desejaria implementar, pois como Lawrence P. Briggs, cônsul na Bahia, comunicou ao embaixador dos EUA, Edwin V. Morgan, em 10 de outubro, havia uma “população [que] tornara-se inflamada e todas as lojas fecharam”. Para os Estados Unidos, era necessário ficar claro que o movimento revolucionário ocorrido no Brasil, apesar dos distúrbios que aconteceram em Salvador e no Recife, não tinha nenhuma relação com o comunismo – isso para não falar da facção aliancista mais radical, os tenentes, que realmente podiam ter dado um rumo radical ao mudancismo de 1930. Ainda no seu informe, Briggs também dava ciência da prisão do general Santa Cruz em Salvador, realizada “por uma ou duas pessoas”. Ele estava apreensivo com a possibilidade de todas as tropas do governo “deixarem de resistir à invasão da cidade” e que isso deixasse em descontrole “a classe mais baixa que no momento tem um preconceito anti-estadunidense”, além de ser negra e pobre. Como se vê, a presença do aparato repressivo – militar ou policial – era um elemento tranquilizador para as autoridades estadunidenses, no que eram ombreadas pelas elites brasileiras. De Recife, o cônsul F. van den Arend, informava ao embaixador em 24 de outubro “o forte apoio popular” à revolução. Em São Paulo, Charles R. Cameron, participava ao seu chefe que havia “uma multidão tornando-se desobediente; destruindo muitos prédios públicos e residências de políticos”. De fato, sedes de jornais e da polícia eram alvos dos ajuntamentos populares. O mosaico de informações obtido pelo ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos, portanto, não favorecia uma impressão serena sobre o momento político brasileiro. É provável ainda que a incerteza aumentasse quando se inteirasse das leis provisórias decretadas pelo coronel João Alberto (ex-tenente), que tinha São Paulo sob o seu controle no dia 17 de outubro, obrigando os “grevistas a retornarem ao trabalho”, o que decerto não deveria ser incômodo algum para os industriais, mas que também determinara “as fábricas a aumentarem os salários em cinco por cento, a prover mínimo de quatro horas de trabalho por semana”. Sobre a questão salarial em São Paulo, Cameron faz a seguinte análise:

“A situação laboral em São Paulo acima de qualquer dúvida constitui um dos mais graves problemas básicos diante do novo governo. A única outra que se compara é a do eleitorado, e elas são curiosamente similares. Os trabalhadores de São Paulo ficam sabendo tanto dos altos salários estadunidenses quanto das organizações e direitos trabalhistas europeus e acreditam que estão autorizados a gozar igualmente dos mesmos. Mas o real problema é qual é valor do trabalhador de São Paulo? Engajado em um combate puramente econômico, o

que pode receber? Empregadores estrangeiros, em posse de vantagens para analogias, acreditam que os níveis salariais são compatíveis com o valor da produção. O problema do Coronel Alberto é ajudar o trabalhador a fim de obter seu apoio político, e ao mesmo tempo, não diminuir o poder do milréis a ponto de arruinar o país – se de fato ele pensa no último aspecto”¹¹².

O cônsul estadunidense em São Paulo questiona se seria justo os trabalhadores do estado ganharem o mesmo que os seus congêneres nos Estados Unidos ou na Europa. A objeção feita por Cameron à equiparação salarial entre os trabalhadores paulistas e os estadunidenses ou europeus se baseia no engajamento deles nas fábricas, ou seja, na disposição deles para gerar mais lucros aos empresários e no valor da mão de obra brasileira. O diplomata é irônico quando se interroga se as ações do preposto de Getúlio, para conseguir apoio político dos trabalhadores, não prejudicariam a economia do Brasil. Em contraste com que seus colegas dizem dos trabalhadores de Salvador e do Recife, os operários paulistanos aparecem na fonte mais “avançados”, mais conscientes da realidade do operariado estrangeiro. Isso era, com certeza, um risco embutido naquilo que os diplomatas estadunidenses irão pensar para o Brasil pós-revolucionário (como veremos no próximo capítulo). O desejo destes de ver Getúlio fomentando um amplo programa educacional do povo brasileiro comportava, seguramente, o risco de, os trabalhadores mudarem suas expectativas políticas com o ganho em paralelo da difusão da imprensa operária (consequência do difuso domínio da palavra escrita).

Apesar do “forte apoio popular” obtido pelos revolucionários no Brasil, F. van den Arend, cônsul em Recife, não acreditava em contra-revolução, ao menos em 24 de outubro. Entretanto, em 27 daquele mesmo mês, o embaixador Edwin V. Morgan informou ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA sobre um levante ocorrido no 5º batalhão da Polícia Militar no Rio de Janeiro. De acordo com o diplomata, a manifestação “foi rapidamente suprimida”¹¹³. Sem dúvida, o levante dos policiais militares, a participação ou simpatia da população perante a revolução, e os distúrbios sociais provocaram apreensão nos

¹¹² “The labor situation in São Paulo beyond doubt constitutes one of the most serious basic problems facing the new Government. The only other which approaches it is that of the electorate, and they are curiously similar. The São Paulo laborer reads of American high wages and European labor organizations and privileges, and believes that he is entitled to the same. But the real problem is, what is the São Paulo laborer worth? He is engaged in a strictly economic contest, what can he earn? Foreign employers of laborers, with facilities for comparison, believe that the present level of wages here is about as high as the value of the production justifies. Colonel Alberto’s problem is to help labor in order to secure its political support, and at the same time, not to decrease its milréis efficiency so much as to ruin the country – if indeed he thinks of the latter aspect”. São Paulo Political Report. São Paulo, Brazil, November 18, 1930.

¹¹³ Telegram sent to Department of State, Oct. 27, 1930.

Estados Unidos. Embora os comunistas não estivessem organizados a fim de lograrem êxito em um confronto armado com as forças governamentais, eles – os estadunidenses – especulavam que uma revolução poderia ser uma possibilidade oportuna de desdobramento para os comunistas. Isso tudo porque alguns movimentos populares, uns ocorridos antes da revolução, outros depois dela, poderiam estar imbuídos de ideias comunistas. Como a revolução dividiu as elites brasileiras, os estadunidenses tinham medo que essa desagregação pudesse facilitar a ascensão dos comunistas ao poder. Mas ambos, chefes e autoridades brasileiros e estadunidenses, podiam contar com o anticomunismo e a polícia.

“A 3 de outubro de 1930”, escreveu o pecebista Octavio Brandão, “eu estava no lar”, no Rio de Janeiro. Pretendia sair logo cedo, mas a polícia o surpreendeu às 3 da manhã. “Fui preso pela 13ª vez na vida”. No dia 24, a Polícia Central e a Casa de Correção foram tomadas e esvaziadas pela massa sublevada pela queda do governo. Brandão foi solto, mas voltaria a ser preso 27 horas depois, desta vez pelos novos donos do poder. Consoante seu livro, o chefe de Polícia agora era o general Bertoldo Klinger que o fez ser recolhido à – de novo – operante Polícia Central. Brandão foi detido horas depois de comício na Praça Mauá, aonde, “por ordem do PCB”, a revolução havia sido desmascarada como um “golpe do imperialismo norte-americano dos grandes proprietários rurais e grandes burgueses do Rio Grande do Sul e Minas Gerais”. Quando a cavalaria chegou para dispersar o encontro, do alto da estátua de Mauá, Brandão indagou das liberdades prometidas pela Aliança Liberal, ao que o comandante retrucou ““Já o conheço. Não adiante. Dispersar!””. Transferido para a Casa de Detenção, o conhecido militante foi metido em cubículo ao qual juntou-se depois o operário marmorista Minervino de Oliveira, candidato a presidente nas eleições de 1930 pelo Bloco Operário Camponês. Tal como as massas sublevadas em Salvador, não era um homem branco. Mas, além disso, as detenções de Brandão deixam claro que a polícia seguia seu costume de limpar as ruas toda vez que a ordem, para ela, pudesse estar ameaçada pelos “comunistas”, termo que a repressão política brasileira usava com tanta elasticidade como os diplomatas estadunidenses. Mesmo depois de esvaziada pela multidão, a Polícia Central voltou a agir costumeiramente quando colocada sob as ordens enérgicas de um oficial de comando, que rapidamente repôs a hierarquia e o seu funcionamento. Embora os comunistas existissem e lograssem resultados, a polícia minava seus caminhos constantemente. Como veremos no capítulo 2, embora o cônsul no Recife também estivesse sempre preocupado com o

comunismo, a polícia contribuía para serenar seus receios quando admite que o movimento operário enfrentava consideráveis dificuldades criadas pela repressão para se organizar¹¹⁴.

Explicando outras tensões da sociedade brasileira, Edwin V. Morgan, atendendo ao pedido de Henry Stimson, informou ao Ministério das Relações Exteriores nos Estados Unidos que existiam quatro motivos para a ocorrência da revolução no Brasil. Dentre eles estavam o excesso de autoridade do Poder Executivo sobre os outros poderes da República, a imposição de um candidato presidencial pelo Presidente sem aprovação popular, a intervenção federal na Paraíba e o “desrespeito dos direitos dos Estados em Minas Gerais”, e também o não reconhecimento dos deputados e senadores de oposição que foram eleitos pela Paraíba e por Minas Gerais. Morgan assevera ainda que Washington Luís tivera pouca habilidade para negociar com seus opositores e que havia no Brasil uma crescente imposição dos desejos do Poder Executivo sobre os outros poderes, que ocorreu durante vinte anos e que estaria se esgotando com a revolução de 1930¹¹⁵.

Edwin V. Morgan, embaixador estadunidense, procura demonstrar ao ministro das Relações Exteriores de seu país, Henry Stimson, que a forma como Washington Luís havia administrado os problemas internos do Brasil acabou propiciando a instabilidade política que resultou na deposição do presidente brasileiro. Após as informações solicitadas a Morgan por Stimson, este ordenou o reconhecimento do novo governo brasileiro. Ao reconhecimento dos EUA se seguiu o da Inglaterra, Vaticano, Argentina e França.

Embora os cônsules e o embaixador estadunidenses manifestassem o temor de que a revolução possibilitasse a ascensão dos comunistas ao poder, os aliancistas tinham outras perspectivas para o novo governo que começava. Contudo, as disputas que se instalarão logo após a vitória dos revolucionários, justamente entre os grupos que fizeram a revolução de outubro de 1930 dificultam a governabilidade do Brasil, e é o que os documentos emitidos pelos consulados e embaixada durante os anos de 1931 e 1932 passam a mostrar. Os oligarcas dissidentes de Washington Luís e os tenentes se enfrentam provocando ainda mais instabilidade no governo que se inicia, que além de ter que se preocupar com as oligarquias alijadas do poder, tinha de trabalhar para diminuir os conflitos dentro da própria base aliada. Getúlio Vargas, o chefe do Governo Provisório, tem assim o final de 1930 e um ano de 1931

¹¹⁴ BRANDÃO, Otávio. *Combates e Batalhas: Memórias*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 395-398.

¹¹⁵ Telegram sent to State Department November 7, 1930.

emerso em atritos que desembocariam, mais adiante, na revolução Constitucionalista de 1932¹¹⁶.

Os diplomatas estadunidenses iniciaram o ano de 1930 apreensivos com o clima de animosidade política no Brasil. Contudo, após a eleição de março, comemoraram a vitória dos políticos apoiados por Washington Luís, amigo do presidente dos EUA, Herbert Hoover. Embora Júlio Prestes tenha obtido êxito eleitoral, os representantes dos Estados Unidos no Brasil continuaram atentos ao desenrolar dos fatos políticos brasileiros. Inicialmente eles pensaram que Washington Luís teria condições de lidar com as insatisfações do grupo derrotado e debelar quaisquer movimentos rebeldes quer fossem locais ou nacionais. Entretanto, o tempo vai passando e eles percebem que a administração de Washington Luís tinha envelhecido. Nesse momento, era necessário mudar de atitude.

Após a ascensão de Vargas ao Catete, os estadunidenses manterão as suas preocupações com a estabilidade governamental nos estados e no nível nacional. Nesse sentido os diplomatas passam a tentar identificar quais seriam os melhores caminhos a serem seguidos pelo governo central e seus prepostos nos estados, os interventores, e quais os obstáculos a serem superados por eles a fim de permanecer no poder. Por isso a instabilidade política vivida pelo governo Vargas em 1931 e o conflito constitucionalista de 1932 serão analisados os temas dos nossos próximos capítulos.

¹¹⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro [et al.]. *O Brasil republicano, v. 10: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 32-33.

3. O NOVO GOVERNO E OS SEUS DESAFIOS

Os primeiros passos do governo revolucionário e as disputas políticas

A ascensão ao poder de certas oligarquias regionais dissidentes no final da Primeira República, tais como a mineira, a gaúcha, a minoritária oposição paulista, juntamente com os tenentes atuantes na coligação da Aliança Liberal, não alivia as tensões sociais e políticas da sociedade. Antes, as disputas envolvendo os grupos divergentes, os tenentes e o conjunto de políticos afastados do poder pela revolução fornecerão o combustível para mais instabilidades na política brasileira, como trataremos ao longo deste capítulo.

Consultando as fontes diplomáticas, vale ressaltar que os representantes estadunidenses acompanharam atentamente o desenrolar do processo mudancista – assim como suas consequências socioeconômicas e políticas – vigente no maior país sul americano. Lawrence Briggs, cônsul estadunidense em Salvador, F. van den Arend, representante dos EUA no Recife, Charles Cameron, cônsul geral estadunidense em São Paulo, Edwin Morgan, embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, bem como outros funcionários do Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, trocaram correspondências e procuravam explicar aos seus superiores em Washington como os novos donos do poder estavam administrando os governos municipais, estaduais e federal. Os seus relatórios e telegramas versavam sobre política, educação, economia, questões sócio-raciais e militares. Muitas vezes demonstraram preocupação com a situação política desse Brasil recém-saído de uma revolução, que alguns deles torciam para que desse certo. Por vários momentos externaram desaprovação a algumas medidas tomadas pelos políticos brasileiros e também sugeriam o que poderia ser feito para resolver os problemas que afligiam a sociedade brasileira, tais como o analfabetismo, o sistema eleitoral, a economia etc.

Para os estadunidenses, a busca pela estabilidade deveria ser a preocupação primordial do novo governo. Isso porque os novos administradores brasileiros tinham que lidar com a insatisfação dos antigos chefes políticos afastados do poder, mas não aniquilados em suas forças. A revolução de 1930 era a oportunidade para as elites brasileiras resolverem antigas questões. No caso dos estados do Norte, como demonstrou Pandolfi, era a chance de recuperar

o prestígio perdido durante a Primeira República¹¹⁷. Já para os estados com representatividade intermediária no cenário político nacional, era o momento de quebrar a hegemonia política de estados como São Paulo, por exemplo¹¹⁸. Consoante Viscardi, a contestação à supremacia paulista na política nacional começa ainda na Primeira República, quando estados como Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro começam a solucionar as instabilidades políticas internas¹¹⁹. Também tinham que responder aos anseios das camadas mais baixas da população, diminuindo assim as possibilidades de desrespeito à ordem. Era nessa tênue corda-bamba que Vargas e seus aliados tinham que andar, e os estadunidenses relataram passo a passo dos fatos que aconteceram no Brasil.

A melhoria do sistema educacional como solução para os problemas políticos

Um país transformado, contudo, apresentando ainda graves problemas sociais não solucionados (saúde e educação), essa foi a definição do historiador Boris Fausto para o que tinha acontecido com o Brasil ao final dos dois períodos do governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954), à frente do Poder Executivo brasileiro¹²⁰. Assim como Boris Fausto, outros historiadores reconheceram em Vargas um político que marcou a vida pública brasileira, como Robert Levine, que o classificou como “o brasileiro mais influente do século XX”¹²¹. Os diplomatas estadunidenses em seus relatórios apontavam a baixa escolaridade dos brasileiros como um problema a ser resolvido pelo governo revolucionário. Esse Getúlio Vargas que assumiu a presidência da República em 3 de novembro de 1930 encontrou um país com um sistema educacional precário. O analfabetismo atingia cerca de 80% da população brasileira conforme informação do embaixador estadunidense Edwin Morgan. A Primeira República havia terminado, mas não os problemas sociais e políticos que a assolavam. Além da conhecida questão do trabalho urbano, o novo governo resolveu, por

¹¹⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves, “A Trajetória do Norte”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.), *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980. pp. 341-350.

¹¹⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. “Introdução” In GOMES, Ângela de Castro (org.), *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980. pp. 26-33.

¹¹⁹ VISCARDI, Cláudia M. R. “O Federalismo Oligárquico Brasileiro: uma revisão da política do café com leite” In *Anuario Del Iehs*, Tandil - Argentina, v. 16, p. 4-16, 2001; VISCARDI, Cláudia M. R. “Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro” In *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLII, pp. 6-16, 2006.

¹²⁰ FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pág. 12.

¹²¹ LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, pág. 13.

meio do decreto 19.402, de 18 de novembro de 1930, tentar atacar dois de seus maiores problemas, o educacional e o da saúde.

O que Fausto viu como uma sobrevivência negativa a dois governos que de fato redefiniram o país, foi visto, em cima da hora, como um problema importante que exigia resolução. Consoante o embaixador dos Estados Unidos, apenas os três estados mais ricos da federação, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, e mais o Distrito Federal, tinham um sistema educacional. Mas Morgan considerava que sequer podiam ser vistos como eficientes¹²². Morgan tinha a seguinte opinião sobre a possibilidade de melhoramento da educação brasileira:

“pela primeira vez torna-se possível esperar que a educação pública será independente, tanto financeiramente quanto intelectualmente, de um estado que está em uma posição de estabelecer e manter escolas primárias e secundárias satisfatórias”¹²³.

Os ensinos fundamental e médio tinham que ser satisfatórios para a maioria do povo, mas não era isso o que acontecia no Brasil, país em que o analfabetismo atingia quase 80% da população. Isso por si só já minava as oportunidades de muitos brasileiros pobres, reforçando a marginalização dos trabalhadores em algumas regiões do país, como no Norte, onde as pessoas tinham baixa remuneração salarial e, por conseguinte moravam em casas ruins e tinham uma qualidade de vida igualmente ruim¹²⁴. F. van den Arend via na revolução de outubro de 1930 uma forma de minimizar alguns problemas das classes subalternas que poderiam ser insufladas contra o governo pelos antigos líderes políticos brasileiros ou por comunistas. Como se não bastassem os desafios de alfabetizar a maior parte da população, o novo governo tinha diante de si a vastidão do território brasileiro, uma desigual distribuição de contingente populacional, e grupos políticos implantados no nível estadual e local. Por isso, as novas autoridades no poder necessitariam de muitos recursos financeiros para investir no sistema educacional de um país com as características do Brasil. Esses problemas sociais, aos olhares atentos dos estadunidenses no Brasil, se constituíam num obstáculo a ser superado

¹²² “... have maintained a school system which even approximately could be called efficient”. Dispatch N° 3454, Rio de Janeiro, November 19, 1930.

¹²³ “for the first time makes it possible to hope that public education will be independent of whether financially and intellectually a state is in a position to establish and maintain suitable primary and secondary schools”. Dispatch N° 3454, Rio de Janeiro, November 19, 1930.

¹²⁴ Ver citação do relatório político de F. van den Arend, mencionado no capítulo anterior. Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 10, 1930.

pelos novos governantes. Além disso, segundo o embaixador estadunidense, Edwin Morgan, o governo teria como tarefa estruturar o sistema educacional superior. Com relação a isso, ele faz a seguinte observação:

“Universidades, qualquer uma no sentido estadunidense ou europeia, não existem neste país, faculdades locais de direito e medicina, com os institutos politécnicos, frouxamente agrupadas sob o termo de “universidade” é o que há. A organização de um sistema universitário será uma das tarefas que espera o novo Ministro, e acredita-se que nisto, como em outras direções, o modelo estadunidense será solicitado e aplicado na medida em que as condições locais as façam recomendáveis”¹²⁵.

Como se vê acima, Morgan parecia estar convencido de que as mudanças educacionais necessárias ao desenvolvimento do Brasil, inclusive no ensino superior, com as quais o Governo Revolucionário teria que lidar, poderiam carecer do *know-how* estadunidense, esperando que o modelo dos Estados Unidos fosse solicitado, tanto como referência, quanto talvez como missionário. Possivelmente Morgan pensasse na possibilidade de uma maior aproximação entre os governos de Vargas e Hoover através da educação, uma vez que o Brasil estava “para defender a sua (...) posição entre as nações”, o que exigia “eficiência e rapidez”¹²⁶.

O alto índice de analfabetos, os baixos salários, as péssimas condições de vida e de moradia no Brasil dos anos 1930 eram vistos com preocupação pelos diplomatas estadunidenses. Eles acreditavam ser possível a disseminação e posterior instalação do comunismo pois cogitavam, receosos, que o analfabetismo da maioria da população tornaria os trabalhadores ingênuos e suscetíveis às ideologias comunistas¹²⁷. A questão educacional os preocupa tanto que eles não conseguiram vislumbrar um efetivo sufrágio universal no Brasil. Na opinião de Edwin Morgan, os brasileiros não estariam preparados para votar. Não saberiam o que fazer. As ideias dele estão fundamentadas na grande quantidade de analfabetos existentes no país, o que seria agravado pelo fato de que a maioria da população

¹²⁵ “Universities, either in the American or European sense, do not exist in this country, local faculties of law and medicine, with the polytechnic institutes, being loosely grouped together under the term ‘university’. The organization of a university system will be one of the tasks awaiting the new Ministry, and it is believed that in this, as in other directions, North American models will be sought and applied insofar as local conditions make them advisable”. Dispatch N° 3454, Rio de Janeiro, November 19, 1930.

¹²⁶ “... country is to justify her alleged position among the nations, must be performed with efficiency and despatch”. Dispatch N° 3454, Rio de Janeiro, November 19, 1930.

¹²⁷ Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 10, 1930.

vivia na zona rural¹²⁸. Esse pensamento de Morgan não lhe era exclusivo, uma vez que tanto no Império quanto na Primeira República as elites brasileiras justificaram a inutilidade do voto dos analfabetos, pois acreditavam que uma população sem instrução formal estaria incapacitada de discernir sobre bons candidatos. O afastamento dos analfabetos das eleições durante o Império e a Primeira República significava na prática que os políticos seriam votados por muito poucos brasileiros. Na Bahia, 82% da população não podiam votar no ano de 1890¹²⁹.

Em seu argumento sobre as desvantagens do sufrágio universal para o Brasil, Morgan se baseia também nos pareceres emitidos pelo cônsul em São Paulo, Charles R. Cameron. Este último era bem claro em seus pareceres sobre como deveria ser o sistema eleitoral no Brasil. Não era possível um sistema eleitoral igual ou semelhante ao dos Estados Unidos, para início de conversa. O sistema aqui deveria estar adaptado à imensa massa de analfabetos, claro. As mudanças que o Governo Provisório desejava implantar dependeriam muito da reforma eleitoral e de um partido, provavelmente nacional, já que as organizações partidárias eram regionalmente arraigadas.

A fragmentação dos partidos políticos no Brasil seria provocada por um personalismo que era proveniente da queda do Império. Consoante Morgan, o sistema político-partidário brasileiro funcionaria da seguinte forma:

“antes de uma eleição geral, uma pessoa importante congregava um grupo de amigos em torno dele e depois, adotando certos lemas políticos sob uma designação que geralmente apoiava o nome do líder político, organizava um partido político. Subsequente à eleição, ou à ocasião específica que resultou em sua formação, o grupo se desfazia ou cessava de comandar o interesse público”¹³⁰.

Talvez por causa dessa política personalista, na qual os partidos políticos se formavam em torno de lideranças locais, os diplomatas estadunidenses demonstravam muito ceticismo

¹²⁸ SAMPAIO, Consuelo. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação*. Salvador: Editora da UFBA, 1998, p. 29.

¹²⁹ SAMPAIO, Consuelo. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: uma Política de Acomodação*. Salvador: Editora da UFBA, 1998, p. 29.

¹³⁰ “... before a general election, an outstanding individual has collected a group of friends around him, and after adopting certain political shibboleth under a designation which usually bore the name of political leader organized temporarily a political party. Subsequent to the election, or to the specific occasion which gave rise to its formation, the group disbanded or ceased to command public interest. Despatch N° 3457, Rio de Janeiro, November 20, 1930. Para maiores informações sobre a questão política republicana brasileira desde o fim do Império, ver SAMPAIO, Consuelo. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: Uma Política de Acomodação*. Salvador: Editora da UFBA, 1998, pp. 46-54.

quanto à possibilidade de uma estabilidade governamental sem uma população instruída o suficiente para perceber as nuances entre os diversos grupos políticos e doutrinas. Outra preocupação constante dos diplomatas dizia respeito à corrupção. Conforme visto acima, embora Edwin Morgan avaliasse que no governo revolucionário nenhum grupelho de pessoas sérias e extasiadas seria bastante hábil para alterar a maneira de se fazer política no país, o aparelhamento do espaço público por interesses privados se repetia como um círculo vicioso, consoante pode ser observado em constatação de F. van den Arend sobre a corrupção no Brasil, o analfabetismo das classes baixas e a importância que elas davam à política, contido em relatório político de 9 de dezembro de 1930¹³¹. Para este, a nova administração dos revolucionários de outubro, embora falasse muito de reforma social, não tinha “demonstrado nenhuma tendência para consertar a estrutura social”¹³².

Mas não só a ameaça comunista preocupava os diplomatas estadunidenses quando se falava em educação. Eles acreditavam não ser possível o novo governo manter-se no poder sem que os governantes investissem em educação. Ainda na opinião dos diplomatas dos Estados Unidos, a cultura política brasileira e a corrupção somente poderiam ser modificadas com a melhoria do sistema educacional. O cônsul dos Estados Unidos em Pernambuco costumava chamar a atenção para a baixa escolaridade dos trabalhadores pernambucanos.

A crise econômica brasileira na visão dos representantes estadunidenses no Brasil

O ano de 1930 se configurava como um período de crise econômica não só no Brasil, mas também no mundo, por causa da *débâcle* da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929. Contudo, Hobsbawm sugere que a crise teria sido muito menos impactante para o Brasil do que para outros países do globo, o que ele justifica argumentando que a depressão teria sido pior nos países industrializados.¹³³ Aliás, o fato de serem avessas à industrialização não seria

¹³¹ “The principal danger which appears to threaten the new state administration in the long run, provided the present crisis is successfully weathered, is graft. Golden opportunities are bound to present themselves to public officials. Where the public is divided chiefly into two camps, the large class of illiterates who can take no intelligent interest in politics, and the small class of educated people who are generally indifferent to politics, the way of the grafter is uncommonly smooth. The danger is that in the course of time the familiar cycle will repeat itself and that the end of frequent revolutions in this region is not yet in sight”. Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

¹³² “... It has not displayed any tendency to tinker with the social structure”. Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

¹³³ “O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (entre dois terços e três quartos do café vendido no mundo vinham desse país.) Apesar

uma especificidade das elites brasileiras. Hobsbawm também demonstra que a industrialização não fazia parte dos planos dos grupos que influíam nas decisões dos países da América do Sul¹³⁴.

Ainda assim as empresas internacionais com negócios no Brasil se ressentiram com a falta de crédito no mercado. O café, açúcar, o cacau, a borracha e o couro foram os produtos agrícolas brasileiros mais atingidos com a retração no mercado mundial de commodities. Essas commodities sofreram com o recuo nos preços, embora no caso do café, por exemplo, houvesse desabastecimento no mercado mundial. Contudo, ao invés dos preços aumentarem, eles diminuíaam por causa da crise e do excesso de produção do seu maior exportador, o Brasil, conforme informa o cônsul dos Estados Unidos em Pernambuco, F. van den Arend¹³⁵. Como resultado da dificuldade de encontrar bons preços para os produtos agrícolas brasileiros, as exportações caíram 25% e as importações 33% em 1930¹³⁶. A redução nas importações se deu em grande parte por causa da queda do consumo “dos veículos automotores, todos os têxteis, maquinário industrial e praticamente todos os artigos de luxo”. As importações foram reduzidas aos produtos necessários tais como alimentos, combustíveis, refrigeradores, fármacos¹³⁷. A limitação das importações atingiu um dos parceiros comerciais na Europa, a França, que se queixou contra o tratamento dado pelo governo brasileiro às commodities francesas justamente em um momento de crise econômica mundial.

Os problemas econômicos provocados pela diminuição do volume de transações comerciais no exterior tendiam a aumentar, pois, apesar dos impactos diferenciados, as dificuldades financeiras atingiram tanto os países centrais quanto os periféricos, uma vez que estes dependiam da venda de seus produtos agrícolas para movimentar as suas economias e aqueles estavam sujeitos à comercialização de suas mercadorias manufaturadas, também circulantes nos países pobres. Com os problemas gerados com o desaquecimento da economia global, a Argentina também restringiu as suas importações. Mediante tal ação, o governo argentino decidiu reduzir a compra de erva-mate dos produtores brasileiros. A medida

disso, a Grande Depressão foi muito mais tolerável para os brasileiros ainda em sua grande maioria rurais que os cataclismos econômicos da década de 1930; sobretudo porque as expectativas das pessoas pobres quanto ao que podiam receber de uma economia ainda eram extremamente modestas”. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XIX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pág. 97.

¹³⁴ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XIX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pág. 203.

¹³⁵ Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

¹³⁶ Despatch N° 3464-G, Rio de Janeiro, November 26, 1930.

¹³⁷ “The reduction of imports by commodities in great part of automotive vehicles, all textiles, industrial machinery and nearly all articles of the luxury class”. Report on the general conditions prevailing in Brazil. Despatch N° 3559-G, Rio de Janeiro, March 28, 1931.

provocou preocupação não somente nos fazendeiros, mas no Executivo federal também. A querela entre os dois governos sobre a questão da comercialização da erva-mate foi analisada da seguinte forma pelos diplomatas estadunidenses:

“Há uma nuvem sinistra também sobre as relações externas do Brasil que podem causar consequências infelizes. O governo argentino tem proibido a importação de erva mate brasileira na Argentina, que era o principal comprador do Brasil. Se esta previsão for mantida, prejuízo econômico sério pode ser imposto sobre os estados do Paraná e Santa Catarina, que podem criar uma situação com a qual o Governo Provisório acharia difícil negociar”¹³⁸.

O Governo Provisório logo se apressou a tentar solucionar a questão, pois como cogitava Edwin Morgan, embaixador dos Estados Unidos, a disputa comercial poderia causar-lhe ainda mais problemas, além daqueles que já existiam. Provavelmente, a preocupação do Governo não estava somente no fato de que a atitude argentina abalaria a economia dos estados produtores de erva-mate, Santa Catarina e Paraná, mas provocaria mais desemprego, recessão e possivelmente mais descontentamento entre trabalhadores e patrões. Morgan parecia estar preocupado com a estabilidade econômica e do Governo Provisório, assim como os seus colegas de trabalho nos consulados da Bahia e de Pernambuco. Isso porque as bases políticas da República até aquele momento estavam assentadas em estruturas oligárquicas não totalmente abaladas pela Revolução de 1930. Sem dúvida, essa seria “uma situação com a qual o Governo Provisório acharia difícil negociar”¹³⁹.

Enquanto os diplomatas brasileiros tentavam achar uma solução amigável com o país platino, o primeiro ministro do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor, reuniu-se em Curitiba com os plantadores de erva-mate dos estados sulinos em um congresso para discutir o problema causado pela restrição das importações do produto agrícola pelos argentinos. O congresso ocorreu no mês de março de 1931, período em que “Getúlio Vargas e muitos membros do Governo Provisório” estavam ausentes do Rio de Janeiro. Alguns como Vargas, os ministros da Educação e da Justiça, o chefe de Polícia

¹³⁸ “There is a dark cloud also on Brazil’s foreign relations which may cause unfortunate consequences. The Argentine Government has forbidden the importation of Brazilian herva matte into Argentina, which was Brazil’s chief customer. Should this provision be maintained, serious economic loss may be inflicted upon the States of Paraná and Santa Catharina, which may create a situation with which the Provisional Government would find it difficult do deal”. Despatch N° 3498, Rio de Janeiro, January 5, 1931. Com referência a tradução feita da palavra inglesa dark, optei por traduzi-la como sinistra, já que esta é um dos sinônimos encontrados no dicionário digital inglês-inglês Collins Cobuild. Além da palavra *sinister*, poderemos encontrar *infernal*, *mysterious*, *sombre*, *shadowy*, etc.

¹³⁹Despatch N° 3498, Rio de Janeiro, January 5, 1931.

estavam de férias. O ministro da Agricultura, Assis Brasil, estava em Buenos Aires, “em missão especial”, provavelmente discutindo com o governo argentino uma solução para a crise do chá. Morgan relatou ao Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos que durante o congresso dos plantadores de erva-mate em Curitiba foi aprovado “por unanimidade a resolução fixando o preço mínimo do mate e criando um imposto do sul para a propaganda e comércio da erva-mate”. Consoante o embaixador estadunidense, esperava-se que o preço mínimo compensasse “a redução na exportação ocasionada pelas restrições argentinas”¹⁴⁰. Além dessa medida, os plantadores de erva-mate queriam que o governo brasileiro agisse com o objetivo de conseguir o término das restrições argentinas. As negociações tiveram algum efeito, pois o governo platino marcou para o fim de junho de 1931 a suspensão das restrições de importação da erva-mate.

Embora o Brasil tivesse reduzido as importações de mercadorias a fim de diminuir os prejuízos decorrentes da queda nas exportações, continuou a comprar dos países estrangeiros os gêneros que mais necessitava. Foi o caso dos alimentos, combustíveis e refrigeradores. Com referência aos combustíveis, o Brasil passou a importar gasolina e querosene, além de cimento e nafta, da União Soviética. Conquanto o país não tivesse relações comerciais com os soviéticos, pois ainda nem a havia reconhecido politicamente, importava os produtos que necessitava deles. Isso era feito por intermédio de um comerciante uruguaio que também exportava mercadorias brasileiras como couro, algodão, lã e gado bovino. Angel Lostorno justificava a preferência pelos produtos soviéticos e demonstrava ter planos para ampliação dos negócios no Brasil, como pode ser constatado a seguir:

“Estou fazendo no Brasil o que já tenho feito em várias repúblicas sul-americanas que não têm relações comerciais com a União Soviética. Gasolina russa, como é bem conhecida, é melhor do que a estadunidense. Antes da guerra foi usada por todos os automóveis. Além disto, tem a vantagem de ser muito mais barata. A primeira compra é alguma coisa de um experimento. Depois pretendo adquirir um estoque maior e instalar um posto de gasolina russa não apenas em São Paulo, como também pelo resto do país. Minha vinda a São Paulo possivelmente desenvolverá negócio futuro referente ao carregamento de café para a União Soviética”¹⁴¹.

¹⁴⁰ “... approving unanimously the resolution fixing the minimum export price of matte, and creating a sur tax for the propaganda and advertisement of herva matte. It is hoped that the increased price will compensate for the reduction in export brought about by the Argentine restrictions”. Despatch N° 3559-G, Rio de Janeiro, March 28, 1931.

¹⁴¹ “I am doing in Brazil what I have already done in various South American republics which have no trade relations with the Soviet Union. Russian gasoline, as is well known, is better than the North American. Before

Mas qual a razão dos documentos da diplomacia estadunidense citar a compra de produtos comerciais soviéticos por um empresário uruguaio radicado no Brasil? Uma inquietação, provavelmente, com uma possível aproximação entre Brasil e União Soviética. Ainda que a compra de gêneros como a gasolina não fosse realizada pelo governo ou por empresas brasileiras, o fato de um uruguaio importar mercadorias soviéticas e distribuí-las no país leva alguma preocupação aos representantes dos Estados Unidos. A gasolina e o querosene soviéticos mais baratos não só geravam mais lucro para os importadores, mas também ajudavam a diminuir os custos com o transporte dos produtos no mercado interno, reduzindo gastos. Além dos motivos já alegados por Lostorno para importar as mercadorias soviéticas, ainda havia outro citado por ele: “o governo russo é o melhor dos clientes. Ele paga seus débitos à vista e em ouro”¹⁴². Este vigor econômico demonstrado pela União Soviética em um momento de crise mundial pode ser explicado pelo fato de ela ter ficado isenta dos efeitos crise do sistema produtivo mundial que iniciou em 1929, como demonstrou Hobsbawm¹⁴³.

Ao passo que a crise econômica ia atingindo algumas regiões do país, sobretudo São Paulo, no Norte, ela chegaria conjugada a um outro fenômeno, a seca. Por isso, os trabalhadores da região, consoante F. van den Arend, cônsul estadunidense em Pernambuco, podiam acabar abraçando uma revolução como uma possibilidade para terem “mais trabalho, aluguéis mais baratos e comida”. Entretanto, a seca que assolava o semi-árido provocava o aumento dos preços dos “alimentos básicos” e isso deixava os trabalhadores impacientes, gerando alguns distúrbios nos estados¹⁴⁴.

Arend via na impaciência dos trabalhadores com as questões que os afligiam diretamente, como o desemprego, inflação dos alimentos e aluguéis, motivos suficientes para provocar a instabilidade do novo governo. Em seus relatos, expõe como o governo poderia

the war it was used by all automobiles. Moreover, it has the advantage of being much cheaper. This first purchase is something of an experiment. Later, I intend to acquire a larger stock and to install Russian pumps, not only in São Paulo, but through the rest of the country. My coming to São Paulo possibly will develop future business regarding the shipment of coffee to the Soviet Union”’. Report on the general conditions prevailing in Brazil. Despatch N° 3559-G, Rio de Janeiro, March 28, 1931.

¹⁴² “The Russian Government is the best of clients. It pays its obligations at sight and in gold”. Despatch N° 3559-G, Rio de Janeiro, March 28, 1931.

¹⁴³ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XIX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pág. 100.

¹⁴⁴ “... more work, lower rents, and lower food prices” (...). Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

combater os problemas socioeconômicos da região, garantindo assim um aumento da popularidade, conforme pode ser percebido abaixo:

“Se o comércio melhorar suficientemente para absorver muitos dos atuais desempregados, contudo, este perigo pode facilmente ser prevenido. Embora não tenha controles sobre os preços do açúcar, o governo naturalmente administraria para obter uma boa porção do crédito para melhorar as condições do comércio, especialmente entre as classes mais baixas. Ao mesmo tempo, a receita dos impostos estaduais aumentaria e facilitaria a reabilitação das finanças públicas. Mesmo se for possível presumir que a probidade dos novos funcionários não oferece grandes melhoras sobre a antiga administração, as circunstâncias tornam praticamente inevitável uma política de reconstrução econômica e financeira a ser estritamente seguida por algum tempo. E se o governo for capaz, no curso dos próximos poucos meses, mostrar um progressivo melhoramento na situação financeira do estado [Pernambuco], similar ao que executou na Paraíba, sua popularidade estaria garantida”¹⁴⁵.

A principal preocupação do cônsul dos Estados Unidos em Pernambuco não consistia apenas na impaciência dos trabalhadores, mas também na governabilidade. Era por isso que para ele não bastava a mudança de governo, mas sim uma modificação na maneira de administrar o estado. Isso garantiria a recuperação da economia pernambucana e possivelmente reduziria a possibilidade de novos distúrbios sociais em um dos principais estados do Norte brasileiro.

F. van den Arend identificava em seu despacho de 9 de dezembro de 1930 que, embora os intelectuais e empresários pernambucanos encarassem a corrupção como algo “inevitável” nos poderes públicos, logo aderiram às propostas de reformas que os liberais faziam. Estas também contagiaram, consoante Arend, as “classes mais baixas e médias” da sociedade. Parecia haver um desejo de mudança, de combate à corrupção na administração pública que animou os diversos extratos sociais. Nem a iniciativa do governador Coimbra de tentar valorizar a indústria açucareira conseguiu recuperar a popularidade dele junto à população. “Os homens de negócios locais” não se entusiasmaram muito com a revolução,

¹⁴⁵ “If business improves sufficiently to absorb most of the present unemployment, however, this danger may easily be averted. Although it has no control over sugar prices, the government would doubtless manage to secure a good share of the credit for better business conditions, especially among the lower classes. At the same time the revenue from state taxes would increase and facilitate the rehabilitation of the public finances. Even if one assumes that the probity of the new officials offers no great improvement over the preceding administration, circumstances render it practically inevitable that a policy of economy and financial reconstruction will be faithfully followed for some time to come. And if the government is able, in the course of the next few months, to show a progressive improvement in the state’s financial situation, similar to that achieved in Parahyba, its popularity would be assured”. Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

mas concordaram com ela tão logo perceberam que o movimento não tinha vinculação com o comunismo¹⁴⁶. Arend analisa como positiva a administração dos revolucionários em Pernambuco, que era conduzida por um usineiro, o qual tentava suprimir todo tipo de propaganda comunista no estado. Em suas ações, o governador deixava os “agitadores” detidos em tarefas de propaganda “aterrorizados com execução sumária”¹⁴⁷. O cônsul estadunidense externou a seguinte opinião com respeito ao governo revolucionário em Pernambuco para o embaixador no Rio de Janeiro:

“Não parece haver nenhuma razão, entretanto, para duvidar da sinceridade dos atuais líderes Liberais neste estado. Sem fechar um dos olhos para a probabilidade – pode-se seguramente dizer certeza – de a corrupção, em seu devido tempo, recuperar o controle da política local, seria um erro não reconhecer os esforços que estão sendo feitos no momento para eliminar a corrupção, para fazer a economia produzir e aumentar a eficiência nas repartições do governo. As medidas tomadas até agora estão de acordo com aquelas adotadas por João Pessoa na Paraíba, que efetivamente resultaram em um rápido melhoramento da posição financeira do estado (...). Não seria surpresa perceber um apreciável melhoramento nas finanças estaduais e municipais depois de um pouco mais de meses ter passado”¹⁴⁸.

O Brasil republicano até a década de 1930 tinha realidades regionais distintas. Enquanto no Centro-Sul a economia continuava sendo mantida pela lavoura cafeeira, na Bahia, por exemplo, o declínio do açúcar adentrou a República, fragilizando a tradicional vocação da economia agro-exportadora que, mesmo diversificada com a cacauicultura e a atividade fumageira, não revertia sua – desmoralizadora – curva geral descendente. O incremento da economia do Centro-Sul do Brasil e a decadência daquela que foi uma importante área da economia brasileira até o final do império provocaram também uma baixa na influência direta dos políticos da Bahia sobre a capital carioca. Entretanto, isso não significa afirmar que a importância da Bahia não fosse reconhecida nas lideranças de J. J.

¹⁴⁶ Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

¹⁴⁷ Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

¹⁴⁸ “There does not appear to be any reason, however, to doubt the sincerity of the present Liberal leaders in this state. Without closing one’s eyes to the probability – one may safely say to the certainty – that corruption will in due course regain control of local politics, it would be a mistake not to recognize the efforts which are at present being made to eliminate graft, to effect economies, and to increase efficiency in government offices. The measures taken thus far are in line with those adopted by João Pessoa in Parahyba, which actually resulted in a rapid improvement of the state’s financial position (see report of September 10th). So far as it is possible to judge after a few week’s trial, the results in Pernambuco are also encouraging. It would not be surprising to find a noticeable improvement in the state and municipal finances after a few more months have elapsed”. Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

Seabra, de Rui Barbosa ou dos Calmon, dentre outros nomes. De fato, esse sentimento de declínio dos baianos podia ser reapropriado como mais um fator de convencimento quando da ocasião de defender o quinhão da Bahia no jogo político dos estados.

Diante da instabilidade econômica, política e social, administradores públicos, como João Pessoa representavam uma esperança de mudança para a população paraibana. A confiança do povo, consoante o cônsul estadunidense em Pernambuco, estava na eficiência do uso do dinheiro público, no combate à corrupção, em obras públicas que propiciassem a melhoria das condições de vida da população. Arend advogava que uma expansão do comércio, incluindo as camadas mais baixas da população, permitiria aos governos uma maior arrecadação de impostos e, por conseguinte, aumento de empregos e recuperação das finanças públicas¹⁴⁹. O cônsul se preocupava com a questão econômica dos estados do Norte por causa dos movimentos dos trabalhadores e uma possível influência comunista nas ações deles. É por isso que ele manifestava o desejo de que o interventor de Pernambuco agisse com cautela em relação ao hábito das classes subalternas jogarem no jogo do bicho.

Pernambuco, os negros analfabetos, o jogo do bicho e os movimentos dos trabalhadores

A revolução de outubro de 1930 ocorrida em um momento de crise política e econômica parece ter deixado mais visível as fraturas raciais e de classe na capital pernambucana. F. van den Arend, cônsul estadunidense em Recife, pareceu ficar impressionado com o aumento da criminalidade na cidade, com a presença coletiva dos trabalhadores e com o envolvimento da população das classes mais baixas no jogo do bicho. Aos seus olhos, a “desordem” crescera “sensivelmente desde a revolução”. Tal desalinho, segundo a fonte, “mostrou claramente que as coisas estavam saindo do controle da polícia”¹⁵⁰. A capital, que tinha sido palco de cenas de violência durante o movimento de outubro, deixando os estadunidenses apreensivos (e exigindo de F. van den Arend que procurasse medidas de proteção aos seus compatriotas caso a revolução se radicalizasse mais), dava agora demonstrações de que o cenário social instável poderia ter continuidade, mesmo com o novo governo. Lima Cavalcanti, o interventor de Pernambuco, procurou resolver o problema

¹⁴⁹ Political report, American Consulate General, Pernambuco, December 9, 1930.

¹⁵⁰ “... lawlessness has increased steadily since the revolution”; “... showed plainly that the things were getting beyond the control of the police”. Political report, American Consulate, Pernambuco, February 13, 1931 “Discontent among the laboring classes in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

da criminalidade trazendo de volta o antigo chefe de polícia, Ramos de Freitas. Não sem sofrer resistência dos revolucionários que o odiavam, segundo informações do cônsul estadunidense no estado. Contudo, conforme Arend, “sua habilidade para manter as classes baixas em ordem” era amplamente notória¹⁵¹. Além disso, o governo federal ofereceu ajuda para controlar a situação e devolver a ordem pública a Recife.

De acordo com F. van den Arend, para diminuir a insatisfação dos trabalhadores, as autoridades públicas no comando do estado começaram a tomar medidas para “facilitar a aquisição e economia de dinheiro”, além de diminuir o valor dos aluguéis e criar empregos temporários para os desempregados, que consertariam ruas e rodovias. Entrementes, essas medidas “eram inquestionavelmente menos populares entre as classes que eles tinham pretendido beneficiar”. Contudo, a diminuição dos aluguéis e as outras ações tomadas pelo governo, pareciam, aos olhos dos estadunidenses, não satisfazer plenamente os trabalhadores que demonstravam ter planos mais amplos. Com mais dinheiro nas mãos e provavelmente com esperança de melhorar de vida, as classes populares pernambucanas investiram no jogo de azar conhecido como “bicho”. Essa loteria era mais barata do que a nacional, por isso sua maior aceitação. O novo delegado de polícia proibiu a loteria novamente e Arend, embora achasse que a “abolição desses jogos de azar seja desejável”, não enxergava “sabedoria” no ato de proibir o bicho naquele momento. O cônsul acreditava que o início de um governo não era a melhor ocasião para impor medidas que contrariassem as massas, talvez pensando que isso poderia exaltar seus ânimos. Por isso mesmo achava melhor que se postergasse a medida até que “o governo estivesse mais firmemente no comando e o retorno das melhores condições comerciais tivesse reduzido o desemprego”¹⁵².

A respeito do jogo de azar e do desarranjo social em Recife, Arend pondera que não só as autoridades, mas as grandes empresas tinham responsabilidade sobre o que estava acontecendo. Mais adiante ele observa que “o tipo de negrões e mestiços analfabetos que constituem as classes trabalhadoras nessa região do país deve naturalmente ser levado em

¹⁵¹ “.... his ability to keep the lower classes in order was generally recognized”; Political report, American Consulate, Pernambuco, February 13, 1931 “Discontent among the laboring classes in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁵² “.... to facilitate the earning and saving of money...”; “these measures”... “were unquestionably less popular among the classes they were designed to benefit”; “Bicho”; “the abolition of these gambling games is desirable, the wisdom of prohibiting ‘Bicho’ at this juncture is widely questioned”; “... the government was more firmly in the saddle and the return of better business conditions had further reduced unemployment”. Political report, American Consulate, Pernambuco, February 13, 1931 “Discontent among the laboring classes in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

consideração a fim de se entender essa situação”¹⁵³. O cônsul estadunidense em Pernambuco, assim como o seu compatriota na Bahia durante os protestos do quebra-bondes, Lawrence Briggs, se preocupava com a participação de trabalhadores nos movimentos sociais, muitos deles negros, que compunham a maior parte dos analfabetos do Brasil. Arend também estranhava que um jogo de azar como o do bicho ter papel importante, pois era algo infantil demais para ser verdade. Ou seja, o cônsul acreditava que a insatisfação dos trabalhadores, compostos de negros e mestiços iletrados, era um impedimento à estabilidade do novo governo. Sua análise estava baseada na menor oferta de emprego num momento de crise econômica mundial, o que na opinião do representante estadunidense em Pernambuco poderia permitir a expansão do comunismo e também dificultar o controle do Estado sobre essas massas.

Com a continuidade da insatisfação entre os trabalhadores, uma vez que as primeiras medidas tomadas pelo governo foram menos populares do que ele próprio esperava, a interventoria iniciou as discussões sobre a lei de férias. Arend analisa que nesse momento os trabalhadores cogitaram a possibilidade de realizar uma greve geral no dia 14 de fevereiro. Com relação a este anúncio, o cônsul duvidava que pudesse acontecer, mas acreditava que a insatisfação popular aumentava “as responsabilidades de um governo já perseguido pelas dificuldades financeiras, desemprego e o problema da assistência à seca no interior do estado”¹⁵⁴.

Diante dos problemas vividos por Lima Cavalcanti, qual seria a opinião do cônsul estadunidense em Pernambuco sobre uma população insatisfeita, composta de trabalhadores negros e mestiços analfabetos, e as condições deles produzirem um movimento social que significasse uma ameaça concreta ao governo? Arend acreditava que a “ideia de uma greve geral e as frases utilizadas pelos trabalhadores nas fábricas e lojas” adquiriam sentido no registro anticomunista e elas eram indícios de que “a produção da propaganda comunista continuava”. Entretanto, enquanto mantinha ativa sua vigilância ante o perigo vermelho, o

¹⁵³ “The type of illiterate negrões and half-casts who constitute the laboring classes in this section of the country must of course be considered in order to understand this situation”; “That this gambling game should play a significant role appears at first too childish to be credited”. Political report, American Consulate, Pernambuco, February 13, 1931 “Discontent among the laboring classes in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁵⁴ “... adds to the cares of a government already harrassed by financial difficulties, unemployment, and the problem of drought relief in the interior of the state”. Political report, American Consulate, Pernambuco, February 13, 1931 “Discontent among the laboring classes in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

cônsul é transparente ao manifestar conforto com “o problema da organização operária por aqui”; pelo fato desta “efetivamente” enfrentar “consideráveis dificuldades”¹⁵⁵.

Passados seis meses, já no mês de agosto de 1931, Arend avalia o governo revolucionário em Pernambuco como inábil para amortecer os impactos provocados pela depressão comercial. Embora reconheça que os revolucionários não eram os responsáveis pela situação econômica do estado pernambucano, o cônsul avaliava que “os esforços para diminuir o desemprego não têm sido muito vitoriosos”. Além disso, o custo de vida continuava alto e o cônsul vê com preocupação a falta de uma ação mais efetiva para abaixar as taxas de aluguel e o aumento de “gêneros alimentícios”. Com a movimentação dos trabalhadores ferroviários, motoristas e têxteis ressurgiu sua inquietação, pois o representante estadunidense dava a entender que esses trabalhadores “à procura de liderança, têm ouvido mais e mais os agitadores comunistas”. Essa aproximação de setores das classes trabalhadoras com os comunistas impressionava o cônsul porque elas estavam “largamente insatisfeitas” e havia ao longo do tempo “retido armas colocadas em suas mãos nas revoluções anteriores”. Por isso mesmo, esses grupos são “uma constante fonte de preocupação para o atual governo estadual”¹⁵⁶.

Outrossim, F. van den Arend mostrava-se ainda mais impressionado com a disposição dos peerepistas pernambucanos de recuperarem o espaço perdido na política local. Com essa propensão, os republicanos não se furtavam a possibilidade de “encorajar os trabalhadores na esperança de recuperar o controle em meio às desordens, resultando na deposição do atual governo”. O cônsul estadunidense declara que “esta esperança parece absolutamente patética, mas se as condições no sul do Brasil tomarem um rumo favorável aos ‘peerepistas’, poderia, contudo, materializar-se”¹⁵⁷.

E foi com o apoio dos republicanos, conforme Arend, que estourou a greve dos condutores de bonde. Na opinião do representante diplomático dos Estados Unidos, os trabalhadores dos bondes tinham “aparentemente tido uma ideia exagerada de seu poder” por

¹⁵⁵ “... idea of a general strike, and phrases used laborers in the factories and shops”... “communist propaganda work continues”; “... the problem of organizing labor here effectively presents considerable difficulties”. Political report, American Consulate, Pernambuco, February 13, 1931 “Discontent among the laboring classes in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁵⁶ Political report, American Consulate, Pernambuco, August 17, 1931 “Current political conditions in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁵⁷ Political report, American Consulate, Pernambuco, August 17, 1931 “Current political conditions in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

causa da participação deles no movimento revolucionário de outubro. A reação do governo estadual foi na opinião de Arend “vigorosa”, ao “colocar imediatamente guardas militares em todos os pontos estratégicos, a ordem foi mantida na cidade e a greve logo diminuiu sem concessões sendo feitas aos trabalhadores”. Ainda consoante ele, o governo e os comerciantes levaram muito a sério a situação, tomando medidas para impedir novos atos grevistas. Mesmo o governo tendo tomado medidas para reprimir as ações dos trabalhadores, “as causas da insatisfação entre as classes trabalhadoras não têm sido removidas”. Por causa disso, o cônsul acreditava que esse descontentamento só poderia ser diminuído com o decréscimo do desemprego¹⁵⁸.

No que diz respeito às possibilidades de novos atos dos trabalhadores, Arend acreditava que a insatisfação deles conjugada à situação econômica do estado os deixava “susceptíveis às influências dos agitadores” e certamente haveria mais movimentos dos trabalhadores nos meses seguintes.

As tensões em Pernambuco não envolviam apenas os trabalhadores com suas greves e manifestações contra os empresários e reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, mas outros setores da sociedade pernambucana. As movimentações das classes subalternas deixavam tanto o cônsul estadunidense, uma vez que algumas das empresas que operavam no estado eram de capital americano, quanto as elites locais preocupadas. Também chamava à atenção de Arend as instabilidades provocadas por políticos pertencentes ao grupo que foi derrotado pela revolução de 1930 e militares locais. As inquietações do cônsul com relação aos políticos do Partido Republicano Pernambucano eram porque embora afastados do poder pelos revolucionários, eles ainda possuíam uma estrutura de organização construída durante os anos da Primeira República em que estiveram no poder.

Peerrepistas e instabilidades políticas e militares em Pernambuco

F. van den Arend demonstrava preocupação com os antigos políticos pernambucanos afastados do poder, mas não derrotados totalmente, visto que ainda continuavam a manter ativa uma rede de relações políticas construídas enquanto estavam administrando

¹⁵⁸ Political report, American Consulate, Pernambuco, August 17, 1931 “Current political conditions in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

Pernambuco. Mas o que o cônsul acreditava ser uma possível ameaça ao governo de Lima Cavalcanti?

Arend temia que movimentos envolvendo militares e peerrepistas pudessem atingir o estado pernambucano. Referindo-se às revoltas dos trabalhadores e dos militares em Pernambuco, o cônsul observava que parecia muito improvável que eclodisse um levante, a menos que os revoltosos se sentissem “convencidos de poderoso apoio no sul”. Para o representante do governo estadunidense, qualquer ação dos trabalhadores com o suporte dos peerrepistas locais ou dos comunistas contra as autoridades de Pernambuco só teria êxito se houvesse algum movimento dissidente no sul do Brasil que envidasse apoio aos descontentes do Norte. Contudo, o cônsul revela que os militares pernambucanos não confiavam no poder de controle do governo estadual sobre os trabalhadores. Por isso mesmo, eles estavam desejosos, segundo Arend, de medidas que proibissem as reuniões dos artífices, efetuassem a prisão dos “agitadores” e providenciassem “a observação dos proeminentes peerrepistas”, auxiliada “pela manutenção de uma patrulha da cidade suficientemente forte para agir drasticamente aos primeiros sinais de desordem”. A instabilidade fazia crescer a oposição entre os latifundiários e os proprietários de usinas de açúcar no estado e os militares da região acreditavam que embora no sul se advogasse o retorno ao regime constitucional, as constantes revoltas os faziam querer mais e mais a postergação de tal medida¹⁵⁹.

Os anos de decadência econômica em Pernambuco foram agravados pela crise econômica de 1929. Trabalhadores protestavam contra as baixas remunerações e por melhores condições de trabalho. Por outro lado, os militares procuravam exercer cada vez mais influência no governo pernambucano e os peerrepistas se articulavam para retornar ao poder executivo estadual. As tensões envolvendo esses grupos, segundo Arend, teriam favorecido os distúrbios no estado do Norte.

As previsões do cônsul estadunidense pareceram se confirmar com o levante dos militares ocorrido entre 28 e 30 de outubro de 1931. Os revoltosos não demoraram a ocupar os prédios do governo e pontos estratégicos do centro de Recife, mas as tropas leais ao governo os combateram¹⁶⁰. Os insurrectos tinham como “objetivo derrubar o interventor federal, Dr. Lima Cavalcanti”¹⁶¹, consoante Edwin Morgan. Já Arend analisa que:

¹⁵⁹ Political report, American Consulate, Pernambuco, August 17, 1931 “Current political conditions in Pernambuco” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁶⁰ Political report, American Consulate, Pernambuco, November 7, 1931 “The Pernambuco revolt of October 29, 1931” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁶¹ Despatch N° 3717, Rio de Janeiro, November 7, 1931.

“o movimento foi essencialmente um motim dos elementos ignorantes na força armada local, que parece ter possuído apenas uma vaga ideia do que eles estavam tentando conduzir, enquanto seus líderes foram estimulados por meros ressentimentos pessoais”¹⁶².

Levantes ou protestos como os ocorridos nesse final de outubro de 1931 – um ano após a vitória da revolução – pareciam não ser novidade no Norte, como insinua Arend. No entanto, elas eram “suprimidas pelas autoridades regionais” ou acabavam induzindo “mudanças políticas locais que o governo federal estava desejoso de tolerar”. Contudo, a situação em Pernambuco indicava que o governo civil de Cavalcanti poderia não resistir por muito tempo. Por isso mesmo, o cônsul acreditava que a “revolta é a demonstração que sob as condições existentes não se requer mais tempo nem uma genuína revolução política ou conspiração de um grupo pequeno de políticos predatórios causa uma ‘revolução’ em Pernambuco”¹⁶³. Em relação ao governo provisório, o cônsul dos Estados Unidos faz a seguinte crítica:

“o governo federal não pode perdoar distúrbios locais que diminuem mais o seu prestígio. Como no caso de Pernambuco, o governo federal é compelido a fomentar o apoio de seus representantes locais, o interventor, na ocasião dos levantes”¹⁶⁴.

O cônsul demonstrava preocupação com a situação no estado e até certa irritação com o que ele considerava pouco apoio do governo federal. Ele entendia que um distúrbio poderia ser bem sucedido se tivesse um apoio de conspiradores nacionais. Na concepção de Arend era “essencial que o atual governo obtenha mais firme controle das unidades militares em Pernambuco, a fim de ser capaz de resistir a algum movimento subversivo que possa

¹⁶² Political report, American Consulate, Pernambuco, December 5, 1931 “The political situation in Pernambuco at the close of 1931 (Parts I to III inclusive)” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence.

¹⁶³ “... revolt is the demonstration that under existing conditions it no longer requires either a genuine political upheaval, or the conspiracy of a small group of predatory politicians, to bring about ‘revolution’ in Pernambuco .” Political report, American Consulate, Pernambuco, December 5, 1931 “The political situation in Pernambuco at the close of 1931 (Parts I to III inclusive)” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence.

¹⁶⁴ Political report, American Consulate, Pernambuco, December 5, 1931 “The political situation in Pernambuco at the close of 1931 (Parts I to III inclusive)” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence.

ocorrer”¹⁶⁵. Ele defendia que a manutenção da ordem passaria pela criação de uma polícia municipal que atuasse em conjunto com a estadual. Outrossim, advogava que as forças armadas e a polícia estadual agissem em conjunto para evitar os levantes, mas ao invés disso, havia, conforme suas afirmações, rivalidades entre eles, o que deixava o interventor apreensivo.

Debelado o levante dos militares – possivelmente uma “quartelada” –, era hora de saber o que deveria ser feito com os participantes do movimento. Mais uma vez expuseram-se as fraturas entre as forças armadas e o governo local: enquanto o último “desejava tê-los punido severamente”, os primeiros aspiravam anistiá-los. Cavalcanti, o interventor, pensava que “enquanto esse problema não fosse resolvido, a ameaça de novos levantes militares continuaria”¹⁶⁶. Na queda de braço entre o governo estadual e os militares paraibanos, que tinham a guarda dos seus congêneres presos, venceu o primeiro. A pena não poderia ser considerada pelos militares a pior possível: degredo na ilha de Fernando de Noronha¹⁶⁷, àquela época considerada um inferno em alto mar, distante do continente, perdida na parte setentrional do Atlântico Sul. Um castigo temido por muitos, tão assustador que:

“sua imposição sozinha tem sido bastante para causar uma rápida mudança na atitude dos elementos mestiços e negros inferiores, que estão tão rápidos para admitir a derrota sobre uma demonstração de inflexibilidade quanto eles estão para cometer excessos quando eles têm o controle”¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Political report, American Consulate, Pernambuco, December 5, 1931 “The political situation in Pernambuco at the close of 1931 (Parts I to III inclusive)” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence.

¹⁶⁶ Political report, American Consulate, Pernambuco, November 7, 1931 “The Pernambuco revolt of October 29, 1931” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁶⁷ Para maiores informações sobre o tratamento dado aos presos políticos, as prisões e campos de concentração durante o governo Vargas, ver: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. pp. 180-192; LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: Russell & Russell, 1973. pp. 259-261; ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 50-53 e 126-135; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial no Brasil (1922-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 323; DULLES, John W. F. *Vargas of Brazil: a political biography*. Austin & London: University of Texas Press, 1967. pp. 84-85.

¹⁶⁸ “... its infliction alone has sufficed to bring about a rapid change in the attitude of the lower negro and mixed elements, which are as quick to knuckle under upon a show of firmness as they to commit excesses when they have the upper hand”. Political report, American Consulate, Pernambuco, December 5, 1931 “The political situation in Pernambuco at the close of 1931 (Parts I to III inclusive)” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence.

Analisando as fontes diplomáticas estadunidenses, é interessante perceber que tanto F. van den Arend, em Pernambuco, quanto Lawrence Briggs, na Bahia, demonstram preconceito para com as classes subalternas, as quais são compostas por negros e mestiços. Eles sempre deixam transparecer em seus relatórios o quão os populares poderiam ameaçar a ordem vigente nos estados com revoltas e pilhagens de propriedades privadas. Por isso as camadas menos abastadas da população eram temidas pelos diplomatas dos Estados Unidos.

Conquanto Arend se mostrasse preocupado com a governabilidade do interventor, havia outra questão que o deixava igualmente inquieto, a pilhagem em momentos de revolta. Para ele, esse era “o mais sério perigo com que essas revoluções ameaçam a comunidade, um perigo que parece tornar-se mais iminente a cada levante sucessivo”. O cônsul atribuía parcialmente os furtos que ocorriam durante as revoluções à ação propagandista dos comunistas (os suspeitos e supostos de sempre) que “têm sido frequentes aqui durante os últimos dois anos”. Segundo o diplomata, nem os militares nem as classes mais baixas esconderam das autoridades o que fariam, caso os primeiros tivessem logrado êxito no levante do final de outubro de 1931. Outrossim, ainda na concepção de Arend, “dado que as classes mais baixas não estão desarmadas, semelhante situação seria precária, e os estadunidenses e outros estrangeiros poderiam encontrar-se em considerável perigo”. Isso ocorreria porque em caso de vitória, os militares “ficariam fora de controle”. Essa situação certamente assustava¹⁶⁹.

Os peerrepistas, que segundo F. van den Arend incitaram os trabalhadores a iniciarem uma greve em Pernambuco, demonstravam continuar com poder político semelhante ao período anterior ao movimento iniciado pelos revolucionários. Pois mesmo depois de a revolução de outubro de 1930 ter derrubado as antigas lideranças políticas, os peerrepistas “continuavam influentes na máquina política devido à rede de relacionamentos construída pelo governador deposto, Estácio Coimbra”. Essa máquina, que se estendia “por todo o estado de Pernambuco”, prosseguia subsistindo, embora estivesse “inativa”. A ameaça que a engrenagem peerrepista representava no estado pernambucano e nos outros do Norte parecia ser tão grande, ou pelo menos parecia ser, que Arend desejava que fosse “mantida em inatividade longa o bastante para atrofiar pelo desuso” – indício claro de sua reprovação dos PRs. Contudo, avaliando que, com “todos os poderosos estados do sul já reivindicando por um retorno ao governo constitucional”¹⁷⁰, era possível que a estrutura da Primeira República

¹⁶⁹ Political report, American Consulate, Pernambuco, November 7, 1931 “The Pernambuco revolt of October 29, 1931” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁷⁰ Political report, American Consulate, Pernambuco, December 11, 1931 “The political situation in Pernambuco at the close of 1931 (Parts VI to VII inclusive)”. Record Group 84, Records of Foreign Service

pudesse ser reativada. Não obstante, o cônsul indica em seus relatórios ao embaixador no Rio de Janeiro estar cada vez mais apreensivo com a situação pós-revolucionária no Pernambuco¹⁷¹. Era o medo da instabilidade social, que poderia não só afetar o governo, mas principalmente os negócios das empresas estadunidenses, além dos cidadãos residentes. As elites demonstravam estar abatidas, mas não eliminadas. E no caso do estado pernambucano – além de outros do Norte –, ainda com muita influência devido à rede de relações criadas antes da revolução de outubro de 1930. O que parece ser específico desse estado, pelo que se pode depreender das fontes, era o peso do movimento operário (apesar de essas mesmas fontes atestarem quão difícil era para os trabalhadores, diante da repressão, organizarem-se em suas associações de classe). Em Pernambuco, o peso do operariado da capital ia além do sindical, fundindo-se com possíveis amotinamentos plebeus ou com possíveis quarteladas da soldadesca.

As disputas políticas entre os estados do Norte e os do Sul e também dentro dos próprios estados pareciam estar cada vez mais perceptíveis para os diplomatas dos Estados Unidos no Brasil durante o período pós-revolucionário. É por causa dessas tensões que alguns deles apoiaram a formação de interventores fortes que pudessem garantir a estabilidade governamental como uma fase de transição até o retorno do governo constitucional, como foi o caso de F. van den Arend e Lawrence Briggs, enquanto que outros defenderam as eleições como forma de legitimar os administradores públicos no poder.

Na opinião do representante dos Estados Unidos em Pernambuco, a insatisfação dos trabalhadores, que segundo ele eram formados “por uma considerável extensão de analfabetos, massas sem direito a voto” repousava no fato de “que os liberais que eles ajudaram a colocar no poder têm falhado em tornar reais suas promessas” a eles. Isso os fazia mover-se “mais para a esquerda”. Porém não era somente o operariado que estava desesperançado com os políticos que haviam assumido o poder em outubro de 1930. Arend relata que “as classes educadas que favoreceram a revolução de 1930 vêm desde então se desiludindo, depois de esperar demais do novo governo em um momento de depressão comercial sem precedentes”. A quebra de promessas como a do direito de voto para as classes trabalhadoras era na visão do cônsul dos Estados Unidos em Pernambuco “uma posição equivocada”, pois estava custando “a perda de alguns de seus ex-apoiadores”. Mesmo

Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence.

¹⁷¹ Sobre a situação do Norte e de Pernambuco durante o governo provisório de Getúlio Vargas, ver PANDOLFI, Dulce Chaves, “A Trajetória do Norte”. In: Gomes, Ângela de Castro (org.), *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980. pp. 341-368.

composta por uma maioria de iletrados desinteressados da política, como fez questão de enfatizar Arend, a classe trabalhadora parecia se importar muito mais com os rumos do processo mudancista que o Governo Provisório de Vargas e seus interventores estavam propiciando do que o diplomata conseguia compreender. Aliás, bem mais do que os olhos do diplomata podiam aceitar. Na concepção do cônsul, era uma infelicidade que os pernambucanos tivessem que escolher entre liberais “ineptos” e os peerrepistas “geralmente predadores”. Devido às insatisfações populares, Arend considerava Pernambuco um estado maduro para mudanças, por isso poderia ser facilmente envolvido em algum movimento dos estados do sul de oposição ao governo central¹⁷².

Na opinião dos diplomatas estadunidenses, a expansão da educação ajudaria o governo brasileiro a minimizar a ameaça comunista no país. Consoante o pensamento deles, o baixo nível escolar das classes subalternas as impedia de avaliar melhor as administrações dos políticos. Ou seja, na visão deles (os diplomatas), sem educação, os brasileiros menos abastados seriam presas fáceis tanto para os comunistas quanto para os maus políticos, pois poderiam ser tranquilamente influenciados.

Instabilidade e experimentos na política baiana do pós-revolução

Se em Pernambuco o interventor parecia estar agradando F. van den Arend, o mesmo não se pode dizer na Bahia, onde o interventor Leopoldo do Amaral era uma figura muito malquista por Lawrence Briggs. Aliás, ele não era o único a antipatizar-se com o representante do governo provisório em terras baianas. Políticos e empresários baianos também não apoiavam a escolha do interventor para a administração local; embora o motivo que os levassem a não simpatizar com o interventor fossem diferentes. De sua parte, Briggs acusava o interventor de ter incitado a população soteropolitana contra as subsidiárias da Electric Bond and Share Company em Salvador, quando era editor de *O Jornal*, de propriedade de J. J. Seabra, no período anterior a revolução. Já os aliancistas baianos, dos quais J. J. Seabra era um chefe, o consideravam “mediocre”, “imposto contra a vontade deles”¹⁷³. Suas primeiras opções para a chefia do Executivo estadual eram, segundo as informações de Briggs, o coronel Osório, comandante das tropas de defesa do governo contra

¹⁷² Political report, American Consulate, Pernambuco, December 11, 1931 “The political situation in Pernambuco at the close of 1931 (Parts VI to VII inclusive)” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence.

¹⁷³ Political report, Bahia, November 20, 1930.

os revolucionários (foram duas colunas que, do Norte, se dirigiram contra a Bahia), e J. J. Seabra, que já tinha sido governador em dois períodos (1912-1926; 1920-1924). Segundo Briggs, nenhuma dessas opções “foi identificada com a atual revolução”. Por isso ele teria externado que a “a Bahia não parece ter muito espírito revolucionário”. Com certeza, parte desse frágil espírito se deveu ao fato de a facção calmonista, que ocupava o poder estadual antes da Revolução de 30, ter logrado aliar-se a São Paulo na campanha presidencial de Prestes, havendo indicado o governador Vital Soares para vice de sua chapa.

Isso parece se confirmar com o seguinte pensamento de Briggs: “quando a pressão externa for removida, há razão para acreditar que o Estado e Cidade da Bahia, operarão novamente as relações deles próprios em seus próprios caminhos sem deixar muito traço da revolução prosseguir”¹⁷⁴.

Conquanto Leopoldo do Amaral tenha sido indicado por causa de suas relações com J. J. Seabra, que (por sua oposição à situação calmonista) apoiara a campanha da Aliança Liberal, e, em seguida, o segundo nome na lista de escolhidos pelos aliancistas baianos, que parecia não gozar do mesmo prestígio que seu padrinho político¹⁷⁵. Apesar disso, mesmo sendo aliado de Seabra, Amaral talvez fosse o único a não sofrer censuras da parte do general Juarez Távora – o delegado Federal do Norte – para assumir o Executivo da Bahia. A insatisfação dos aliancistas baianos contra o governo Vargas provocou a visita de Távora à Bahia, para acalmar os ânimos. Contudo, a promessa de substituição de Amaral não foi concretizada no mês de dezembro de 1930, e o interventor continuou a sua “guerra contra os politiquieiros” e a investigação para apurar a “rápida acumulação de fortunas”, o que certamente deve ter assombrado muitos políticos da antiga administração¹⁷⁶. As ações políticas de Amaral na Bahia o deixaram sem apoio, tornando-se insustentável a sua permanência como interventor, como observou Consuelo Novais Sampaio¹⁷⁷. Edwin Morgan

¹⁷⁴ The situation in Bahia, Brazil, November 1-7, 1930. Political report, Bahia, November 7, 1930.

¹⁷⁵ Para maiores informações sobre J.J. Seabra, Leopoldo do Amaral, os calmonistas e Juarez Távora, ver: TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 318-456; SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pp 57-212; SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: Uma Política de Acomodação*. Salvador: Editora da UFBA, 1998, pp. 82-231; PANDOLFI, Dulce Chaves, “A Trajetória do Norte”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.), *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980. pp. 341-350.

¹⁷⁶ Political conditions in the Bahia, Consular District, November 8, 1930 – December 15, 1930. Political report, Bahia, December 20, 1930.

¹⁷⁷ “Pressionado por forças internas e externas, tornou-se patente, no início de janeiro de 1931, que a posição de Leopoldo do Amaral era insustentável”. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pág. 67.

relata ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA que o Governo Provisório vinha sofrendo pressões de lideranças do Norte por causa dos interventores indicados por Juarez Távora. Não obstante Távora tenha apontado nomes de “homens” que eram “seus subordinados” para as interventorias nos estados, o chefe do Governo Provisório possivelmente se valeu das resistências às nomeações de Távora para minar a influência deste, pois consoante Morgan, “os interventores estão sob o controle do Dr. Getúlio Vargas e não dele”¹⁷⁸.

Com a queda de Amaral do cargo de interventor na Bahia, assumiu a interventoria no estado o baiano radicado em São Paulo, Arthur Neiva, que era renomado cientista baiano, conforme observou Briggs¹⁷⁹. Consoante Sampaio, a nomeação de Neiva para a Interventoria na Bahia agradou aos políticos baianos, pois ele tinha nascido na Bahia. Além disso, o novo interventor era conhecedor dos problemas agrícolas, dada à experiência como cientista. Uma das novas medidas tomadas por Neiva foi a criação do Instituto do Cacau, para fomentar a lavoura cacauzeira e a exportação do cacau. Outra ação de sua administração foi tentar conter os gastos públicos através da Lei de Reorganização Municipal. A tentativa de reduzir as despesas públicas com a extinção de municípios com menos de 200.000 habitantes e que não tinham condições de se manter sem a ajuda do Estado causou grande celeuma entre os chefes políticos do interior. Eles temiam a perda de influência e prestígio nos cenários políticos estadual e federal. Aliada às questões de cunho político, Neiva ainda teve que enfrentar a crise econômica que atingia a Bahia e, por conseguinte, provocava a diminuição dos recursos públicos para pagar os funcionários da máquina administrativa e realizar obras pelo estado¹⁸⁰.

Segundo o cônsul estadunidense, o novo chefe da administração pública “foi o único dos três interventores no Norte do Brasil cujas administrações foi aprovada” em uma reunião realizada entre “Getúlio Vargas, o general Juarez Távora e outros líderes revolucionários menos de duas semanas antes da renúncia de Neiva”¹⁸¹. Mas se a gestão de Neiva foi tão bem avaliada pelo Presidente Provisório, então porque o interventor baiano renunciou? Para

¹⁷⁸ Despatch nº 3530, Rio de Janeiro, February 13, 1931.

¹⁷⁹ Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁸⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pp. 68-73.

¹⁸¹ Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

Sampaio, a “Reforma Municipal tornou inevitável a queda de Neiva”¹⁸². Essa ação governamental teria descontentado muitos políticos baianos que perderam poder com o redesenho dos municípios – desaparecimento e surgimento de cidades – no interior da Bahia. Além disso, a autora tenta compreender a queda das duas primeiras interventorias baianas do período pós-revolucionário à luz da crise capitalista de 1929.

Não nego aqui a importância da *débâcle* de 1929 nem da reforma municipal, implementada por Neiva, para que seu governo não desse certo. Contudo, gostaria de trazer para a discussão outras hipóteses levantadas pelo cônsul estadunidense Lawrence Briggs, que podem ajudar a iluminar melhor a questão da crise no governo Neiva. Lendo Briggs, é possível observar que outros podem ter sido os motivos que levaram à renúncia de Neiva, embora ele (Briggs) acredite que a oposição sabendo da vontade da família do interventor de retornar ao sul do Brasil utilizou a questão do “bicho papão da violência horda” negra para acelerar a decisão dele. Ele ainda asseverou “que Juarez Távora e o presidente Vargas estavam apáticos, provavelmente por causa da oposição do arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, ou simplesmente, Cardeal da Silva, “que é a maior força aqui”¹⁸³. Agora listaremos os motivos apresentados por Briggs para a renúncia de Neiva. Consoante o cônsul estadunidense, essas ideias estavam circulando no meio social baiano.

Briggs revela que muitos acreditavam que a administração Neiva foi se desgastando por causa das medidas de moralização do serviço público implementada pelo secretário da Justiça, Interior, Instrução, Saúde e Bem-estar Públicos, Bernardino de Souza. Apesar de o interventor ser considerado homem “honesto e enérgico”, relata o cônsul, as medidas tomadas por seu subordinado afetaram as relações políticas na Bahia. Souza provocou ressentimentos quando “demitiu muitos funcionários públicos, que tinham anteriormente recebido pequenos salários por pouco ou nenhum serviço”. Além disso, Souza “cortou centenas de empregados inteiramente da folha de pagamento na Bahia”; “integrou muitas municipalidades, cortando juízes, administradores e outros empregados”. Embora Sampaio demonstre que havia uma agitação da classe média soteropolitana devido aos cortes salariais e redução de funcionários realizados pela administração Neiva, é possível supor que as reações contra a Interventoria não partissem somente dos funcionários e/ou familiares diretamente afetados pelas medidas tomadas pelo governo. Nessa época, os funcionários públicos não prestavam concurso público

¹⁸² SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pp. 63-64.

¹⁸³ Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

para os cargos na administração governamental, mas eram indicados pelos políticos e pessoas e chefes oligárquicos locais. A demissão ou retenção de salários nesse caso, em plena situação de crise econômica, provavelmente afetou as relações de poder, gerando a insatisfação de diversos setores da sociedade baiana contra a administração Neiva.

Bernardino de Souza¹⁸⁴ não só conseguiu a oposição das classes média e política baiana, como também do Cardeal da Silva, chefe da Igreja Católica local. Briggs assevera que o arcebispo primaz era “o poder real” na Bahia. “Um amigo muito íntimo do arcebispo” informou ao cônsul que “ao Dr. Neiva foi oferecido o apoio do arcebispo e de outros elementos antagonistas se ele removesse Dr. Bernardino de Souza; mas o interventor apoiou seu secretário”. Teria sido essa indisposição com o Cardeal da Silva um dos motivos da renúncia de Neiva? É provável que não só a desavença com o clérigo tenha contribuído para a ruína do interventor, mas as próprias ações do general Juarez Távora, que certamente estava desejando mostrar poder perante o governo central. Primeiramente porque Távora formava com o arcebispo “a mais forte aliança política no estado da Bahia” e “há esses que pensam que Juarez Távora, que é o real ditador no norte do Brasil, foi indiferente ao Dr. Neiva”. Embora essas pessoas, das quais Briggs não faz menção alguma de quem sejam, acreditassem que Távora não tenha conspirado contra Neiva, também “não o apoiou em algum esforço secreto que ele possa ter tido com o arcebispo”. Segundo porque a apatia de Távora, que consoante Briggs era “por causa da oposição do arcebispo”¹⁸⁵, pode estar relacionada com o fato de Neiva não ter sido uma indicação sua à Interventoria da Bahia.

Para Edwin Morgan, o comandante cearense era “impulsivo, militante reformador sem intuição ou treinamento político, cujo sucesso militar não foi justificado pelo seu talento ou preparação”¹⁸⁶. Essa característica do representante de Vargas no Norte seria o motivo do representante estadunidense em Salvador pensar que os estados do Sul estariam tentando dividir a área de influência de Távora no Norte, na qual “o estado da Bahia é o ponto de divisão e provavelmente será um ponto de desacordo”. Dentre os estados do Norte, a Bahia era o que tinha forças oligárquicas com mais vigor. Isso tornava difícil a penetração do

¹⁸⁴ José Bernardino de Souza foi diretor da Faculdade de Direito da Bahia entre os anos de 1929 e 1935. Além disso, ele foi secretário do Interior, da Justiça, de Instrução, de Saúde e Assistência Pública na interventoria de Artur Neiva, no ano de 1931. In *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>; SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pp. 71-72.

¹⁸⁵ Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁸⁶ Despatch n° 3530, Rio de Janeiro, February 13, 1931.

tenentismo no estado¹⁸⁷. Morgan certamente pensava que caso a Bahia resistisse aos interventores varguistas e se aliasse aos estados do sul provavelmente o governo provisório enfrentaria sérios problemas para manter a estabilidade governamental. Entretanto, Briggs informava a Embaixada dos Estados Unidos que “a Bahia parece ficar docilmente ao lado de Juarez Távora”. Isso poderia se justificar porque seria um “estado necessitado de líderes de influência política” junto ao governo provisório e ao mudancismo político dos anos 1930. Com a revolução, muitos dos líderes mais influentes no estado (os ex-governadores Góes Calmon e Vital Soares e a estrela ascendente de Otávio Mangabeira) estavam no exílio. Em relação a J.J. Seabra, é dito que “está no Rio de Janeiro, onde exerce alguma influência, mas está sem contato com o povo e com os eventos recentes na Bahia”¹⁸⁸. A ausência ou distância – e mesmo a morte¹⁸⁹ – dos antigos líderes políticos justificariam “o controle de Juarez Távora sobre a Bahia”, ascendência que, de certa forma, obtivera “o tácito respeito do governo Vargas”¹⁹⁰. Justificariam, outrossim, a tendência baiana de compor, para evitar mal maior, com o poderoso general revolucionário, logo alcunhado de “vice-rei do Norte”, chiste indicativo do poder de seu cargo no governo provisório, o de delegado Federal do Norte, função que vinha estampada em seus papéis de cartas (hoje encontráveis nos documentos digitalizados pelo Cpdoc).

Como se vê, a Bahia, que tantas dificuldades intestinas teve para se assumir como Norte (ou Nordeste), perfilando ao lado de Pernambuco, Paraíba, Ceará, etc., se convertia à regionalização nortista (depois nordestina) enquanto cedia diante do comandante Távora. Quando um novo cearense foi indicado interventor (o tenentista Juracy Magalhães), cujo nome foi indicado por Juarez a Getúlio, a Bahia, que ainda podia tentar ser a São Paulo do

¹⁸⁷ Para maiores informações sobre o assunto, ver: PANDOLFI, Dulce Chaves, “A Trajetória do Norte”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.), *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980. pp. 341-354; VISCARDI, Cláudia M. R. “O Federalismo Oligárquico Brasileiro: uma revisão da política do café com leite” In *Anuario Del Iehs*, Tandil - Argentina, v. 16, p. 4-16, 2001;; VISCARDI, Cláudia M. R. “Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro” In *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLII, pp. 6-16, 2006.

¹⁸⁸ “Bahia seems to be mildly in favor of Juarez Tavora”. Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁸⁹ Sampaio relaciona os nomes de políticos que teriam se exilado após a revolução de 1930 ou que teriam morrido pouco tempo depois dela, o que segundo a historiadora teria enfraquecido a oposição a Vargas, devido a falta de lideranças influentes na Bahia. Para maiores informações sobre o assunto ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pp. 96-101.

¹⁹⁰ Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

Norte (em termos da política liberal, não em termos econômicos), se mantinha como importante – e vasto – território anexado à espacialização da região Norte. (Lembre-se, em adição, que Vargas também recebeu de Távora a possibilidade de indicar o tenentista baiano Jurandir Mamede.)

Briggs também aponta um outro motivo para a insatisfação dos baianos com a administração Neiva, era o fato de que o governo “não tomou ações evidentes para capturar o bandido Lampião, que com 50 ou 60 seguidores, têm estado por anos roubando, incendiando, matando, mutilando, estuprando e em outras jornadas aterrorizando os habitantes do interior da Bahia”. Segundo o cônsul, as ações de Lampião e seus sequazes atingiam várias famílias e as “administrações anteriores não tomaram medidas adequadas para capturar este bandido”. Não obstante, “falaram e escreveram muito sobre ele”. Como em todo princípio de governo, é provável que as populações das áreas nas quais Lampião e sua quadrilha atuavam alimentassem alguma esperança de que as coisas mudassem. Mas o cônsul lamenta a carência de “planos públicos para a captura de Lampião”. Talvez pelo fato de Briggs considerar que Neiva e seus subordinados eram “honestos, trabalhando duro, e todos de ideias e ideais”, por isso uma gestão muito boa para a Bahia, o cônsul demonstrava desejar que a administração desse certo e manifestava preocupação com as incursões de Lampião no interior. Isso pode ser subentendido de uma conversa que o cônsul teve com o interventor, no qual ele “perguntou ao Dr. Neiva uma vez quando ele foi jantar em minha casa quando ele capturaria Lampião” e a resposta dele não poderia ser mais inusitada: “quando seu governo colocar Al Capone na cadeia”. Disso podemos inferir que ou Neiva não queria que o cônsul estadunidense interferisse em assuntos internos do Brasil ou que o interventor realmente não tivesse como prioridade o encarceramento de Lampião, naquele momento. Também podia não querer falar no assunto indigesto, durante o jantar. Podia considerar tão somente deter Lampião quanto Capone. Ainda segundo o representante estadunidense no estado baiano, Getúlio Vargas também parecia ter a mesma opinião que ele, a respeito do interventor na Bahia, tanto que ordenou ao comandante das tropas federais no estado, general Raymundo Barbosa, que “defendesse o interventor, mas ele se recusou a reconsiderar sua renúncia”¹⁹¹.

Segundo Lawrence Briggs “a causa imediata” da renúncia de Arthur Neiva teria sido porque o general Raymundo Barbosa, comandante das tropas federais na Bahia, o comunicou sobre um levante que os militares, subordinados a ele, faziam contra o interventor. O cônsul

¹⁹¹ Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

relata que algumas pessoas pensam que a atitude de Barbosa estava ligada à ansiedade do Governo Federal por causa da “aparentemente crescente” insatisfação contra ele e por isso estaria querendo “colocar homens militares em todos os cargos importantes”¹⁹². Já para outros, a ação do comandante das tropas federais na Bahia de ir conversar com o interventor a respeito da conspiração militar tem relação com:

“o medo de um oficial velho e patético em uma comunidade composta principalmente de negros ignorantes, cujos líderes políticos influentes têm sido banidos e cuja a maior força parece ser não tanto o grupo mas sim o bicho papão de uma possível horda, provavelmente criado e manipulado por certas pessoas objetivando influência”¹⁹³.

Em sua análise sobre a população baiana, Briggs vai mais além e diz que “as massas de cerca de 90 por cento dos quais são de trabalhadores ou desempregados negros, são ignorantes e desinteressados”. Era devido a esses dados que os diplomatas estadunidenses defendiam a expansão do ensino. Esses negros empregados ou não estariam famintos e por isso estavam atribuindo os “seus problemas aos estrangeiros”. O cônsul estadunidense via na situação social dos negros uma “horda embrionária” controlada pela Igreja Católica e que poderia ser utilizada como massa de manobra por algum político inescrupuloso. E foi “o medo deste ‘perigo negro’ que indubitavelmente influenciou o general Barbosa ou foi usado por ele para forçar a renúncia do Dr. Neiva”. Na opinião de Briggs, é como se Neiva “fosse aterrorizado por um fantasma”, a horda negra e a “forte aliança política” entre o Cardeal da Silva e Távora. Para ele, o interventor acreditava que o “perigo negro” poderia ser utilizado contra si. Isso teria se somado à vontade da família de deixar a Bahia e propiciado a renúncia de Arthur Neiva. Mas todo esse “bicho papão da violência da horda” negra que tanto podia assustar o interventor baiano suscita em Briggs um questionamento bem interessante: “que pessoa ou pessoas em uma posição de manipular este bicho papão foram inimigas da administração Neiva e poderiam ter sido os aliados de um partido militar, se ele quisesse

¹⁹² Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁹³ Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

desestabilizar a administração”¹⁹⁴. Nesse sentido, pessoas a quem Briggs ouviu acreditavam que houve um objetivo federal ou militar na queda de Neiva na Interventoria da Bahia.

Embora Lawrence Briggs acreditasse que a “horda negra” era somente um bicho papão que poderia ser utilizado conforme a conveniência de algum político inescrupuloso, é possível que a ação dos populares, trabalhadores e desempregados negros contra a subsidiária da Electric Bond and Share Company em Salvador tenha deixado lembranças nas elites baianas. Ao menos, a inquietude ou o medo com esse “bicho papão” era bem real, marcando os receios das autoridades em não poderem controlar esses cerca de 90% de negros desempregados em um movimento contra a administração pública, em busca de melhores condições de vida. Entre alguns membros das elites baianas do final dos anos 1920 e início da década de 1930, representados pelo jornal *A Tarde*, consoante Maria do Socorro Soares Ferreira, os negros eram ridicularizados por aspirarem fazer parte de “posições sociais que sua condição racial não permitiria alcançar”. Ainda segundo a autora, os negros eram vistos como incivilizados, violentos, inferiores¹⁹⁵.

Mesmo com as querelas entre o prefeito e a empresa subsidiária da estadunidense Bond & Share Company e das propagandas anti-americanistas na Bahia, Briggs e o chefe do executivo municipal soteropolitano, Pimenta da Cunha, pareciam ter um bom relacionamento. Digo isso porque ao final do governo Neiva, quando o interventor, os seus secretários e o prefeito de Salvador renunciaram diante da ameaça de um levante militar contra a interventoria, Briggs declarou que Cunha “é muito enérgico e capaz e é geralmente considerado ser o melhor prefeito que a Bahia tem tido na memória de qualquer morador aqui”¹⁹⁶. Um mês depois, em outro relatório enviado à Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, novamente fez uma declaração de apreço ao ex-prefeito de Salvador dizendo que Cunha “foi prefeito da Cidade da Bahia sob o governo Neiva e é quase universalmente referido como o melhor prefeito que a Bahia já teve”¹⁹⁷. No que diz respeito à luta travada entre Cunha e a Bond & Share Company, Briggs observa que são “punições excessivas sobre

¹⁹⁴ Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁹⁵ FERREIRA, Maria do Socorro Soares. *A Tarde e a construção dos sentidos: ideologia e política (1928-1931)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 2002. pp. 83-85.

¹⁹⁶ Political report, August 22, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁹⁷ Political report, September 23, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

as companhias grandes, particularmente as Empresas Elétricas Brasileiras”, contudo a luta entre o prefeito e a Companhia tem se dado na imprensa sem ter “mentido, diretamente ou indiretamente, para criar sentimento contra a Companhia porque ela é estrangeira”¹⁹⁸. Conforme Briggs Arnaldo Pimenta da Cunha “sempre tem estado no melhor dos termos com este consulado e parece ser muito amigável em relação aos estadunidenses”¹⁹⁹.

A participação das camadas populares no período pós-revolução

A cultura política brasileira fundamentada em relações oligárquicas, nas quais chefes políticos exerciam influência na esfera estadual e até nacional dos governos, favorecia a corrupção, o domínio e a permanência de determinados grupos políticos na administração pública por um longo tempo²⁰⁰. Essa situação levou Morgan a acreditar que “nenhum pequeno grupo de homens, ainda que honesto e entusiasmado, será capaz de modificar, por muito tempo, ou substancialmente, os métodos políticos”²⁰¹. Portanto, para os representantes dos Estados Unidos no Brasil, se Vargas e seus aliados quisessem ser bem sucedidos no governo e manter-se no poder, teriam que ser hábeis na condução de uma política que agregasse setores da antiga ordem aos da nova. Após a queda dos dois primeiros interventores na Bahia, o terceiro deles, Juracy Magalhães, um tenente cearense, procurou não se envolver com as questões políticas da Bahia²⁰².

Com a renúncia de Arthur Neiva à interventoria da Bahia, sobre a qual Edwin Morgan analisa que ele “foi forçado a abdicar pelo partido militar”, foi “substituído por um oficial militar”, primeiro (interinamente) o general Barbosa e depois pelo oficial do Exército Juracy Magalhães. Aos 26 anos, o novo interventor, consoante Briggs, chegou ao estado lançando

¹⁹⁸ Political report, December 31, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

¹⁹⁹ Political report, December 31, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

²⁰⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: Uma Política de Acomodação*. Salvador: Editora da UFBA, 1998, pp. 42-44.

²⁰¹ “no small group of men however honest and enthusiastic will be able to alter for long or substantially the political methods”. Despatch N° 3457, Rio de Janeiro, November 20, 1930.

²⁰² Consoante Pandolfi, os interventores, na maioria das vezes oriundos de outros estados, eram nomeados com o intuito de que não se envolvessem em questões políticas dos estados. Embora Juracy tenha promovido uma política de aproximação com as forças oligárquicas baianas. PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político” in GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. pp. 344-351.

seu programa de governo e dizendo que “não tinha interesse nos políticos e intrigas locais e desejava a total cooperação do povo da Bahia”. O cônsul estadunidense estimou que, diferentemente dos outros interventores, Juracy Magalhães era um nortista “familiar com as condições do interior”, o que provavelmente poderia favorecer a sua administração. Como explica Pandolfi, o delegado Federal Távora tinha em mente constituir um bloco do Norte ante o Governo Provisório para assim obter recursos da Presidência, fortalecendo os estados da região nas disputas com os outros estados²⁰³. Porém, aquilo que para o esquema político de Juarez era um benefício foi recebido com hostilidade nas hostes da política tradicional da Bahia. Não demorou muito para que o jovem tenente fosse chamado de estrangeiro e invasor, da parte daqueles que diziam defender as tradições baianas. Outra possível vantagem de Juracy em relação às gestões anteriores, segundo Briggs, era que os seus predecessores, exceto Neiva haviam feito “clamorosas promessas sobre a captura de Lampião”, sem contudo fazer “coisa alguma”. (Contudo, seja dito, tendo ou não subido no palanque das promessas, foi depois da queda de Juracy, em 1937, que Lampião foi morto, sendo isto em 1938.) Em 1931 a principal diferença entre Magalhães e os interventores antecessores fora que ele “é bem apoiado por Juarez Távora, o homem forte no norte do Brasil”. O fato de o novo interventor ter o suporte de Távora era visto por Briggs como uma possibilidade de fazer a interventoria ter êxito e Magalhães “ser bem sucedido onde outros têm falhado”²⁰⁴.

Em relação à interventoria de Juracy Magalhães, Briggs, avalia no final de 1931 que o interventor na Bahia “parece ter a situação bem não”, por isso “os problemas recentes em Pernambuco não causaram nenhum distúrbio ou mesmo muito comentário aqui”. O cônsul parecia estar impressionado com a capacidade de administrar do “jovem interventor”, pois, além de controlar descontentamentos, havia conseguido efetivar um acordo com a empresa de energia, reduzindo assim a dívida do estado e os preços. Ele também havia obtido um outro ajuste nos débitos do governo com a Ethelburg Company. Afora os acordos e o domínio da situação social, Magalhães empreendeu uma nova campanha para capturar Lampião e seu bando, não tendo alcançado “nenhum resultado definitivo”, mas adquirindo “uma grande compreensão nos jornais locais durante as últimas poucas semanas”. Os êxitos logrados pela nova administração na Bahia foram comemorados por Lawrence Briggs expressando que

²⁰³ PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político” in GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. pp. 341-350.

²⁰⁴ Political report, September 23, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

“finalmente, é em grande parte compreendido por aqui que o jovem interventor, tenente Juracy Magalhães, não é um homem para ser gracejado e que não tolerará revoltas ou demonstrações de violência contra a Companhia”²⁰⁵. A afirmação de Juracy Magalhães como interventor era necessária aos propósitos do Consulado que queria ver minimizadas ou anuladas as manifestações anti-estadunidenses na capital baiana.

Bahia e Pernambuco não eram os únicos estados da Federação a demonstrar fragilidades ou fraturas no campo político. Divergências entre as elites das duas maiores cidades do Mato Grosso – Cuiabá e Campo Grande – levaram o coronel Gonçalves a retirar seu apoio aos líderes aliancistas na região, abrindo caminho para o processo de secessão do estado, concluído na década de 1970. Já em Minas Gerais, estado da base de sustentação do movimento revolucionário, os líderes revolucionários discordavam dos do Rio Grande do Sul. O presidente provisório foi ao estado mineiro cumprir a promessa de campanha e tentar apaziguar a situação. Vargas anunciou em Belo Horizonte a intenção de reduzir as taxas de exportação estaduais e de controlar os empréstimos tomados pelos governadores estaduais no exterior²⁰⁶.

Em São Paulo, assim como na Bahia e em Pernambuco, havia repulsa das classes mais abastadas ao interventor nomeado pelo presidente. Consoante Charles R. Cameron, cônsul estadunidense, a população paulista acreditava que Júlio Prestes seria um bom presidente da República, por isso não aceitava a administração do coronel pernambucano João Alberto. O apoio ao interventor estava justamente nas camadas mais baixas da sociedade paulista e no PD²⁰⁷. Cameron atribuiu ao fato de João Alberto ser pernambucano e de ter “poucos amigos entre os paulistas”, a sua aproximação entre os “radicais e componentes proletários, organizando a Legião Revolucionária”. A Legião criada pelo interventor era acusada por Cameron de estar envolvida nas greves e outros movimentos dos trabalhadores. Ainda segundo o cônsul em São Paulo, o órgão seria uma tentativa de João Alberto de se manter no poder por meio de um partido que expressasse a “vontade popular”²⁰⁸. Consoante ele, o interventor federal teve que se apoiar nas armas e no apoio popular para se manter no poder²⁰⁹.

²⁰⁵ Political report, December 31, 1931 “Resignation of the Federal Interventor and His Secretaries at Bahia, Brazil” in Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.

²⁰⁶ São Paulo Political Report N° 19. São Paulo, Brazil, December 2, 1930; Despatch N° 3540, Rio de Janeiro, February 27, 1931.

²⁰⁷ São Paulo Political Report N° 16. São Paulo, Brazil, November 18, 1930.

²⁰⁸ Despatch N° 3457, Rio de Janeiro, November 20, 1930; Telegram received from Amconsul at São Paulo, Nov. 14, 1930.

²⁰⁹ São Paulo Political Report N° 25. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, February 28, 1931.

Na Assembleia Legislativa, João Alberto somente tinha o apoio do Partido Democrata no estado, o que era insuficiente para garantir a governabilidade estadual, dada a inexpressividade do partido. Como suas primeiras atitudes à frente do Executivo estadual, o interventor ordenou a prisão dos membros do antigo governo, permitiu a organização do Partido Comunista, sendo por isso considerado pelos seus opositores como um governante complacente com o radicalismo. Três dias após a reorganização do Partido Comunista de São Paulo, em 27 de outubro de 1930, época um movimento de rebeldia no Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro. A divulgação de notícias desencontradas sobre o evento provocou pânico entre as elites paulistas, pois

“acreditavam que esta revolta é o início de uma erupção comunista que se expandiria para São Paulo. O comunismo sempre cresce com a depressão econômica e o prospecto em São Paulo é atualmente de uma severa crise econômica. Numerosas fábricas estavam fechadas mesmo antes que a revolução e a atividade temporária por causa de controles para material de guerra que têm, naturalmente, diminuído completamente. O Governo, além disto, está adotando árduas medidas da economia e está drasticamente cortando sua folha de pagamento, e mais pessoas estão se tornando desempregadas todo dia”²¹⁰.

As medidas tomadas por João Alberto, ora em favor de direitos trabalhistas, como aumento salarial em um momento de crise econômica, redução da jornada de trabalho, ora ordenando aos trabalhadores que retornassem ao trabalho nas fábricas em que estavam em greve, reprimindo comunistas, faziam o cônsul em São Paulo qualificá-lo como “um característico aventureiro político do governo revolucionário neste Estado”. Em seguida, previa que a “sua quase repulsa unânime por todos, exceto as classes mais baixas, necessariamente seduzirá Alberto a apelar por apoio dos radicais”²¹¹. Para tentar garantir o apoio ao seu governo, João Alberto fundou a Legião Revolucionária.

As ações de João Alberto não encontravam eco nem mesmo entre os seus subordinados, pois o chefe de Polícia Rao²¹² adotava medidas para reprimir os movimentos

²¹⁰ Political Report N° 13. São Paulo, November 4, 1930.

²¹¹ Political report N°. 16, American Consulate General, São Paulo, November 18, 1930; Despatch N° 3457, Rio de Janeiro, November 20, 1930; Telegram received from Amconsul at São Paulo, Nov. 14, 1930; Telegram received from Amconsul at São Paulo, Nov. 18, 1930.

²¹² Vicente Paulo Francisco Rao, mais conhecido como Vicente Rao graduou-se em Filosofia e Letras e em Direito pela Universidade de São Paulo em 1911 e em 1912, respectivamente. Foi membro do Partido Democrático de São Paulo (PD) e assumiu a chefia da Polícia em 29 de outubro e continuou no cargo na Interventoria de João Alberto. Para maiores informações, ver: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

dos trabalhadores, o que desagradava o interventor. Na sequência, essas disputas entre Alberto e o chefe de Polícia chamaram a atenção de Getúlio Vargas. Já no final de novembro de 1930, o coronel Alberto tomava medidas mais conservadoras no que diz respeito aos trabalhadores. Em dezembro, o interventor foi chamado ao Rio de Janeiro para uma reunião no Catete. Consoante Cameron, a mudança de postura de Alberto teria acontecido porque o Getúlio “compreendeu os perigos para a ordem pública que os comunistas colocavam em xeque, instruindo o interventor a tomar medidas a fim de reprimi-los”²¹³. É provável que Cameron fizesse, como tantos outros (estadunidenses ou brasileiros), dos movimentos dos trabalhadores uma sinonímia com os comunistas.

Mesmo estando em estados diferentes, a saber, Pernambuco, Bahia e São Paulo, os cônsules estadunidenses prestaram atenção para na participação das classes subalternas no período pós-revolucionário. Tanto Arend quanto Briggs e Cameron tinham receios que reivindicassem ampliação dos direitos sociais enquanto, supostamente, desdenhariam a importância da democracia em sua acepção liberal. Tal medida poderia colocar em xeque a estabilidade do governo, uma vez que as antigas oligarquias tinham sido abatidas, mas não completamente. Contudo, os cônsules não tinham apenas receio que as antigas oligarquias se aproveitassem dos momentos de instabilidade governamental e reassumissem o comando, mas também de que os comunistas passassem a influenciar as classes menos abastadas e com isso o Brasil corresse o risco de sofrer com uma revolução comunista no país. Isso pode ser observado em diversos relatórios enviados a Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro.

A instabilidade política em São Paulo

Desde a revolução de outubro de 1930 que os aliados e os políticos do Partido Republicano Paulista (PRP), alijados das decisões políticas do cenário político nacional, mantinham-se em constante insatisfação contra Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, e seus apoiadores. Essas tensões políticas entre os paulistas e o governo federal se tornaram assuntos cada vez mais frequentes nos relatórios de Charles R. Cameron, cônsul dos Estados Unidos para o distrito de São Paulo, que incluía além deste os estados de Mato Grosso e Paraná. Cameron observa que havia uma determinação da Presidência em “depreciar e

²¹³ Despatch N° 3498, Rio de Janeiro, January 5, 1931

prejudicar São Paulo”. Essa atitude do governo Vargas estaria, conforme o Cônsul, “estimulando maior oposição do que tem sido ainda encontrada neste estado, tão forte que os paulistas podem trazer com eles o interventor federal, que incluiria a Força Pública e uma parte do Exército”. Cameron mostra-se preocupado com outro ato das classes dirigentes paulistas que estavam tentando “unir um movimento em direção à esquerda” em oposição aos antagonistas de São Paulo²¹⁴.

Após algum período de inatividade no início de 1931, a Legião Revolucionária foi reavivada, mas sem o apoio oficial de João Alberto. Consoante Cameron, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha tinham aprovado o ressurgimento da organização. Ele acreditava que a ausência da assinatura do interventor paulista na declaração da instituição poderia sugerir “a existência de divergência entre João Alberto e o general Costa, seu secretário da Segurança Pública”. O documento lançado em São Paulo defendia a brasilidade, sob a qual o Brasil não aderiria aos modelos estadunidense, britânico ou russo de sociedade, mas sim o latino, de natureza “individualista”, consoante o Cônsul²¹⁵. A respeito disso, Cameron faz a seguinte observação:

“É compreensível que o Brasil não pode isolar-se e tem que participar da união internacional, mas sua expressão deveria corresponder a suas responsabilidades, poucas cidades brilhantes na costa coexistem com uma hinterlândia retrógrada, sendo ilógica e imoral”²¹⁶.

Sobre o manifesto da Legião Revolucionária, Cameron menciona que foi considerado “escrito por um sonhador” e que ele não teria a recepção esperada entre a população. Ainda segundo ele, a declaração da organização “provavelmente se constituirá na plataforma pública para o genuinamente Partido Radical que existe em pequenos números”. Analisando o povo brasileiro, o Cônsul, assevera que “como um latino, é altamente individual, mas seus componentes indígenas e negros não são, naturalmente, apenas organicamente antagônicos às doutrinas comunistas”. Ainda conforme seu exame, o objetivo do manifesto era “fazer o

²¹⁴ “... arousing stronger opposition than has yet been encountered in this State, so strong in fact that the Paulistas may carry with them the Federal Interventor which would include the Força Publica and a portion of the Army”. São Paulo Political Report N° 25. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, February 28, 1931.

²¹⁵ São Paulo Political Report N° 26. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 7 1931.

²¹⁶ “It is realized that Brazil can not isolate itself and has to participate in the international concert, but its expression should conform to its possibilities, a few brilliant cities on the coast coexistent with a vast retrograde hinterland, being illogical and iniquitous”. São Paulo Political Report N° 26. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 7 1931.

padrão e o ideal da raça brasileira” a partir do índio, o qual classificara como “consideravelmente comunista”. Ele não acreditava que o comunismo fosse uma ameaça inicial ao Brasil, mas temia que um agravamento na situação econômica do país sobre o qual “não há influência onde a impetuosidade possa guiar as classes mais baixas”²¹⁷.

A instabilidade política em São Paulo foi agravada ainda mais, conforme relato de Cameron, após a prisão do ex-chefe da Polícia, Vicente Rao. Esse ato teria repercutido mal na sociedade paulistana, provocando uma representação junto ao governo federal por parte do Clube dos Duzentos, e a publicação de uma declaração no jornal *Diário Nacional*, de propriedade do Partido Democrata, posteriormente invadido e fechado pela polícia, além do rompimento de relações entre o partido e o governo provisório.

O governo tentou se defender em um documento não assinado publicado na imprensa. Porém, tal iniciativa foi considerada “frágil” por Cameron, pois nele o governo tentava “evadir-se mais das acusações feitas pelos democratas ou falha para convencer”. Os ataques dos democratas continuavam através da acusação do general Miguel Costa estar difundindo “ideias comunistas”. Em sua análise sobre Costa, o Cônsul enfatiza que “não se acredita que ele seja realmente comunista, embora naturalmente simpatizante com o proletariado”²¹⁸.

Os militares e os levantes do período pós-revolucionário brasileiro em São Paulo

Os levantes militares incrementavam a inconstância da política brasileira, sobretudo em São Paulo, onde em 28 de abril ocorreu uma insurreição em três batalhões da Força Pública. O movimento que fora sufocado pelo governo foi criticado por Cameron como tendo sido um “fiasco ridículo”. Ele informou a Morgan que “os soldados não estavam realmente prontos para revoltar-se, embora pela ausência de seus comandantes eles tivessem toda a oportunidade de fazer assim”²¹⁹. Continuando sua análise, o Cônsul garante que a sublevação proporcionou a

“João Alberto e a Miguel Costa uma esplêndida oportunidade para atingir seus inimigos, mostrar-se eficientes como líderes, desacreditar os democratas e

²¹⁷ São Paulo Political Report Nº 26. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 7 1931.

²¹⁸ “... avoids most of the accusations made by the Democrats, or fails to convince”. São Paulo Political Report Nº 27. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, April 24 1931.

²¹⁹ São Paulo Political Report Nº 29. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, April 29 1931.

indiretamente suspender os votantes e garantir maior prerrogativa ao atual governo provisório²²⁰.

O discurso de José Carlos de Macedo Soares, secretário do Interior e Justiça do Estado de São Paulo, desdenhando os rebeldes militares e a ação destes últimos fez Cameron emitir o seguinte comentário a respeito: “nada poderia ter sido mais oportuno para o atual governo do que esta estúpida revolta, tendendo a mostrar como fez, as perniciosidades dos democratas em geral e de Macedo Soares em particular”. O Cônsul estava convicto de que as investigações iriam demonstrar que os estimuladores da rebelião eram “os mais proeminentes Democratas²²¹. Ainda sobre a revolta, Cameron inferiu: “como conspiradores, os Democratas de São Paulo têm muito a aprender²²². Contudo, em 30 de abril, o representante estadunidense em São Paulo, envia um outro telegrama à Embaixada relatando o seguinte: “parece certo que a tão dita revolta de 28 foi largamente forjada com o objetivo de desacreditar os democratas e justificar medidas de repressão, detenção e remoção geral da oposição agora em progresso²²³”.

Ainda no que diz respeito à revolta militar de vinte e oito de abril de 1931, consoante Cameron, Vargas tentou se reconciliar com seus opositores anistiando-os. O diplomata estadunidense avalia negativamente o fato de o Governo Provisório barganhar cargos em troca da *pax* revolucionária. Ele cita, por exemplo, a nomeação de Macedo Soares como embaixador na Bélgica. Em relação a isso, ele pondera que “este não é o primeiro caso em que o Governo Provisório tem, sem sucesso, tentado enviar políticos problemáticos para postos diplomáticos”. Na concepção de Cameron, essa atitude do governo era uma manipulação das embaixadas do Brasil que poderia desmoralizar a “carreira de oficiais do Serviço Diplomático brasileiro”, caso ela se perpetuasse²²⁴. No balanço geral dos oito meses do governo provisório no Estado, feito pelo representante dos Estados Unidos em São Paulo,

²²⁰ São Paulo Political Report Nº 29. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, April 29 1931.

²²¹ São Paulo Political Report Nº 29. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, April 29 1931.

²²² São Paulo Political Report Nº 29. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, April 29 1931.

²²³ Telegram received from Amconsul at São Paulo, April 30, 1931.

²²⁴ São Paulo Political Report Nº 30. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, June 22 1931.

havia “uma notável falta de preparação e eficiência técnica na parte de praticamente todos os funcionários subordinados”²²⁵.

Concernente à revolta dos militares paulistas, Morgan classificou-a como tendo sido “um pequeno distúrbio nos quartéis de algumas tropas de São Paulo, que foi rapidamente reprimido”. Ele também relatou ao ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos que a repressão ao levante serviu para acalmar “as demonstrações de ambição política de parte do” Partido Democrata. A rebelião militar provocou o fim das atividades do partido, conforme informou o embaixador ao ministro em Washington, mas ela também tinha outro significado para a política nacional, pois era uma “indicação” do retorno a um “governo constitucional”. Em relação ao coronel João Alberto, ele acreditava que o interventor iria permanecer no cargo por mais tempo. Consoante Morgan, a popularidade e eficiência do interveniente do estado paulista melhorariam “se o general Miguel Costa, que comanda as forças estaduais, fosse transferido”. Com relação a este último, sentenciou: “é um conselheiro imprudente afetado com as ideias socialistas e radicais adquiridas na Argentina durante vários anos de exílio depois da revolução de 1924”²²⁶.

Depois de resistir por oito meses a diversas situações de incerteza na política paulista, João Alberto renuncia ao cargo de interventor. Sobre o assunto Cameron relatou à Morgan que “a inferência é, naturalmente, que ele renunciou porque seu zeloso trabalho e sentimento de cordialidade em relação ao povo de São Paulo, não tinha sido recíproco pelo último”. Outrossim, ele acredita que a renúncia “foi provavelmente inesperada de fato e tomou o chefe do Governo Provisório de surpresa”. Talvez por isso Vargas tenha demorado a definir um novo nome para São Paulo, espera que foi criticada por Cameron, pois se algum proeminente paulista tivesse “sido imediatamente nomeado interventor”, o prestígio do governo seria recuperado e não haveria sido aberta a “oportunidade para desordem iniciar em São Paulo”. Foi informado inclusive que pessoas nas ruas paulistanas opinavam que “o governo federal tem estado triunfante sobre a situação toda e por assim dizer, esfregando sal na ferida de São Paulo” e que o desejo de Vargas seria “nomear outro interventor militar”²²⁷. O cônsul estadunidense criticava não só a demora de Vargas em nomear um novo interventor para o estado paulista, mas também todas as medidas que desagradassem as elites do estado. Como poderá ser observado mais adiante, Cameron assumirá uma postura cada vez mais anti-

²²⁵ São Paulo Political Report N° 30. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, June 22 1931.

²²⁶ Despatch n° 3594, Rio de Janeiro, May 11, 1931.

²²⁷ São Paulo Political Report N° 31. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, July 25 1931.

varguista com o passar do tempo, até estar totalmente simpático a causa paulista durante a revolta de julho de 1932.

Após a saída de João Alberto, Plínio Barreto, desafeto do general Miguel Costa e diretor de *O Estado de São Paulo*, foi nomeado para a Interventoria e escolheu subordinados seus para integrarem o seu gabinete. Com referência a isso, Cameron observou que “todas foram aparentemente excelente escolhas”. A indicação de Barreto para o cargo deixara Costa insatisfeito com o Governo Provisório. Então, Costa divulgou manifesto na imprensa, provocando a desistência de Barreto. Para o lugar deste, foi designado Laudo Camargo. Quando questionado por Morgan se esta seria uma boa escolha, Cameron disse que acreditava nessa possibilidade, “mas ninguém sabe como esta situação continuará”, pois ela “é delicada, especialmente se Miguel Costa insistir em permanecer no governo”²²⁸. O embaixador manifestou ao ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos a esperança de que Camargo pudesse fazer um bom governo, pois “como ele não é de profissão política ou militar, é esperado que sua administração possa apresentar as qualidades que estavam faltando naquela do coronel João Alberto, e que ele possa dedicar-se aos interesses de seu estado nativo desligado de tais considerações políticas”²²⁹. Morgan observava que “o general, no entanto, parece aprovar o interventor Camargo”²³⁰. Tão pouco tempo no cargo e Camargo já tinha que enfrentar desgastes provocados pelas denúncias a respeito de Leven Vampré, secretário da Publicidade, ter sido um espião no tempo do governo Carlos de Campos. A notícia ocasionou as renúncias de Vampré e de Eurico Sodré, chefe da Polícia. Concernente a esse fato, o Cônsul manifestou opinião de que “parece provável que a harmonia será restaurada, deixando Laudo de Camargo completamente humilhado, e Miguel Costa como o pistolão”. Isso seria “um caso de equilíbrio instável”²³¹, conforme concluiu o diplomata.

A conjuntura fazia Cameron supor que após a humilhação inicial, Laudo Camargo “receberia o apoio de muitos dos melhores componentes no estado e permaneceria no poder indefinidamente”, mas a instabilidade continuou. As “notícias referentes à provável data das eleições e a reunião inicial da Assembleia Constituinte” melhoraram a situação do interventor²³². No mês de novembro de 1931, o ex-interventor João Alberto, o general Miguel Costa e o Major Rabelo pressionaram Camargo a demitir Numa de Oliveira, secretário da

²²⁸ São Paulo Political Report N° 31. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, July 25 1931.

²²⁹ “... as he is neither of the military or political profession, it is hoped that his administration may supply the qualities which were lacking in that of Colonel João Alberto, and he may devote himself to the interests of his native state unaffected by political considerations”. Despatch n° 3643, Rio de Janeiro, July 27, 1931.

²³⁰ Despatch n° 3646, Rio de Janeiro, July 28, 1931.

²³¹ São Paulo Political Report N° 32. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, August 4 1931.

Fazenda, contudo ele se negou a fazê-lo “e apelou ao presidente provisório, mas sem receber apoio renunciou sob a pressão dos oficiais militares nomeados”. Cameron concluiu então: “praticamente uma deposição por tenentes”²³³. Ele ainda qualificou como tendo sido uma “brutalidade da intimidação à Camargo”, a coação a fim de exonerar o secretário da Fazenda. Outrossim, atribui a renúncia de Camargo a dois fatores: “primeiro, crescente incompatibilidade com Miguel Costa e seus apoiadores; e, segundo, relutância a responder à algumas demandas extravagantes de uma certa facção dos plantadores no que se refere às finanças e café”. Conforme o Cônsul, Miguel Costa foi o “responsável pela renúncia de João Alberto”. Como um “resultado do golpe de estado em São Paulo é que os tenentes estão, para o presente, ao menos, mais fortes do que nunca; que o governo de São Paulo está nas mãos do militar, onde permanecerá até uma solução satisfatória para os tenentes”. Ele também nutria a esperança de que os “plantadores triunfantes e os tenentes recobrarão sua serenidade e não permitirão ser intoxicados pela sua aparente vitória devastadora”²³⁴.

As questões sócio-raciais mencionadas pelos representantes dos Estados Unidos nos diversos estados brasileiros nos quais mantinham escritórios assim como o isolamento de alguns membros das antigas oligarquias, sobretudo em São Paulo, fornecem o combustível para mais instabilidade política no ano seguinte. Os relatos dos cônsules revelam o quanto eles tinham incertezas em relação ao futuro do governo Vargas e de seus aliados nos estados. Entretanto, como eles observaram as medidas tomadas pelos novos governantes brasileiros a fim de se manterem nos seus cargos de comando? O que pensaram das ações desenvolvidas por esses líderes que chegaram ao poder com a revolução de outubro de 1930? Esses e outros questionamentos tentarei responder no próximo capítulo.

²³² São Paulo Political Report N° 33. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, August 19 1931.

²³³ Telegram received from Amconsul at São Paulo, Nov. 14/31.

²³⁴ São Paulo Political Report N° 36. Confidential. American Consulate General. São Paulo, Brazil, November 16, 1931.

4. O AGRAVAMENTO DAS INSTABILIDADES POLÍTICAS EM 1932 E OS PLANOS DOS EUA PARA O BRASIL

Após a revolução em outubro de 1930, o governo provisório, chefiado por Getúlio Vargas, procurou estabilizar o país, nos seus vários planos, tentando garantir-se no poder e impedir o retorno dos grupos que antes dominavam. Entre fazer alianças e estabelecer pactos, de um lado, e submeter ou neutralizar descontentamentos, de outro, o processo revolucionário agora também teria de se haver com revolucionários dissidentes, em acréscimo àqueles que haviam sido derrubados. A crise econômica e a instabilidade política que ocasionaram a revolução precisavam também ser contidas a fim de não desencadear um possível descontrole social. Em tese, se seguissem seus intentos declarados antes de (e em) 1930, o governo central e os interventores nos estados ainda teriam de lidar, frontalmente, com os “decaídos” e “carcomidos” (pois era assim que se referiam aos seus inimigos políticos liberais); afora os coronéis, as lideranças oligárquicas do interior.

Contudo, em alguns estados, os interventores tiveram que compor o governo com os políticos de outrora para assegurar a governabilidade. Outrossim, é interessante perceber que, ao longo dos meses, vai se abrindo uma rachadura entre os aliados na revolução. De um lado estavam os tenentes, os quais desejavam que o novo governo tomasse medidas radicais no sentido de afastar as possibilidades de retorno das antigas oligarquias ao poder. Do outro, os constitucionalistas que advogavam a instalação de uma constituinte com o intuito de restaurar o Estado de Direito – e isto, sim, inclusive nas hostes governistas. As divergências entre esses dois grupos desgastaram o governo provisório e o deixaram defronte à revolta daqueles que defendiam o regresso do regime constitucional²³⁵.

Os estadunidenses, atentos observadores desse processo político – chamado pelos brasileiros de “mudancista” –, tinham suas ideias e interpretações em relação ao novo governo. Como viam as disputas intestinas do grupo revolucionário? Como os diplomatas estadunidenses viram as medidas tomadas para solucionar os problemas brasileiros, tentando garantir assim a estabilidade governamental?

Lawrence Briggs e os baianos

²³⁵ GOMES, Ângela de Castro [et al.]. *O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)*. 9ª. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pág. 159. – (História Geral da Civilização Brasileira, t. III, v. 10).

Na Bahia, após o insucesso de dois interventores civis no poder, Leopoldo do Amaral e Artur Neiva, assume a interventoria Juracy Magalhães, aos 26 anos de idade, natural do Ceará. O jovem tenente desembarca num estado em que – como escreve o historiador Luís Henrique Dias Tavares – “os Calmon e as facções e indivíduos no poder fecharam” quando da “campanha da Aliança Liberal”²³⁶. Mesmo politicamente blindada pelos Calmon, é bom notar que o influente J.J. Seabra, que não era coligado ao grupo familiar situacionista, era o presidente de honra da Aliança. Não só tinha o jovem Juracy a responsabilidade de estabilizar o governo baiano quanto realizar mudanças necessárias para manter-se no cargo, sendo a primeira delas a de deixar de ser militar e tenentista para ser chefe político, em traje civil, experiência extraordinária em sua vida. A indicação de um cearense à interventoria desagradou à oposição política baiana que, contraposta aos Calmon, apoiara a revolução no estado, exatamente aquela seguidora de J.J. Seabra, governador estadual em duas ocasiões, durante a Primeira República, em 1912 e em 1920²³⁷.

Após quatro meses de governo, Juracy começa a enfrentar uma ameaça à sua governabilidade, pois J.J. Seabra, que residia no Rio de Janeiro, tinha vindo para a Bahia com o intuito de se articular a coligados que o apoiassem em uma eventual disputa eleitoral na esperada volta ao regime constitucional. Briggs observava que alguns políticos baianos acusavam Juracy Magalhães de ser um estrangeiro “e que ele colocou o governo do Estado de volta nas mãos de líderes que não tinham sido simpáticos com a revolução”²³⁸. Se Juracy era assediado por ser um forasteiro, ao cônsul estadunidense não importava o fato dele não ser originário da Bahia, desde que administrasse bem. E, parece, Briggs pensava realmente em Magalhães como um interventor mais desenvolvido que seus antecessores. Pelo menos é o que podemos deduzir no trecho a seguir:

²³⁶ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. pág. 379.

²³⁷ Para maiores detalhes, ver: CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 2005. 173 pág; PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo. *De forasteiro a unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*. 2010. 154p; ver também: SARMENTO, Sílvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. -- Salvador, 2009. 143 f. : il.

²³⁸ “... he put the government of the State back into the hands of leaders who had not been in sympathy with the revolution”. Political Report. Date of mailing February 24, 1932. Political events in the Bahia Consular District during the period January 1 – February 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

“É verdade que Juracy Magalhães tem colocado o governo da Bahia nas mãos de homens que não foram revolucionários ativos; mas, como anteriormente relatado, não houve movimento revolucionário ativo na Bahia e nem oposição ativa a Juarez Távora e Juracy Magalhães quando eles tomaram a cidade em outubro de 1930. Os revolucionários mais barulhentos aqui foram Leopoldo do Amaral e Moniz Sodré, editores dos jornais de Seabra, e quando o governo foi colocado nas mãos deles, eles foram tidos como inadequados. Juracy Magalhães está tentando unir os melhores elementos de todos os partidos e é solidamente apoiado pelos interesses do comércio do Estado e Cidade da Bahia”²³⁹.

Além do apoio vindo do comércio, que estava interessado na regularização das contas do estado e na normalização da economia, assim como apreciava o fim das violentas disputas da política baiana, que lhes prejudicava as vendas, depois de nada obter junto a João Mangabeira e aos Calmon, que muito cortejou – como registra Consuelo Novais Sampaio –, Juracy obteve “apoio de três figuras tradicionais do panorama político da Bahia: o conselheiro João Pedro dos Santos, que na Primeira República havia exercido o mandato de deputado federal durante quatro legislaturas; o desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, que desde 1921 ocupava o cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Estado, e o ex-deputado federal, João Pacheco de Oliveira, com larga influência eleitoral em Salvador”²⁴⁰. Outros veteranos da política baiana seriam depois permeáveis à aproximação de Juracy²⁴¹. Na visão de Briggs, embora as personagens políticas reunidas pelo interventor da Bahia não fossem genuinamente revolucionárias, elas poderiam ajudá-lo a equilibrar a situação. O cônsul parecia mesmo não concordar com a ofensiva desenvolvida por Seabra contra Magalhães nem mesmo com o manifesto lançado a fim de que os políticos baianos apoiassem o ex-governador. Com relação a essa ação, Lawrence Briggs sentencia: “seu interesse principal, no entanto, parece dissimular em ataque pessoal ao interventor, Juracy Magalhães, que caracteriza como um estrangeiro que tem destruído a fé nos líderes revolucionários por

²³⁹ “It is true that Juracy Magalhães has put the Government of Bahia into the hands of men who were not active revolutionists; but, as previously reported, there was no active revolutionary movement in Bahia and no active opposition to Juarez Távora and Juracy Magalhães when they took the city in October, 1930. The loudest revolutionists here were Leopoldo do Amaral and Moniz Sodré, editors of the Seabra newspapers, and when the government was put into their hands they were found wanting. Juracy Magalhães is trying to unite the best elements of all parties and is solidly supported by the business interests of the State and City of Bahia”. Political Report. Date of mailing February 24, 1932. Political events in the Bahia Consular District during the period January 1 – February 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁴⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação, 1992. pág. 90.

²⁴¹ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pp. 88-93.

colocar o governo do estado da Bahia nas mãos dos anti-revolucionários”. As ações dos governos, tanto estadual quanto federal parecem ter sido imediatas, na tentativa de evitar maiores danos à governabilidade da interventoria baiana, quando Juracy ordenou que os prefeitos tomassem “as necessárias precauções para prevenir problemas”. Além disso, Juracy Magalhães iniciou um processo judicial contra os ataques sofridos na imprensa da parte do seabrista Moniz Sodré. De sua parte, Getúlio Vargas enviou o encouraçado São Paulo para ficar de prontidão na Bahia, para o caso de alguma emergência²⁴².

Ainda com referência à campanha de Seabra contra Magalhães, o cônsul estadunidense observou que mesmo o primeiro tendo sido governador do estado em duas oportunidades, a Bahia, perante sua exortação, “recusou-se a endossá-la”. Nesse sentido, ele explicou a Morgan a sua impressão a respeito desta recusa em aceitar a política de objeção de Seabra a Magalhães: “é difícil interpretar o resultado desta campanha em algum outro modo do que como um absoluto endosso da administração de Juracy Magalhães”²⁴³. E a Bahia teria endossado a administração do interventor pelas qualidades que Briggs enxerga nele (e possivelmente parte das elites políticas da Bahia):

“este jovem homem militar pode ser inexperiente em administração civil e deficiente em política administrativa construtiva, mas é honesto, sincero e corajoso, e sob sua administração a Bahia tem um sentimento de segurança contra a turba analfabeta que constitui 80 ou 85 por cento de sua população, que não tem sentido nenhuma outra administração local desde antes de a revolução iniciar”²⁴⁴.

²⁴² “Its chief interests, however, seem to lie in a personal attack on the Interventor, Juracy Magalhães whom it characterizes as an outsider who has broken faith with the revolutionary leaders by putting the government of the State of Bahia into the hands of anti-revolutionists”; “the necessary precautions to prevent trouble”. Political Report. Date of mailing February 24, 1932. Political events in the Bahia Consular District during the period January 1 – February 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁴³ “... refused to endorse him”; “It is difficult to interpret the result of this campaign in any other way than as an unqualified endorsement of the administration of Juracy Magalhães”. Political Report. Date of mailing February 24, 1932. Political events in the Bahia Consular District during the period January 1 – February 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁴⁴ “This young military man may be inexperienced in civil administration and lacking in constructive administrative policy, but he is honest, sincere and courageous and under his administration Bahia enjoys a feeling of security against the illiterate mob which makes up 80 or 85 per cent of its population which it has not felt under any other local administration since before the revolution began”. Political Report. Date of mailing February 24, 1932. Political events in the Bahia Consular District during the period January 1 – February 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

A julgar pelos adjetivos pelos quais Briggs utilizou para qualificar Magalhães, “jovem”, “honesto”, “sincero” e “corajoso”, parece que não só os baianos viam o interventor como um líder moralizador, mas também o próprio cônsul, desejoso que estava por um político, ainda que “inexperiente”, para conduzir a administração pública de uma forma que os outros dois interventores (sendo ao menos o primeiro seabrista) não conseguiram fazer. Isso parece ficar bem evidente quando concluiu sua análise dizendo: “ele pode estar apenas a ‘ocupar cargo na administração’, mas ele está fazendo um bom emprego dele e sob as atuais condições o povo da Bahia parece preferir este estrangeiro, como Seabra o chama, aos antigos concidadãos”²⁴⁵. Com efeito, vale reparar, se Juracy Magalhães queria aliados, com J. J. Seabra teve uma boa briga; destas brigas que servem para impor respeito aos outros, que passaram a temê-lo. Depois das muitas réplicas e trélicas – vale reparar também –, Juracy ascendeu e Seabra declinou.²⁴⁶

Esse Briggs é o mesmo preconceituoso e elitista dos despachos sobre o quebra-bondes; talvez por isso ateste no seu texto que Juracy era um bom elemento de segurança contra a “turba analfabeta” (citada acima). Volta aos seus informes o temor à malta – grosseira, ignorante de seus direitos, febril de tanta pobreza (80 a 85% da população do estado) –, motivo para inseguranças entre os poucos restantes. Difícil saber aqui o quanto é o estrangeiro estadunidense que sente medo e horror, o quanto isso é compartilhado pelos homens das elites soteropolitanas com quem mantinha contato.

Nos seus julgamentos, a única coisa que parecia incomodar Briggs em relação à administração de Magalhães seria a campanha para capturar Lampião no interior do estado, embora reconhecendo que o governo agiu certo ao “chamar a atenção para suas atividades nesta direção, enquanto todos os olhos eram estimulados pela crítica do Dr. Seabra à sua administração”²⁴⁷. Voltando às raras críticas do cônsul à Magalhães, o motivo era porque:

²⁴⁵ “He may be only ‘sitting on the lid’, but he is doing a good job of it and under present conditions the people of Bahia seem to prefer this outsider, as Seabra calls him, to their aged fellowtownsman, the agitator Seabra”. Political Report. Date of mailing February 24, 1932. Political events in the Bahia Consular District during the period January 1 – February 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁴⁶ SEABRA, J.J., *Humilhação e Devastação da Bahia*. Salvador, Cia. Editora Gráfica, 1933. MAGALHÃES, Juracy, *Defendendo o Meu Governo. Explicações a Bahia a Propósito de um Livro do Sr. J. J. Seabra*. Salvador, Tipografia Naval, 1934. SEABRA, J.J., *Esfola de um Mentiroso*. Rio de Janeiro, sem editora, 1936.

²⁴⁷ “... to call attention to their activities in this direction, while all eyes were turned on Dr. Seabra’s criticism of his administration”. Political Report. Date of mailing February 24, 1932. Political events in the Bahia Consular District during the period January 1 – February 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

“O governo que desponha ao conceder espaço formal nos jornais para sua campanha contra este fora da lei, deixa-se aberto à crítica severa. Várias vezes durante uns três meses, os jornais do governo continham narrativas de conflitos sangrentos ou quase conflitos entre a polícia estadual e os bandidos”²⁴⁸.

As tentativas infrutíferas para capturar o mais temido bando armado do interior do sertão, naquele período, teriam levado Briggs a intitular a parte dele no relatório ao embaixador como: “novamente a comédia Lampião” – “comédia” que levaria muitos anos ainda (até ser encerrada com a morte do cangaceiro). O desapontamento do cônsul era tão visível que chega a dizer que: “Lampião parece estar perambulando pelo interior tão felizmente como se os governos de vários estados do Brasil não estivessem tentando (...) capturá-lo”²⁴⁹. Isso parecia incomodá-lo porque poderia ser utilizado pelos opositores de Magalhães.

Briggs parecia estar cada vez mais à vontade em seu relacionamento com Juracy Magalhães. Em 3 de junho de 1932 ele “ofereceu uma foto de George Washington ao diretor de uma escola, ao interventor e ao prefeito”. No que diz respeito ao segundo, o presente tinha sido muito bem aceito, ao ponto dele comentar que “apreciou altamente a amizade dos Estados Unidos e a memória de Washington e que ele tinha requerido um lugar para a foto quando ela chegasse”. Já o terceiro pareceria ter ignorado, haja vista o comentário do cônsul em relação ao prefeito de “que está engajado em uma luta desesperada com uma companhia estadunidense, ainda não tinha respondido”. O prefeito Pimenta da Cunha demonstrava, segundo Briggs, ser um político “ambicioso para tornar-se interventor”. Neste afã, Cunha estaria tentando reunir políticos da “velha aristocracia política baiana” para ajudá-lo nesta empreitada contra o interventor. A reação dos políticos baianos fora “aberta e violentamente contra o prefeito”²⁵⁰.

²⁴⁸ “The government which fails to give proper space in the papers to its campaigns against this outlaw, lays itself open to severe criticism. Several times during the quarter the government papers contained accounts of bloody encounters or near-encounters between the State police and the bandits”. Political Report. Date of mailing February 24, 1932. Political events in the Bahia Consular District during the period January 1 – February 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁴⁹ “Again Lampião comedy”; “... Lampeão seems to be roaming the interior as gaily as if the governments of several states of Brazil were not trying to make political capital out of their attempts to capture him”. Political Report. Date of mailing February 24, 1932. Political events in the Bahia Consular District during the period January 1 – February 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁵⁰ “The Consul offered to present this school with a framed picture of George Washington and made a similar offer to the Interventor and the Prefect”; “... appreciated highly the friendship of the United States and the memory of Washington and that he had made a place for the picture when it arrived”; “... who is engaged in a desperate fight with an American company, has not yet replied”; “... ambitious to become Interventor”; “... old

Apesar da luta entre Pimenta da Cunha e a companhia brasileira subsidiária da empresa estadunidense Electric Bond and Share Company, Briggs dava ares de não querer se envolver ou emitir opiniões referentes ao prefeito quando relatou no dia 3 de junho o seguinte: “certo ou errado, vencido ou perdido, os inimigos do prefeito estão começando a encurralá-lo”²⁵¹. Essa tentativa talvez fosse devido ao fato de ele achar Cunha um bom prefeito pois, segundo a fonte, era o administrador de “um governo honesto”, que fizera “mais para melhorar a cidade do que qualquer outro prefeito de tempos recentes”²⁵².

As tensões políticas que se abateram sobre o Brasil desde a revolução de outubro de 1930, quando parte das elites paulistas foram afastadas das decisões políticas do país, continuaram se elevando até a revolta constitucionalista, iniciada em 9 de julho de 1932. Esse movimento era a demonstração mais visível do quanto os paulistas ficaram insatisfeitos não só com o fato de terem sido afastados do poder, mas também as diversas medidas tomadas pelo governo Vargas que os desagradavam. Ações como a nomeação de interventores militares oriundos de outros estados e as constantes ameaças oferecidas pelos tenentes ao governo aumentavam o sentimento de descrença no governo revolucionário como relatou Charles Cameron em vários documentos diplomáticos enviados à Embaixada no Rio de Janeiro.

Concernente à revolta paulista pela qual seus adeptos ambicionavam a volta ao sistema constitucional, o cônsul relata ao embaixador os possíveis motivos pelos quais os baianos não tinham demonstrado interesse pelo movimento. Primeiro ele informou ao embaixador que “a Bahia é apática perante esta revolução, tal qual na anterior”. As causas dessa mencionada apatia estavam em algumas questões: “seus interesses não têm sido vitalmente afetados por nenhuma revolução, como tem sido o caso dos plantadores de café de São Paulo; e, diferente do sul do Brasil, sua população é de 80 ou 85 por cento de analfabetos e não há sentimento público organizado”. Nas opiniões emitidas por Briggs – similares ao do cônsul no Recife F. van den Arend –, o fato da maioria da população do estado ser composta de analfabetos

Bahiano political aristocracy”; “... openly and violently against the Prefect”. Political Report. Date of mailing June 3, 1932. Political events of the Bahia Consular District during April and May, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁵¹ “Right or wrong, win or lose, the Prefect’s enemies are beginning to close in on him”; Political Report. Date of mailing June 3, 1932. Political events of the Bahia Consular District during April and May, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁵² “... an honest government and did more to improve the city than any other prefect of recent times”; Political Report. Date of mailing August 30, 1932. Political events of the Bahia Consular District during July 1 – August 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

parece ser a justificativa sempre mais plausível e a mão para o sucesso ou insucesso de algum grupo político na Bahia. Daí resultaria a dificuldade de certos políticos em obterem êxito ao “excitar a turba para lutar”²⁵³.

Ainda consoante Briggs, a segunda razão para o possível desinteresse dos baianos pela revolta paulista²⁵⁴ seria o fato do povo estar satisfeito com a administração de Juracy Magalhães, apesar do “preconceito contra ele porque ele é um estrangeiro e ele provavelmente não poderia sobreviver a um retorno ao governo constitucional”. Além de “capaz, honesto e ativo”, adjetivos dados pelo cônsul ao interventor da Bahia, a Morgan é dito que “ele [Juracy] tem mantido a lealdade do povo deste estado contra os mais influentes revolucionários baianos – Dr. J. J. Seabra, Antonio Muniz Sodré, Arnaldo Pimenta da Cunha e outros”. As habilidades do jovem tenente pareciam impressionar o experiente estadunidense no comando do Consulado dos Estados Unidos na Bahia. Mas elas seriam ainda mais capazes de surpreendê-lo, pois Juracy foi capaz de, habilmente, se impor às elites políticas tradicionais da Bahia como um chefe político novo.²⁵⁵ De fato, ele sobreviveu ao retorno do país ao Estado de Direito por duas vezes, em 1934 e 1946, em ambas as ocasiões em posse de maciço eleitorado²⁵⁶.

O olhar de Briggs não deixava de registrar a forma como as elites brancas assistiam aos movimentos do governo no envio de soldados, que eram “geralmente negros”, para ajudar as tropas de Getúlio Vargas. Consoante o cônsul, “os brancos influentes observam a partida deles com o mesmo interesse que eles teriam por um carregamento de tantos bovinos. Eles prestam a atenção em São Paulo através do rádio toda noite, com um nítido sentimento de

²⁵³ “Bahia is apathetic to this, as to the previous, revolution”; “Her interests have not been vitally affected by either revolution, as have those of the coffee-growers of São Paulo; and, unlike southern Brazil, her population is 80 or 85 per cent illiterate and there is no organized public sentiment”; “... exciting the mob to fight or business community to break with organized government”. Political Report. Date of mailing August 30, 1932. Political events of the Bahia Consular District during July 1 – August 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁵⁴ Briggs poderia até estar certo com relação a maioria da população baiana não apoiar a revolução constitucionalista paulista, mas Sampaio mostra que parte das elites do estado não só apoiou o movimento como a partir da influência dele pode ser organizada a Liga de Ação Social e Política (LASP). SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pág. 97.

²⁵⁵ Ver: PINHO, Ana Luíza Araújo Caribe de Araújo. *De Forasteiro a Chefe Político: A Interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*. Rio de Janeiro, Mestrado em História, Política e Bens Culturais – FGV, 2010.

²⁵⁶ Para maiores detalhes sobre o PSD baiano, ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pp. 81-96; ver também: BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro(1945-65)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

simpatia por São Paulo”. Mas as elites baianas não queriam se envolver na luta, apesar da “simpatia” mencionada por Briggs a Morgan. Por isso mesmo elas negaram-se a apoiar o boicote comercial ao governo central, pois queriam “um acordo sobre a questão e um retorno às condições normais de paz, e quase qualquer acordo será satisfatório”²⁵⁷.

Lawrence Briggs demonstrou ao embaixador Edwin Morgan como os conflitos políticos evoluíam na Bahia assim como as medidas adotadas pelas elites para sobreviver em meio às adversidades. Em Pernambuco, F. van den Arend evidencia o que estava por trás das disputas políticas do estado e qual era o posicionamento dele diante das questões apresentadas.

F. van den Arend e o desconforto do governo pernambucano

Se na Bahia havia um claro desejo de, antes de mais nada, a paz, em Pernambuco a situação era crítica, conforme F. van den Arend. No relatório de 9 de fevereiro de 1932, enviado ao embaixador no Rio de Janeiro, Edwin Morgan, o cônsul revela que além da crise financeira estadual, o interventor estava enfrentando os protestos dos trabalhadores, dando conta de que o “sentimento geral de insatisfação tem claramente aumentado”. Arend mostra o chefe pernambucano tentando garantir a governabilidade através de acordos feitos com os sindicalistas, frustrando assim seus “opponentes políticos”, pois “teriam menos oportunidade para fomentar desordens”²⁵⁸.

O representante dos Estados Unidos em Pernambuco percebia que Lima Cavalcanti, interventor pernambucano, se esquivava dos movimentos paredistas fazendo “concessões para

²⁵⁷ “... prejudice against him because he is an outsider and he probably could not survive a return to constitutional government...”; “... capable, just and active”; “He has retained the loyalty of the people of this State against the most influential Bahiano revolutionists – Dr. J. J. Seabra, Antonio Muniz Sodré, Arnaldo Pimenta da Cunha and others”; “... mostly negroes”; “... the influential whites regard their departure with the same interest they would a shipment of so many cattle. They listen to São Paulo over the radio every night, with quite a feeling of sympathy for São Paulo”; “... a return to normal peace conditions, and almost any settlement will be satisfactory to...” Political Report. Date of mailing August 30, 1932. Political events of the Bahia Consular District during July 1 – August 15, 1932. Lawrence P. Briggs. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁵⁸ “... the general sentiment of dissatisfaction has clearly increased”; “... the Interventor’s political opponents would have less opportunity to foment disorders”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing February 9, 1932. Political developments in Pernambuco during January, 1932. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

permitir aos líderes dos trabalhadores salvarem sua reputação”, o que teria debelado “ameaça de uma greve de bonde”, removida “alguns dias depois”. Mesmo assim, o mês de fevereiro passava e o governo estadual sofria, em “posição politicamente mais frágil do que antes”. A crise econômica que atingia os usineiros da cana-de-açúcar os deixava insatisfeitos e isso alimentava a oposição. A esse respeito ele diz “os oponentes da administração são capazes de apontar que, depois de mais do que um ano no gabinete, o interventor tem sido incapaz de melhorar as condições financeiras do estado”. Arend parecia estar preocupado com a situação política pernambucana e com a repercussão que isso poderia ter na sociedade. Por isso ele informa que os jornais oposicionistas se esforçavam em seus noticiários no sentido de devidamente inculcar a “população” de horror aos maus-tratos dados aos prisioneiros políticos²⁵⁹. Contudo, o cônsul reitera os seus preconceitos anteriores às populações de baixa-renda como desinteressados em política. Na opinião de Arend,

“este último episódio, [maus-tratos contra prisioneiros²⁶⁰] trivial em si mesmo, assume importância por causa da oportunidade que ele tem dado à oposição para estimular a indignação do povo comum, que preferiria não compreender nem se interessar em caso de o tesouro ser pilhado por demônios políticos ou as finanças nunca serem calculadas”²⁶¹.

Tal qual na Bahia, o cônsul estadunidense, assim como parecia ser o caso das elites oposicionistas pernambucanas, acreditava que a população pobre, em sua maior parte composta por pessoas analfabetas, não se importava com assuntos como corrupção, finanças públicas, pois seriam de difícil compreensão para ela. A falta de educação do povo dito comum o tornava inapto a compreender os acontecimentos políticos. Por isso mesmo, as elites

²⁵⁹ “By making enough concessions to enable the labor leaders to save their faces, the threat of a street car strike was removed a few days later”; “... in a weaker position politically than before”; “... the administration’s are able to point out that after more than a year in office, the Interventor has been unable to improve the state’s financial condition”; “... “the opposition newspapers have seen to it that the populace was duly impressed by the ‘horrors’ of the mistreatment of the political prisoners”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing February 9, 1932. Political developments in Pernambuco during January, 1932. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁶⁰ Com referência aos maus-tratos sofridos pelos prisioneiros políticos durante o governo Vargas, ver as indicações bibliográficas do capítulo 2.

²⁶¹ “This latter episode, trivial in itself, assumes importance because of the opportunity it has given the opposition to arouse the indignation of the common people, who would neither understand nor care if the treasure were looted by political scamps or the budget were never balanced”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing February 9, 1932. Political developments in Pernambuco during January, 1932. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

tentavam fazer com que as lembranças da violência de governos anteriores pudessem fazê-las obter o apoio da população em uma eventual tentativa de deposição de Cavalcanti. O que Arend tinha receio era que:

“eles podem ser induzidos a acreditar que estão dispostos a apoiar alguém que promete derrubar o governo estadual. Além disto, sua atitude está apta a influenciar a soldadesca da Brigada Militar, que é recrutada nessa classe, e sobre a qual o governo tem de se apoiar para uma extensão considerável de sua defesa”²⁶².

Mas afinal, qual era o principal receio que Arend tinha com a vitória da oposição ao derrubar Cavalcanti? O temor era de que um opositor vitorioso poderia lutar em favor da volta do regime constitucional ao Brasil. O cônsul entendia que o retorno naquele momento era precoce. Por isso mesmo, ele advogava que o interventor tinha responsabilidade sobre os casos de maus-tratos de presos políticos, devendo resolvê-los, a fim de diminuir a insatisfação da oposição. Essa situação poderia, na opinião de Arend, provocar um desprestígio ao governo federal. Não obstante, garantir a manutenção do governo revolucionário em Pernambuco, na opinião do representante dos Estados Unidos em Recife, era importante para as pretensões de permanência do grupo político de Getúlio Vargas no comando do Brasil. Continuando sua análise, ele esclarece que:

“tal mudança seria significativa, não apenas porque Pernambuco é o mais importante estado nesta região do país, mas também porque contribuiria consideravelmente para quebrar o ‘Bloco do Norte’, o qual tem fornecido a principal oposição a um precoce retorno ao sistema constitucional”²⁶³.

Quando se refere à oposição, Arend tenta desqualificá-la alegando que a contrariedade da oposição a Cavalcanti estava no fato de “ressentimentos pessoais e hostilidades de família”

²⁶² “... they can be made to believe it they are prone to side with anyone who undertakes to overthrow the state government. Furthermore their attitude is apt to influence the rank and file of the Brigada Militar, who are drawn from this class, and, upon which the government has to rely to a considerable extent for its defense”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing February 9, 1932. Political developments in Pernambuco during January, 1932. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁶³ “Such a change would be significant, not only because Pernambuco is the most important state in this section of the country, but also because it would go far to break up the ‘northern block’ which has furnished the principal opposition to an early return to constitutional methods”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing February 9, 1932. Political developments in Pernambuco during January, 1932. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

ainda representarem “um importante papel na política estadual de Pernambuco”. Essas mágoas e agressividades familiares, consoante o cônsul estadunidense, estavam “juntas com o crônico desejo de ‘dividir’ para conseguir controle sobre os gabinetes públicos”²⁶⁴. Em suma, na sua opinião, as antigas oligarquias ainda não tinham aceitado ter perdido o poder e por isso estavam tentando de todas as formas voltar a comandar o estado pernambucano com o retorno do sistema constitucional, uma vez que acreditavam ser possível recuperar o poder nas urnas. Tal confiança das oligarquias pernambucanas residia no fato da rede política montada durante a Primeira República não ter sido desarticulada, como o próprio Arend já havia relatado aos seus superiores em Washington²⁶⁵.

As instabilidades políticas em estados como Bahia, Pernambuco, Pará e outros do Norte do Brasil levaram o governo federal a encomendar a Juarez Távora uma “investigação especial” na região. Nos relatos de Arend, o governo pernambucano ainda gozava de prestígio perante Vargas, mas a cada visita de Távora ao estado, aumentavam os rumores de que o interventor renunciaria. Tal fato poderia, segundo o cônsul, “abrir caminho para um interventor que seria mais efetivamente capaz de conciliar as várias facções no estado e cuja opinião sobre a questão de um retorno ao governo constitucional seria menos inflexível”. Porém, diante dos insucessos do governo provisório com os interventores em alguns estados, essa atitude seria “perniciosa ao prestígio” dele. Além do mais, Arend avaliava que semelhante mudança só era plausível “como um último recurso no esforço para prevenir novas revoltas em Pernambuco”²⁶⁶. Para Arend, o governo provisório deveria manter a todo custo a estabilidade governamental das interventorias e efetuar poucas mudanças a fim de que isso não provocasse um desgaste ainda maior.

Em acréscimo, os trabalhadores protestavam por melhores condições de trabalho e o governo pernambucano não conseguia evitar movimentos paredistas. Arend parecia se irritar com a “incapacidade” de Cavalcanti para impedir as greves. Isso pode ser observado através

²⁶⁴ “... personal grudges and family enmities still play an important role in Pernambuco state politics”; “Together with the chronic desire of the ‘cuts’ to get control of public offices...”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing February 9, 1932. Political developments in Pernambuco during January, 1932. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁶⁵ Para maiores informações vide capítulo 2 dessa dissertação.

²⁶⁶ “... special investigation”; “... making way for an Interventor who would be better able to conciliate the various factions in the state and whose stand on the question of a return to constitutional government would be less uncompromising”; “... harmful to the prestige”; “... such a move is therefore likely to be considered only as a last resource in the effort to prevent further outbreaks in Pernambuco”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing February 9, 1932. Political developments in Pernambuco during January, 1932. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

do seguinte comentário, feito após o interventor alcançar a estabilização da situação política: “esta condição feliz não foi obtida, contudo, sem uma vacilação final na forma de uma greve dos gráficos”. O cônsul pondera que os gráficos conseguiram realizar a greve porque não eram simples trabalhadores, sendo alfabetizados. Contudo, os trabalhadores encontraram “os empregadores organizados e opostos a eles como um segmento”²⁶⁷. O interessante é perceber que enquanto Briggs mostra uma elite baiana temerosa em relação aos trabalhadores negros analfabetos, em Pernambuco, Arend evidencia que a camada dirigente se agrupa a fim de ter mais poder para combater os trabalhadores nos sindicatos ou em greve. Se uma elite se intimidava por causa das diferenças sociais, a outra fazia, a pernambucana, do seu medo um instrumento capaz uni-la em torno de um objetivo comum, derrotar as camadas subalternas.

Com referência às greves, o representante dos Estados Unidos em Pernambuco nota que “açuladas por discursos e promessas feitas pelos Liberais antes da revolução de 1930, as classes trabalhadores em Pernambuco têm sido mais ou menos turbulentas desde então”. As ações dos trabalhadores teriam sido desencadeadas pelo descumprimento das promessas do grupo que eles apoiaram para ascender ao poder. Arend qualifica as greves como “fúteis” e sustenta que os grevistas conseguiam “pouco, além de demonstrar que o operariado nesta região do país continua por demais analfabeto, por demais desorganizado e por demais sem líder para ser capaz de prover a si mesmo”. O insucesso das paredes teria provocado nas “classes trabalhadoras uma compreensão de sua impotência”. Essa incapacidade, segundo o cônsul, teria tornado os trabalhadores “menos arrogantes do que em qualquer momento desde a revolução de 1930. O espírito humilhado deles contribui muito para a calma que agora imbui a cena política”²⁶⁸.

Quanto ao cenário político nacional, no qual os constitucionalistas pressionavam por regresso ao Estado de Direito, Arend demonstra-se cético no que diz respeito ao futuro do governo de Pernambuco, ao afirmar que “se os acontecimentos persistirem em suas atuais

²⁶⁷ “This happy condition was not attained, however, without a final flicker in the form of a printers’ strike”; “... employers organized and opposing them as a unit”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing March 21, 1932. The political situation in Pernambuco becomes more tranquil. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁶⁸ “Aroused by the harangues and promises made by the Liberals before the revolution of 1930, the laboring classes in Pernambuco have been more or less turbulent ever since”; “... unsuccessful...”; “... have achieved little beside demonstrating that labor in this section of the country remains too illiterate, too disorganized and too leaderless to be able to fend for itself...”; “... working classes a realization of their helplessness”; “... less uppish than at any time since the 1930 revolution. Their temporarily chastened mood contributes much to the calm which now pervades the political scene”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing March 21, 1932. The political situation in Pernambuco becomes more tranquil. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

tendências, não seria surpresa ver a insistência dos liberais do sul em prol de um imediato retorno ao governo constitucional devolver o Norte de volta às mãos de muitos políticos dos que a revolução tentou resgatar”²⁶⁹. Atinente ao comportamento da sociedade e às possibilidades da oposição para uma eventual revolta armada com o fim de depor o governo estadual, o cônsul é categórico ao ponderar, no relatório de 12 de julho, que a população apresentava sentimentos de “desilusão e indiferença”. Com relação aos opositoristas, o cônsul constata que eles estão “melhor preparados para um combate eleitoral do que para uma revolta armada”, em particular por que era improvável receberem “ajuda efetiva tanto do 21º Batalhão quanto das classes trabalhadoras”. Era por esse motivo que ele supunha que não haveria tentativa de rebelião provocada pela oposição. Contudo, Arend parecia apreensivo quanto ao desenrolar de uma vitória dos constitucionalistas no sul. Para ele, “isto poderia conduzir a uma situação em que as classes mais baixas poderiam satisfazer suas tendências de pilhar as casas dos elementos mais ricos”. Essa ameaça fazia com que o delegado estadunidense pensasse que uma “informação confidencial do progresso do provável levante no sul, especialmente se contra o governo provisório, poderia demonstrar-se propícia para a tomada de medidas oportunas visando o bem-estar da colônia estadunidense”²⁷⁰.

Mas a necessidade de informações para organizar a proteção dos cidadãos estadunidenses iria encontrar um sério obstáculo no Norte do Brasil: a censura do governo estadual. Tal medida provocaria várias críticas da parte de Arend à administração de Cavalcanti. A condenação do diplomata se devia ao fato da “recusa por parte das autoridades locais de permitir a transmissão dos telegramas codificados dos cônsules”. O cerne da inquietação de Arend a respeito da censura dos telegramas poderia se fundamentar nas instabilidades políticas pelas quais o Brasil passava – como o cônsul na Bahia, Lawrence Briggs, e ele em Pernambuco mesmo observaram. Contudo, eles acreditavam que mesmo em

²⁶⁹ “If developments continue their present trend it would not be surprising to see the southern Liberals’ insistence upon an immediate return to constitutional government deliver the north back into the hands of the very politicians from whom the revolution sought to rescue it”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing March 21, 1932. The political situation in Pernambuco becomes more tranquil. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁷⁰ “... disillusionment and indifference”; “... better prepared for an electoral struggle than for an armed revolt, especially since it does not seem likely to receive effective aid either from the 21st Battalion or from the laboring classes”; “This might lead to a situation where the lower classes could indulge their propensity to loot the homes of the wealthier elements”; “For this reason, confidential advance information of the probable outcome in the south, especially if against the Provisional Government, might prove useful in taking timely measures for the welfare of the local American colony”. American Consulate, Pernambuco, Brazil. Political Report. Confidential. Date of mailing July 11, 1932. The political situation in Pernambuco in the light of the outbreak of revolution in São Paulo. F. van den Arend. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

meio às turbulências políticas, aquele não era o momento para o retorno do regime constitucional, o que certamente poderia agravar os problemas já existentes no Brasil. Diferentemente dos cônsules estadunidenses no Norte brasileiro, Charles R. Cameron, diplomata dos Estados Unidos em São Paulo vê como solução para os conflitos políticos brasileiros exatamente o retorno do país à vida democrática. Era ela que legitimaria os governos.

Tensões em São Paulo

Em relatório político datado em 7 de março de 1932, Charles Cameron informa ao embaixador estadunidense, Edwin Morgan, sobre o rompimento entre o Partido Democrático e o Governo Provisório em 15 de janeiro daquele ano. A partir daí ele comenta a aliança entre o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano (PR), ambos de São Paulo. Os dois partidos lançaram um manifesto contra o “perigo do radicalismo, em caso de a ditadura continuar indefinidamente, e devido à ameaça contínua do Governo Revolucionário à prosperidade e aos serviços públicos de São Paulo”²⁷¹. Cameron parecia concordar com o manifesto das duas legendas paulistas, pois as críticas dele ao interventor mostravam bem qual era sua preocupação. Cameron estava preocupado com as influências dos tenentes no governo paulista, o que o levou a emitir o seguinte comentário:

“Durante a primeira parte de fevereiro, São Paulo, seu interventor, seus mendigos, seus ‘cidadãos’ dignitários, et cetera, perseguiram o curso constante de seus hábitos apenas com o número habitual de candidatos proposto pela Interventoria, nomeadamente, cerca de dois novos candidatos a cada 24 horas, um nos jornais matutinos e um nos jornais vespertinos. O coronel Rabelo continuou a crescer no apreço público enquanto considera a honestidade das suas intenções embora diante das exigências dos tenentes tenha sido impossível para ele manter uma administração totalmente baseada no bem-estar público”²⁷².

²⁷¹ “... danger of radicalism, should the Dictatorship continue indefinitely, and on account of the continual menace of the Revolutionary Government to the prosperity and to the public services of São Paulo” São Paulo Political Report nº. 41. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 7, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁷² “During the first part of February São Paulo, its interventor, its beggars, its ‘citizen’ officials, et cetera, pursued the even tenor of their way with only the usual number of candidates proposed for the Interventorship, namely, about two new ones each 24 hours, one in the morning papers and one in the evening papers. Colonel Rabelo has continued to grow in the public esteem as regards the honesty of his intentions although in the face of the demands of the Tenentes it has been impossible for him to maintain an administration wholly based on the public weal”. São Paulo Political Report nº. 41. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 7, 1932.

Ainda com referência aos tenentes, Cameron não deixa de demonstrar toda a sua repulsa, quando justifica o motivo pelo qual o Governo Provisório não consegue indicar nomes de civis paulistas “capazes e realmente conceituados” para ocupar o cargo de interventor do estado de São Paulo. Na opinião do cônsul estadunidense, a principal razão era que “não seria conveniente para os Tenentes, cujos interesses escusos deveriam ser protegidos a todo custo”. Em outra parte do relatório o diplomata faz a seguinte observação a respeito das forças militares que atuavam politicamente no estado paulista e no Brasil pós-revolução: “nenhum ser humano pode permanecer como interventor em São Paulo sem submeter-se às exigências dos Tenentes”. Isto, segundo Cameron, teria deixado os paulistas insatisfeitos e desanimados com o governo revolucionário²⁷³.

Em resposta à Frente Única organizada pelos partidos Democrático e Republicano, as diversas correntes tenentistas, segundo Cameron, reuniram-se e formaram a deles também. Continuando sua análise a respeito dos tenentistas e do Governo Vargas, o cônsul estadunidense faz a seguinte observação a respeito do sentimento dos paulistas expõe suas ideias sobre o que deveria ser o retorno ao governo constitucional:

“a revolução foi finalmente desmascarada. Ela não faz mais sequer uma pretensão de idealismo, mas seguirá a liderança dos tenentes com todas as suas tendências radicais, e se apegará às posições de poder tanto quanto puder comandar a força física necessária para intimidar o público exasperado”²⁷⁴.

O cônsul informa ao embaixador que “os paulistas sentem que para mudar o presente governo uma outra revolução será necessária com todo o seu caos, desastre e perda de prestígio nacional”. A revolução anunciada pelo diplomata estava cada vez mais próxima e ele relatava que um conflito armado exporia as elites de São Paulo perante o restante do país,

Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁷³ “... really prominent and able...”; “... would not suit the Tenentes, whose subterranean interests must be guarded at all costs”; “... no human being can remain as Interventor in São Paulo without submitting himself to the exigencies of the Tenentes”. São Paulo Political Report n.º. 41. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 7, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁷⁴ “... the revolution has at last unmasked. It no longer makes even a pretense of idealism, but will follow the lead of the Tenentes with all their radical tendencies, and cling to the positions of power so long as it can command the physical force necessary to overawe the exasperated public”. São Paulo Political Report n.º. 41. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 7, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

embora Minas Gerais e o Rio Grande do Sul tivessem um acordo com o estado paulista para a deflagração do movimento revolucionário²⁷⁵. Após a posse do novo interventor, Pedro de Toledo, como referido em relatório de 22 de março, ele (o cônsul) chama atenção para os conflitos envolvendo os tenentes e o novo governo e como isso dificultava a administração pública. Nesse comunicado, Cameron não esconde o que tanto o incomoda na Legião Revolucionária, da qual pertencia o “grupo do general Góes Monteiro”, que “em 10 de março converteu-se em um ramo do Clube Três de Outubro”. A respeito deste, ele diz que é composto “quase inteiramente de oficiais do Exército, tanto aqueles em cargos civis como aqueles comandando os 12.000 homens alistados em tropas federais, que recentemente têm estado concentradas no estado de São Paulo”. Quando se refere à Legião Revolucionária, o representante dos Estados Unidos em São Paulo não consegue esconder todo o seu preconceito de classe. Por isso mesmo ele diz que “as bases [da Legião Revolucionária] sendo compostas pelas classes mais baixas da cidade e do interior, professando de tempos em tempos doutrinas socialistas, mas frequentemente ignorantes demais para especular em tais assuntos²⁷⁶.” Assim como os cônsules estadunidenses na Bahia e em Pernambuco, Charles Cameron não consegue esconder o tom racial de seus comentários, como veremos um pouco mais adiante.

Ainda no relatório de 22 de março de 1932, Cameron informa ao embaixador estadunidense que a Legião Revolucionária de Miguel Costa teria se tornado uma agremiação política. Era o Partido Popular Paulista. Em sua análise, o cônsul assevera que esse novo partido se aliaria aos partidos Democrático e Republicano. Consoante Cameron, essas duas facções partidárias não eram “nada confiáveis” e que elas “simplesmente manipulariam Miguel Costa por um tempo para frustrar os planos do presente governo”. Com o intento de dissuadir Miguel Costa a desistir da aproximação com os oposicionistas paulistas, são realçados os supostos dotes maquiavélicos de Vargas, tão usualmente enfatizados, pois o presidente estaria conservando as “rivalidades e antagonismos no governo de São Paulo” com

²⁷⁵ “... Paulistas feel that to change the present Government, another revolution will be necessary, with all its chaos, and disaster and loss of national prestige”. São Paulo Political Report n°. 41. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 7, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁷⁶ “... group of General Góes Monteiro...”; “... on March 10 converted into a branch of the Third of October Club...”; “... almost entirely of army officers, both those in civilian positions and those commanding the 12,000 Federal troops, which have recently been concentrated in the State of São Paulo.”; “... the rank and file being made up of the rabble of the City and the interior, professing at times quite Socialistic doctrines, but often too ignorant to speculate on such matters”. São Paulo Political Report n°. 42. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 22, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

o objetivo de “enfraquecê-lo no âmbito federal”²⁷⁷. Para referir-se às ações de Vargas em São Paulo, que estariam provocando discórdias e oposições, o representante dos EUA na capital paulista utiliza o termo “saco de gatos”. Segundo ele, essa era a maneira que o “homem na rua” qualificava os problemas políticos na interventoria paulista. Essa também era a maneira que o estadunidense utilizou para adjetivar a situação que envolvia os aliados e os opositores do Governo Provisório²⁷⁸. Quanto ao novo partido, o diplomata revela a sua opinião a respeito dele dizendo que ele “não luta por nada e não é nada senão um ajuntamento de extremistas insatisfeitos, sonhadores, desempregados e descontentes de toda sorte”. Mais uma vez se revela no pensamento do representante estadunidense e os seus preconceitos com as classes subalternas da sociedade paulista²⁷⁹. Em seus comentários, Cameron acaba dando visibilidade às diferenças de interesses classistas no interior da sociedade paulistana. Por isso, os subalternos pareciam não acreditar nos antigos partidos de seus patrões, daí porque a nova agremiação conduzida por Miguel Costa fazia tanto sucesso entre eles.

No que diz respeito ao Clube Cinco de Julho, Cameron relata que era o menos expressivo dos três que compunham a Frente Única revolucionária. As disputas entre o Clube Três de Outubro e a Legião Revolucionária por cargos públicos no governo de São Paulo são comparadas pelo cônsul às brigas de leões sobre carcaças de animais abatidos, o que não deixa de sugerir uma figura interessante: a atração que a presa caçada exerce sobre os desejos de seus predadores. Devido ao pouco poder do Clube Cinco de Julho, Cameron faz a seguinte observação, a respeito dessa disputa por cargos com as outras facções tenentistas: “encenou somente a parte do “pau mandado” contentando-se com os restolhos da festa dos leões”²⁸⁰. Após fazer relatos sobre a situação política em São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro, o cônsul apresenta os motivos pelos quais passa a defender a vitória dos paulistas sobre Vargas:

²⁷⁷ “... the wily...”; “... simply manipulate Miguel Costa for a time to discomfit the present Government.”; “... rivalries and antagonisms in the São Paulo Government...”; “... weaken it in the Federal concert.” São Paulo Political Report n.º 42. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 22, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁷⁸ “... sacca de gatos (bag of cats)...”; “... man in the street...” São Paulo Political Report n.º 44. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 7, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁷⁹ “... stands for nothing and is nothing but a collection of satisfied extremists, dreamers, unemployed, and discontented of all sorts”. São Paulo Political Report n.º 42. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 22, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁸⁰ “... played merely the part of the jackal contenting itself with the remains of the lions’ feast”. São Paulo Political Report n.º 42. American Consulate General. São Paulo, Brazil, March 22, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

“A moral de toda essa discórdia, agitação e descontentamento nos três estados deste distrito consular [São Paulo, Paraná e Mato Grosso] é que o Governo Provisório (...) não é mais capaz de levar o Brasil para a frente. Tudo, aparentemente, que se pode fazer tem sido feito e o seu dever patriótico estaria em abrir espaço para um novo avanço, ao apressar o retorno do país ao Governo Constitucional”²⁸¹.

Diferentemente dos outros representantes estadunidenses, Charles R. Cameron, cônsul em São Paulo, teve empatia para com os rebeldes constitucionalistas de São Paulo. Não era raro ele qualificar o chefe do governo provisório do Brasil como “ditador” em suas mensagens ao embaixador no Rio de Janeiro e aos seus superiores em Washington, como observou Bandeira em *Presença dos Estados Unidos no Brasil*²⁸². O cônsul parecia querer tornar-se o porta-voz dos rebeldes diante do governo dos Estados Unidos. Ou, simplesmente, os seus ouvidos escutavam pelo lado paulista da questão. Em uma de suas comunicações, relatou que “um acordo satisfatório pode ser obtido apenas depois do estabelecimento do Governo Constitucional que é o desejo único do atual movimento, sem sentimento de separação”. O diplomata estadunidense tentava demonstrar ao embaixador que apesar do ataque político da situação varguista, acusando São Paulo de separatismo, esse desejo não se verificava na prática. Neste mesmo telegrama do dia 12 de julho, ele mencionava o sentimento dos paulistas em relação às outras unidades da federação: “falta de cooperação dos outros estados tem causado certo pessimismo aqui”²⁸³.

Em outro assunto – o laboral –, tal qual seus colegas em Salvador e Recife, Charles Cameron demonstrava insatisfação com as reivindicações dos trabalhadores brasileiros grevistas, pois ele achava que estavam “exigindo aumentos pesados nos salários” dentre outras medidas. Em sua opinião, a “greve é indubitavelmente incentivada por agitadores,

²⁸¹ “The moral of all this dissension, agitation, and discontent in the three States of this Consular District is that the Provisional Government has run its course, and is no longer able to lead Brazil forward. All, apparently, that it can do has been done and its patriotic duty would seem to be to make way for a new advance by hastening the return of the country to Constitutional Government”. São Paulo Political Report nº. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁸² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 682 pág.

²⁸³ “... that fair deal can be obtained only after establishment of constitutional Government which is sole aim of present movement, no separation sentiment here”; “Lack of cooperation from the other States has brought about certain pessimism here”. Telegram received from Amconsul at São Paulo July 12, 1932. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 345 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XII classes 800 to 800.2.

provavelmente comunistas, mas embora estes últimos sejam eficientes encrenqueiros, nem todos os trabalhadores aqui são realmente comunistas”²⁸⁴. Cameron demonstrava assim que a greve seria um movimento provocado por forças externas aos trabalhadores e não por demandas próprias. No relatório do dia 25 de maio de 1932, ele se refere ao “pouco entusiasmo dos trabalhadores tomando parte nas recentes greves” ao passo em que “o entusiasmo fanático e agitação inescrupulosa de certos líderes deram a impressão do começo de uma agitação vermelha”²⁸⁵.

Contudo, o próprio cônsul revela que os trabalhadores são atores de seu próprio processo histórico, pois eles mesmos organizavam greves e negociavam com seus patrões por reconhecimento de sindicatos, aumento de salários, redução de jornada e “o retorno de certos trabalhadores que haviam sido demitidos”. Em alguns momentos é possível perceber no discurso de Cameron que os trabalhadores não eram tão manipulados pelos comunistas quanto ela queria fazer os seus superiores crerem²⁸⁶.

Com efeito, o cerne das preocupações de Cameron não eram os trabalhadores, mas as atividades dos comunistas que ele percebia ao ler os jornais paulistas. Assim, Miguel Costa, que liderava o Partido Popular Paulista, antiga Legião Revolucionária, era um tenente comunista que mesmo com popularidade decrescente, poderia causar certa “quantidade de problemas”, “devido às suas afiliações comunistas”²⁸⁷.

Ainda no mês de maio, Getúlio Vargas lança um manifesto à nação brasileira, no qual exalta os pontos positivos do seu governo e a herança negativa recebida do Governo Washington Luís tanto no campo econômico quanto no político e social. Cameron relata ao seu compatriota e superior no Rio de Janeiro, Edwin Morgan, que os paulistas receberam com críticas o discurso do presidente provisório. Contudo, o mais interessante é que o cônsul tece considerações nas quais demonstra não ter nenhuma esperança de mudança na sociedade

²⁸⁴ “... demanding heavy increases in wages...”; “... strike is undoubtedly encouraged by agitators, probably Communists, but although the later are efficient trouble makers, not many workmen here are really Communists.” São Paulo Political Report n°. 44. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 7, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁸⁵ “... half-hearted and the fanatical enthusiasm and unscrupulous agitation of certain leaders, gave the impression from the beginning of red agitation.” São Paulo Political Report n°. 45. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 25, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁸⁶ São Paulo Political Report n°. 45. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 25, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁸⁷ “... amount of trouble...”; “... he may be able to make ..” São Paulo Political Report n°. 45. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 25, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

brasileira, além do que ele espera que seja feito para haver uma melhora nos padrões sócio-políticos do Brasil. Isso ocorre devido aos seguintes elementos que a compõe:

“A verdade é que, considerando o temperamento do povo brasileiro como um todo, a sua vaga concepção do bem-estar público, sua miscigenação de raças, mentalidades, paixões e ideais, e a sua postura indolente em todos os assuntos de corpo, mente e espírito, qualquer melhora radical em seus processos governamentais no presente momento é provavelmente impossível. Gerações de educação e evolução serão necessárias para efeito de mudança radical e de oferta ao Brasil de qualquer governo melhor do que tenha”²⁸⁸.

Pelo exposto acima, realmente Charles Cameron acreditava que os problemas sócio-políticos não poderiam ser resolvidos por causa de uma questão racial. A mistura entre as raças no país sul-americano teria tornado o povo brasileiro negligente com as questões governamentais. O pensamento racial de Cameron se parece muito com os de seus compatriotas na Bahia e em Pernambuco, Briggs e Arend, respectivamente. É interessante notar que a discussão de que a miscigenação teria criado uma raça de mestiços no Brasil era algo extremamente debatido por cientistas brasileiros como Nina Rodrigues e Afrânio Peixoto no final do século XIX e início do século XX²⁸⁹.

A insatisfação dos paulistas, relatada por Cameron, toma contornos dramáticos a partir do mês de maio de 1932. Segundo informe do cônsul, foi nesse período que populares atacaram a sede do Partido Popular Paulista, liderado por Miguel Costa, depois defendido por seus aliados da Força Pública, que revidaram. Contudo, os revoltosos conseguiram desenvolver ações que obrigaram os tenentes a se entregar. Expondo toda a sua admiração pelo movimento, o diplomata estadunidense não se furta a registrar que a

“vitória extraordinária da opinião pública de São Paulo terá uma influência profunda sobre o partido dos tenentes em todo o Brasil e facilitará grandemente a

²⁸⁸ “The truth is that, considering the temperament of the Brazilian people as a whole, their vague conception of the public weal, their all-dominating miscegenation of races, mentalities, passions, and ideals, and their lackadaisical outlook on all matters of body, mind, and spirit, any radical improvement in their governmental processes at the present time is scarcely possible. Generations of education and evolution will be necessary to effect any radical change and to give Brazil any Government better than it had.” São Paulo Political Report n°. 45. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 25, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁸⁹ Para maiores informações sobre o assunto, ver: COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu régua e compasso: o saber médico-legal e a questão racial na Bahia (1890-1940)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 1997. 327p.

pronta adoção de uma constituição e a exclusão (...) dos preparativos extremistas traçados pelos tenentes”²⁹⁰.

O agente diplomático interino Walter C. Thurston, no telegrama de nº 67 enviado ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA, datado de 18 de julho de 1932, relata que a precipitação de São Paulo ao iniciar a revolta “empoderou as autoridades federal e estadual para garantir seu controle”. Contudo, o governo “não tem assumido a ofensiva”, esperando que os rebeldes capitulassem²⁹¹.

Além dos elogios às ações paulistas, Cameron insistia para que o embaixador destinasse ao porto de Santos um navio que pudesse retirar os estadunidenses sediados em São Paulo. Ele baseava seus pedidos nos ataques que as cidades paulistas estavam sofrendo das tropas do “ditador”. O cônsul chega a reclamar que a colônia estadunidense estaria apreensiva com a situação dos bombardeios às cidades de São Paulo, enquanto que os cidadãos de outros países já haviam recebido garantias de seus governos²⁹².

Cameron procura demonstrar ao embaixador estadunidense que as instabilidades políticas provocadas pela falta de legitimidade eleitoral do Governo Provisório, e ação dos tenentes nos estados, que arrastavam São Paulo para uma luta fratricida poderia também acontecer em outras partes do Brasil, como no Paraná, por exemplo.

As opiniões de Charles R. Cameron sobre a Revolução de outubro no Paraná

Durante o mês de abril de 1932, Charles Cameron, cônsul dos Estados Unidos, fez uma viagem ao estado do Paraná, que ficava no distrito consular de São Paulo juntamente com o estado do Mato Grosso. Cameron explica ao embaixador Edwin Morgan que o estado paranaense após a proclamação da República no Brasil havia sido reduto do Partido

²⁹⁰ “... extraordinary victory of São Paulo public opinion is bound to have a profound influence upon the Tenente Party throughout Brazil and to facilitate greatly the prompt adoption of a constitution and the exclusion therefrom of extremist provisions plotted by the Tenentes.” São Paulo Political Report nº. 45. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 25, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁹¹ “... enabled the State and Federal authorities to insure their control...”; “... has not assumed the offensive”. Telegram sent to Department of State, July 18, 1932. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 345 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XII classes 800 to 800.2.

²⁹² “... their Governments”. Telegram received from Amconsul at São Paulo, September 27, 1932. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 345 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XII classes 800 to 800.2.

Republicano Paranaense, que alegou ser semelhante ao Partido Republicano Paulista. Também mencionou que as famílias Camargo e Munhoz da Rocha comandavam a vida política no Paraná. Após tal explicação, o cônsul informou que as antigas forças que governavam o estado foram derrubadas pela Revolução de outubro e que o exército revolucionário no Paraná teve participação decisiva no movimento que depôs Washington Luís e conduziu Vargas e seu grupo político ao poder. Na opinião do representante estadunidense em São Paulo, o contraste entre a atuação paranaense na revolução e a pouca consideração de Vargas para com seus líderes revolucionários estariam provocando conflitos entre os últimos e o Governo Provisório. Consoante Cameron, “logo depois da revolução, os setores civis mais conservadores do Paraná formaram o Partido Liberal Paranaense, o velho Partido Republicano Paranaense aparentemente desapareceu para sempre, e o Partido Liberal tomou o seu lugar”²⁹³.

O primeiro interventor do estado paranaense após a revolução de outubro de 1930, general Mário Tourinho, foi descrito por Cameron, como “um oficial militar aposentado de caráter austero, quase puritano”. As qualidades do novo interventor não paravam por aí, pois o cônsul o considerava “essencialmente conservador em caráter, evitou perseguições, tentou governar imparcialmente, foi econômico, deu baixa a muitos funcionários”. Essas informações a respeito da moral e do perfil político do interventor Tourinho foram conseguidas quase dois anos depois da revolução de 1930, junto aos “melhores cidadãos do Paraná”, atesta o autor da fonte. Certamente tais bons cidadãos faziam parte da elite política local. Por isso, as leituras que Cameron faz dos interventores da política paranaense certamente têm muita influência das pessoas com quem ele se relaciona, embora não cite no relatório quem sejam. Para essa elite, ligada ao ex-presidente Washington Luís, e para Cameron também, Tourinho “administrou o governo tão honestamente quanto possível, sendo, de fato, severo demais para ser realmente popular”²⁹⁴. O fato dele não ter tomado ações contra os antigos donos do poder faz lembrar de Juracy Magalhães na Bahia. Ou talvez isso

²⁹³ “Shortly after the revolution the more conservative civilian elements of Paraná formed the Partido Liberal Paranaense, the old Partido Republicano Paranaense has apparently disappeared for good, the Liberal Party taking its place.” São Paulo Political Report n.º. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁹⁴ “The first Federal Interventor of Paraná was General Mario Tourinho, a retired army officer of austere, almost Puritanical character...”; “... essentially conservative in character, avoided persecutions, tried to govern impartially, was economical, discharged many employees...”; “... the best Paraná citizens...”; “... administered the Government as honestly as possible, being, in fact, too severe to be really popular.” São Paulo Political Report n.º. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

deixa claro quanto Juracy pendurou num quadro sua imagem de revolucionário tenentista, adotando, ao mesmo tempo, o pragmatismo da administração política de longo curso. Eram homens preocupados com a governabilidade, fator que provocou a estima tanto de Lawrence Briggs, cônsul na Bahia, no caso de Juracy, quanto de Cameron, no caso de Tourinho. Como Juracy e Tourinho – embora conciliadores – trilharam caminhos diferentes em sua relação com o tenentismo, Briggs e Cameron estimaram, portanto, resultados igualmente diversos. Em relação às agitações a propósito da possível perenização de um governo provisório, Juracy manteve-se leal a Getúlio e não apoiaria a demanda liberal pelo retorno ao Estado de direito. Tourinho não aguentou a pressão dos tenentes e caiu de seu posto.

Tourinho resistiu mais tempo do que o primeiro interventor na Bahia, Leopoldo do Amaral, pois só renunciou no dia 29 de dezembro de 1931. Mas até a capitulação do general Tourinho, podemos dizer que muita água passou por debaixo da ponte paranaense entre novembro de 1930 e dezembro de 1931. Primeiro foi o conflito entre o interventor e a Legião do Paraná e os tenentes. Cameron relaciona os desentendimentos iniciais entre Tourinho, os legionários e os tenentes porque o primeiro teria um “caráter inflexível” e os dois últimos “quiseram inculcar os ‘princípios revolucionários’ no governo, por exemplo, instalar os jovens radicais legionários e tenentes em todos os melhores cargos, e especialmente como delegados de polícia”²⁹⁵.

Um outro fato que torna a situação ainda mais complicada para Tourinho, no poder paranaense, foi o quebra-bondes do Paraná. Assim como na Bahia, a Companhia de Força e Luz também era subsidiária da Electric Bond and Share Company. Outro dado que acrescenta, inclusive, semelhanças ao motim ocorrido em 4 de outubro de 1931, na capital baiana, era que as ações dos revoltosos retrucavam igualmente a um aumento de preços, danificando as propriedades da empresa estadunidense. Isso tudo aconteceu no dia 27 de maio de 1931, quase oito meses após o quebra-bondes baiano. Nem sempre, como se vê, a Bahia aparece atrasada em relação ao Sul... No Paraná, diferentemente do acontecido na Bahia, os atos de protestos foram controlados pelos agentes do Corpo de Bombeiros – e não pela polícia, que

²⁹⁵ “... unyielding character, soon came into conflict with the Paraná Legion and the ‘Tenentes’ who, in Paraná, as in São Paulo, were eager to instil ‘Revolutionary Principles’ into the Government, i.e., to install the radical young Legionaries and Tenentes in all the positions of profit, and especially as delegates of Police...” São Paulo Political Report n.º. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

segundo o cônsul agiu “lentamente”. Contudo, o intento dos manifestantes foi alcançado: as tarifas tiveram que voltar aos preços anteriormente praticados pela empresa²⁹⁶.

Entretanto, não fora o movimento de maio, consoante Cameron, que teria provocado a queda de Tourinho, mas sim a greve dos funcionários da empresa estadunidense no mês de dezembro de 1931. O cônsul relatou ao embaixador Edwin Morgan que o movimento grevista não teve o apoio do interventor, que tinha procurado cumprir o contrato que autorizava os aumentos praticados pela empresa, mas os tenentes no Paraná teriam oferecido os quartéis para os funcionários da Companhia de Força e Luz realizarem uma reunião. O interventor então procurou o General Maurício Cardoso, que disse a ele que “a greve era política, direcionada contra o interventor a quem ele, o General, não podia defender, mas o aconselhou a renunciar”. A falta de apoio no estado, segundo Cameron, levou o interventor a procurar ajuda no Rio de Janeiro.

Mas o Governo Provisório não o ajuda, essa é a conclusão do representante estadunidense em São Paulo. Para ele, Vargas age “sempre, em tais casos, com evasivas”²⁹⁷. Em outras palavras, Cameron defendia que o principal dirigente brasileiro tomasse medidas para reduzir a influência dos tenentes, os quais ele sempre pensava estar próximos dos comunistas, e garantir a governabilidade e os interesses das empresas estadunidenses, presentes nos contratos firmados, na maioria dos casos, antes dos revolucionários chegarem ao poder em 1930.

Sai de cena no apagar das luzes de 1931 o general Tourinho e entra um outro personagem, trinta e dois dias depois, Manuel Ribas²⁹⁸. Este havia sido prefeito de Santa Maria, município localizado a 290 km de Porto Alegre, capital sul-rio-grandense, bem na região central do estado²⁹⁹. Consoante Cameron, Ribas “foi um administrador modelo como prefeito de Santa Maria” e havia garantido, em conversa com ele, que “estava no Paraná para administrar, economizar, equilibrar o orçamento, e promover uma administração eficiente, acrescentando que se a política o impedisse de fazer essas coisas, ele pediria demissão”.

²⁹⁶ São Paulo Political Report n.º. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁹⁷ “... the strike was political, directed against the Interventor whom he, the General, could not defend, but advised to resign.”; “... usual in such cases, by procrastination.” São Paulo Political Report n.º. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

²⁹⁸ MOREIRA, Regina da Luz. “RIBAS, Manuel (interv. PR)” In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

²⁹⁹ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Igualmente assegurou, juntamente com o prefeito de Curitiba, espontaneamente como ele dissera, que “a Companhia Força e Luz estava bem dentro dos seus direitos em reajustar as tarifas e estava sendo apoiada pelo governo”. Contudo, “as autoridades entrevistadas pelo escritor [Cameron] estavam todas bem dispostas exceto, o interventor, provavelmente ineficiente”³⁰⁰. Apesar das credenciais apresentadas pelo novo interventor e do compromisso assumido por ele e seus subordinados, de que a empresa subsidiária da Electric Bond and Share Company teria seu contrato respeitado, Ribas parecia não ter caído nas graças do sisudo Cameron, que deixa saber o motivo de tanta desesperança no novo interventor paranaense. Para o representante dos Estados Unidos

“é a mesma história em todo lugar que uma pessoa vá no Brasil no presente momento. Assuntos do governo, especialmente finanças, estão num emaranhado inextricável, que o responsável no cargo é totalmente incapaz de entender, usualmente devido à inexperiência e a novidade do seu cargo. Conseqüentemente, as soluções aos inúmeros problemas apresentados, se não desastrosas, são quase sempre superficiais”³⁰¹.

Mas a inexperiência do novo interventor não seria a única causa da queixa de Cameron, pois os tenentes “não estavam inteiramente convencidos da devoção de Ribas aos ‘princípios revolucionários’”. Era por isso que eles “aceitaram a nomeação apenas tardiamente, de fato cerca de dois meses depois”. A aceitação de Manuel Ribas pelos tenentes estaria ligada aos recursos conseguidos pelo interventor junto ao Governo Provisório para pagar o Exército Revolucionário estadual e as coalizões feitas para garantir a governabilidade. Contudo, o cônsul estadunidense informou a Morgan que “o problema com todas as coalizões no Brasil, todavia, é que não há empregos suficientes para todos”. Ainda em seu relatório do dia 6 de maio, o representante estadunidense em São Paulo explica ao seu embaixador que o estado paranaense estava “sofrendo severamente com a crise”, tendo redução de receita e

³⁰⁰ “... the Companhia Força e Luz was well within its rights in increasing its rates and was being supported by the Government.”; “... the officials interviewed by the writer were all well disposed but, excepting the interventor, probably inefficient.” São Paulo Political Report n°. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

³⁰¹ “It is the same story everywhere one goes in Brazil at the present time. Government matters, especially finances, are in an inextricable tangle, which the officer in charge is wholly unable to understand, usually due to inexperience and the novelty of his position. Consequently, solutions to the innumerable Government problems presented, if not disastrous, are almost always superficial.” São Paulo Political Report n°. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

aumento das dívidas. Com isso, o “o interventor estava sendo obrigado a fazer cortes radicais nas despesas do estado, descartando funcionários e reduzindo a folha de pagamento”. Para Cameron, essa situação era crítica, pois as medidas adotadas pelo interventor eram impopulares³⁰².

De acordo com Cameron, o Paraná passava por um momento de “confusão política e distúrbios sociais em todo lugar”. Esse quadro político-social, conforme o cônsul estadunidense, era porque “o estado está desesperadamente afundado em dívidas, e requererá pelo menos dez anos de razoável prosperidade e administração cuidadosa para colocar as suas finanças em uma condição satisfatória”. Essa situação econômica negativa no Paraná fazia com que “a ala radical dos revolucionários [estivesse] tensa, e continuamente exigindo favores adicionais, tendo derrubado um interventor e pairando como a espada de Dâmocles sobre a cabeça do atual governo estadual”. Diante da conjuntura econômica, social e política paranaense, o representante dos Estados Unidos em São Paulo não se furtou a fazer a seguinte análise sobre o momento vivido pelo interventor: “é impossível para um dirigente administrar eficientemente e fazer planos de longa duração quando a sua deposição pode acontecer dentro de vinte e quatro horas”. A elevação das tensões entre paranaenses, paulistas, tenentes e seus respectivos interventores levou Cameron a crer que havia “chance de um confronto entre as forças armadas federais e estaduais no Paraná” tal qual em São Paulo, “ou outro lugar”. Mas o que o diplomata estaria vislumbrando como solução para os problemas enfrentados pelos estados situados em sua jurisdição consular? A chave para uma administração eficiente no Paraná com estabilidade política seria “assegurada pelas eleições, não obstante a boa-vontade pessoal e capacidade do atual interventor”³⁰³.

³⁰² “... were not fully convinced of Ribas’ devotion to ‘revolutionary principles...’; “... accepted their appointment only tardily, in fact about two months later...”; “The trouble with all coalitions in Brazil, however, is that there are not jobs enough to go around.”; “... the Interventor was being obliged to make radical cuts in state expenditures, discharging employees, and reducing contingent expenses.”; “... suffering severely from the crisis...” São Paulo Political Report n°. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

³⁰³ “... political confusion and unrest everywhere.”; “The State is hopelessly in debt, and will require at least the years of reasonable prosperity and careful administration to place its finances in a satisfactory condition.”; “The radical wing of the revolutionaries is uneasy, and continually demanding additional favors, having overthrown one Interventor and hanging like the sworn of Damocles over the head of the present State Government.”; “It is impossible for an official to administer efficiently and make far-reaching plans when his deposition may take place within twenty-four hours.”; “... just as much prospect of a clash between the State and Federal armed forces in Paraná as there are in São Paulo or elsewhere.”; “... assured by elections, notwithstanding the personal good will and capacity of the present Interventor.” São Paulo Political Report n°. 43. American Consulate General. São Paulo, Brazil, May 6, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

A falta de respaldo político e a presença dos tenentes nos estados, com poder para influenciar nas decisões dos interventores, eram seguramente uma ameaça para os governantes brasileiros. (Daí a necessidade de eleições e de um eleitorado instruído na capacidade de votar direito, aos olhos do cônsul.) A falta de uma política liberal estável e ação contrária dos tenentes estão claramente colocadas quando o diplomata avalia que a Legião do Paraná e o Clube Três de Outubro estariam pressionando o interventor a “demitir os seus conservadores secretários de estado, e pôr representantes destes dois órgãos”. Aliada a essa situação, Ribas passaria a viver a pressão pela diminuição dos valores cobrados pela Companhia de Força e Luz do Paraná pelos seus serviços. Mesmo Ribas tendo prometido a Cameron que honraria o contrato firmado com a subsidiária da empresa estadunidense, “os revolucionários no Paraná deram as mãos com o elemento radical trabalhista para impor a vontade deles sobre o governo”. Para o representante dos Estados Unidos, “o presente movimento está aparentemente totalmente além do controle do atual interventor”, considerado por ele como “um homem justo e honesto” que “foi forçado a juntar-se ao clamor público em uma campanha totalmente injusta contra uma companhia de serviço público, uma campanha que está praticamente exigindo o confisco do patrimônio da companhia”. Isso estava acontecendo no estado paranaense porque de acordo com o cônsul, “embora os tenentes tenham saído perdendo em São Paulo e estão aparentemente perdendo terreno no Rio de Janeiro, eles ainda permanecem fortes no Paraná”³⁰⁴.

O olhar atento dos diplomatas estadunidenses no Brasil, em situações como as apresentadas no Paraná e em São Paulo, na região sul, ou em outros estados do país, no Norte, durante o ano de 1932, além dos preconceitos que muitos deles tinham com relação do povo brasileiro, o qual eles consideravam incivilizados, certamente moldou os pensamentos dos estadunidenses a propósito da capacidade dos interventores e do próprio Getúlio Vargas em manter a governabilidade, garantindo o respeito aos contratos das empresas dos Estados Unidos. Em vários momentos os diplomatas estadunidenses não deixam de registrar as suas concepções de raça e classe, a respeito dos brasileiros.

³⁰⁴ “... to throw out his conservative Secretaries of State, and put in representatives of these two bodies.”; “... the revolutionists in Paraná have joined hands with the radical labor element to impose their will upon the Government...”; “... is a fair and honest man...”; “... has been forced to join the hue and cry in an entirely unjust campaign against a public service company, a campaign which is practically demanding a confiscation of the company’s property.”; “Although the Tenentes have lost out in São Paulo and are apparently losing ground in Rio de Janeiro, they are still going strong in Paraná.” São Paulo Political Report nº. 47. American Consulate General. São Paulo, Brazil, June 11, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

O pensamento estadunidense sobre Vargas e os brasileiros

No despacho nº 3804, datado de 3 de março de 1932, Edwin Morgan comenta sobre as modificações na legislação eleitoral brasileira, que redundaram no código eleitoral de 1932. Em sua análise, os legisladores haviam feito mudanças na lei eleitoral com o intuito de induzir os eleitores ao erro, beneficiando-se. As más intenções dos legisladores se baseariam no fato de que a maioria da população brasileira ser composta por 80% de analfabetos e por isso uma lei bem elaborada, ao ponto de ser “inconveniente e complexa para funcionar satisfatoriamente”, poderia dificultar a compreensão das regras eleitorais. Por isso mesmo, Morgan defendia que “o Brasil não está preparado a exercitar nada além do mais simples e compreensível sistema de sufrágio, sendo que os procedimentos eleitorais, para serem efetivos mesmo, devem ser adaptados a essa condição”. O embaixador estadunidense desejava uma lei menos elaborada e que favorecesse tanto o governo quanto o eleitor, impedindo assim os distúrbios pós-eleição³⁰⁵.

No despacho de nº 3852, datado de 20 de maio de 1932, e enviado ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, Morgan analisa como a ordem pública é mantida no Brasil. Nesse sentido, ele explica aos seus superiores em Washington que o controle das massas populares pelo governo Vargas se deve ao fato do “caráter passivo e apático do povo brasileiro”. Essa característica, segundo o embaixador estadunidense, só poderia ser modificada caso a sociedade, incluindo os ricos e os pobres, apresentasse por um longo período um sentimento de repulsa ao governo Vargas³⁰⁶.

Para Morgan, o manifesto à nação, no qual o chefe do governo provisório descreve como foi que o movimento revolucionário surgiu, qual a sua importância o que foi feito até aquele momento na administração pública, mostra um Vargas que tem “autocontrole” e que “negocia com personalidades”. Mesmo assim, para ele não, o conteúdo do documento era “ditatorial” e “desagradável”. Mas as regras definidas pelo chefe do governo provisório

³⁰⁵ “... the framers of the Code have permitted their desire to fortify it in the interests of the voter to lead them into errors of a practical nature”; “... cumbersome and intricate to function satisfactorily...”; “... Brazil is not prepared to exercise other than the most simple and understandable system of suffrage, and electoral procedures, to be at all effective, must be adapted to that situation”. Despatch N°. 3804. Rio de Janeiro, March 3, 1932. New Brazilian Electoral Code. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

³⁰⁶ “... passive and unemotional character of the Brazilian people...”. Despatch N°. 3852. Rio de Janeiro, May 20, 1932. Dr. Getúlio Vargas’s Manifesto to the Nation. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

tinham um sentido, refletia o embaixador. Este pondera que Vargas “acredita sinceramente que o povo tem conferido uma missão a ele para purificar a vida política e econômica do país e que esta responsabilidade não deve ser deixada de lado até que seja encerrada”³⁰⁷.

Ao examinar os motivos pelos quais São Paulo teria se rebelado contra o governo provisório³⁰⁸, no despacho nº 3894 de 15 de julho de 1932, Walter C. Thurston, agente diplomático interino, informa ao ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos que a “incerteza política” e o “arbitrário controle militar” teriam propiciado a revolta. Ele ainda pondera que “ao longo de toda a sua administração, o presidente Vargas tem adotado uma política de oportunismo, proposta para conciliar tanto quanto possível as tendências conflitantes no seu governo”. Por isso ele não acreditava que o chefe do governo provisório fosse “indefinidamente continuar tal política com sucesso”. Além dos fatos mencionados, Thurston percebeu que “o longo atraso no retorno ao governo constitucional, e os erros que foram cometidos” fizeram com que os políticos que governavam antes da revolução de outubro de 1930 se reorganizassem e conduzissem a revolta de julho de 1932³⁰⁹. Nesse sentido, fica claro porque os interventores, nos estados, que conseguiram fazer frente a essa reorganização do adversário, se tornaram tão importantes.

A revolta constitucionalista iniciada em 9 de julho e findada em 4 de outubro de 1932 passa a ser tema constante das correspondências do cônsul dos Estados Unidos em São Paulo. Foi para tratar do assunto que em 9 de agosto de 1932, Charles R. Cameron informou ao chefe interino da missão diplomática no Rio de Janeiro, Walter C. Thurston, que no dia 1º

³⁰⁷ “... restraint...”; “... believes sincerely that the people have conferred a mission upon him to cleanse the political and economic life of the country and that this duty must not be laid aside until it is completed”. Despatch N°. 3852. Rio de Janeiro, May 20, 1932. Dr. Getúlio Vargas’s Manifesto to the Nation. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

³⁰⁸ Para maiores informações sobre a revolução constitucionalista ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 328-334; DULLES, John W. F. *Vargas of Brazil: a political biography*. Austin & London: University of Texas Press, 1967. pp. 107-116; LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: Russell & Russell, 1973. pp. 19-21; D’ARAÚJO, Maria Celina. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004. pág. 23; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. pp. 34-38; GOMES, Ângela Maria de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. “Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização” in GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. pp. 237-254.

³⁰⁹ “... political uncertainty...”; “... arbitrary military control...”; “Throughout his administration. President Vargas has adopted a policy of opportunism designed to conciliate as much as possible the conflicting tendencies withing his government”; “... indefinitely pursue such a course with success...”; “The long delay in the return to constitutional government, and the errors that were committed...”. Despatch N°. 3894. Rio de Janeiro, July 15, 1932. The São Paulo Insurrection. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 345 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XII classes 800 to 800.2.

daquele mês, ele havia recebido de civis um envelope selado contendo pedido de reconhecimento de São Paulo como um estado em guerra com uma ditadura, em luta pela democracia. Cameron mencionou em seu relatório que ele certificou os portadores de que não poderia receber oficialmente o documento. Aparentemente, o cônsul possivelmente estava tentando demonstrar que não estava tomando partido – oficialmente – dos paulistas no conflito. O diplomata declarou que, na condição de estado beligerante, São Paulo reunia as três condições para o reconhecimento, governo próprio, força armada em conflito e soberania sobre o território. Contudo, ele admitiu que “o reconhecimento da beligerância, todavia, depende obviamente dos interesses do poder reconhecedor, e, portanto de muitas circunstâncias outras que as três mencionadas”³¹⁰.

Em sua análise a respeito do conflito, Cameron demonstra como os paulistas teriam sido prejudicados por um governo que tinha um “chefe sem autoridade legal”, definido por ele como um “ditador”. O movimento paulista, na opinião de Cameron, lutava por motivos bastante justos, pois a autonomia paulista estava sendo prejudicada pelas atuações dos tenentes, os interesses comerciais do estado não estavam sendo atendidos, endividando ainda o governo estadual, Vargas não estaria cumprindo com suas promessas em relação a São Paulo, além de o Governo Provisório manter-se “continuamente movendo-se para a esquerda”³¹¹. As explicações do cônsul no relatório de 9 de agosto, e nas comunicações posteriores enviadas à Embaixada, pareciam justificar um apoio dos Estados Unidos à São Paulo. Contudo, a ausência de uma resposta positiva aos comunicados de Cameron e do governo paulista demonstram que os estadunidenses não estavam dispostos a correr o risco de apoiar um estado que viesse depois a ser derrotado, o que os colocariam em difícil situação perante o governo brasileiro.

Além de o Brasil ser administrado por um “chefe sem autoridade”, como fez questão de frisar Cameron em seu relatório ao embaixador, havia uma outra situação que poderia influenciar os Estados Unidos a tomar alguma medida em relação ao governo brasileiro, ou pelo menos o cônsul pretendia que o seu governo assim o fizesse, que era a ameaça iminente de comunismo caso São Paulo perdesse a guerra. Consoante o representante estadunidense, a

³¹⁰ “The recognition of belligerency, however, depends obviously upon the interests of the recognizing power, and therefore upon many circumstances other than the three mentioned in the quoted paragraph.” São Paulo Political Report n.º. 49. American Consulate General. São Paulo, Brazil, August 9, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

³¹¹ “... figurehead.”; “... Dictator...” São Paulo Political Report n.º. 49. American Consulate General. São Paulo, Brazil, August 9, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

derrota de São Paulo na guerra civil facilitaria “o radicalismo, mesmo o comunismo”. Devido ao estado paulista ser muito importante para a federação, por causa do peso de sua economia, esse radicalismo poderia, na opinião de Cameron “influenciar profundamente o futuro do Brasil”. Como esse era o estado que tinha um bom relacionamento comercial com os Estados Unidos, logo os estadunidenses seriam prejudicados. Essa era posição do cônsul, embora o governo estadunidense nada tenha feito para evitar a derrota paulista³¹².

Após a revolta paulista, alguns estados passam a sofrer a censura dos órgãos de imprensa. Essa medida visou isolar o movimento de São Paulo e impedir que as notícias da rebelião paulista influenciassem outros grupos do Norte e do Sul do país. Devido a isso, R. J. Clarke, vice-cônsul em Vitória do Espírito Santo informa ao interventor que estava disposto a ajudá-lo “na prevenção da disseminação de rumores perniciosos” por parte dos cidadãos dos Estados Unidos. Nesse sentido, ele se colocou à disposição do interventor para chamar os estadunidenses “para responder por tais atividades”³¹³. Ao informar ao embaixador sobre sua atitude, Morgan respondeu-lhe que

“concordo que você possa verbalmente e informalmente dizer às autoridades estaduais que você é simpático aos esforços dele para prevenir os estadunidenses ou outros cidadãos estrangeiros de disseminarem opiniões e comentários perniciosos e desfavoráveis sobre a situação política local. Nosso povo deve ser muito cuidadoso para continuar estritamente neutro e não partidário em relação aos eventos brasileiros, e sua responsabilidade oficial requer de você a necessidade de assistir os esforços deles para esse fim”³¹⁴.

O desejo de Morgan era fazer com que os estadunidenses estivessem distantes de problemas com os governantes brasileiros, em particular de modo oficial ou coletivo. Talvez esse comportamento do embaixador fosse porque Góes Monteiro havia alertado que puniria

³¹² “... radicalism, even Communism...”; “... profoundly influence the future of Brazil...” São Paulo Political Report n.º 49. American Consulate General. São Paulo, Brazil, August 9, 1932. Confidential. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XI classes 800.

³¹³ “... in preventing the spread of pernicious rumors...”; “... to account for such activities”. Despatch N.º 800. Victoria, Brazil, September 1, 1932. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 345 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XII classes 800 to 800.2.

³¹⁴ “... I agree that you may verbally and informally say to the State authorities that you are sympathy with their efforts to prevent American or other foreign citizens from spreading pernicious and unfavorable opinions and comments upon the local political situation. Our people must be very careful to remain strictly neutral and non-partisan in regard to Brazilian events, and your official duty entails upon you necessity of assisting their efforts to that end”. Despatch. Rio de Janeiro, Brazil, August 29, 1932. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 345 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XII classes 800 to 800.2.

os que apoiassem o movimento rebelde. Contudo, ele não conseguiu isso com o seu subordinado na capital paulista, haja vista que demonstrava a sua admiração pelo movimento rebelde em suas mensagens aos seus superiores.

O ano de 1932 foi visto com muita preocupação pelos diplomatas estadunidenses no Brasil. Alguns, como Briggs e Arend, temendo o aumento das instabilidades políticas no país, defendiam a manutenção do Governo Provisório até que as condições fossem favoráveis ao retorno do governo constitucional. Por outro lado, Cameron, considerava que a saída para os conflitos brasileiros estaria mesmo na instituição de um governo legitimado pelo voto. Seus relatórios não só descortinaram os conflitos entre a oposição e o Governo Provisório, mas também as disputas entre as elites e classes subalternas da sociedade em diversos estados. Era por causa dos enfrentamentos político-sociais que cada um deles sempre tinha uma solução para os problemas do Brasil.

A documentação diplomática mostra como os representantes estadunidenses visualizaram as disputas políticas e sócio-raciais no Brasil e o que eles pensavam que deveria ser feito para garantir um governo liberal estável, que não permitisse, por exemplo, que os comunistas pudessem se aproveitar das instabilidades no país para instalar um regime pró-Moscou na América Latina. Os pensamentos dos estadunidenses sobre os brasileiros muitas vezes revelaram os preconceitos que eles tinham em relação ao povo do Brasil, tido sempre como incivilizado e inferior devido à miscigenação entre as raças no país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1930, os diplomatas estadunidenses acompanhavam atentamente os acontecimentos políticos no Brasil. Eram aliados do presidente Washington Luís e viam no seu sucessor Júlio Prestes, recém-eleito – mas ainda não empossado –, o legítimo representante da amistosa democracia brasileira. Por isso mesmo, apesar das instabilidades políticas decorrentes do período eleitoral de março de 1930, não acreditaram que um movimento armado poderia depor o presidente, impedir a posse de Prestes e instalar uma nova ordem no país. Para demonstrar aos brasileiros o quanto o novo governante eleito tinha prestígio nos Estados Unidos, o presidente estadunidense convidou-o para um encontro a fim de recebê-lo com honrarias de chefe de Estado.

Os meses que se seguiram (entre março e outubro de 1930) foram de tensões e incertezas no Brasil, mas ainda assim os representantes dos Estados Unidos criam que o presidente Washington Luís poderia capitanear o quadro político a seu favor. De todo modo, após os primeiros momentos da revolução, a diplomacia estadunidense começou a buscar informações sobre tais acontecimentos em cada região. Insistentemente e sistematicamente, como é de seu feitio. Em mais de uma comunicação diplomática, fosse de um cônsul no Norte ou no Sul do país, os estadunidenses passaram a demonstrar todas as suas preocupações com a dissidência armada no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Bahia, afora outros estados. Embora, como demonstrou Pinheiro³¹⁵, a União Soviética fizesse severas críticas à capacidade de organização dos comunistas brasileiros em organizar os trabalhadores, a diplomacia estadunidense temia que os líderes rebeldes pudessem perder o controle da situação e assim permitir a ascensão de comunistas ao poder no Brasil. Por isso, qualquer movimento de trabalhadores – greves ou protestos – poderia ser motivo para inquietação por parte dos representantes dos Estados Unidos no Brasil.

Na documentação diplomática estudada, um outro assunto que desperta interesse dos diplomatas estadunidenses é a grande quantidade de trabalhadores negros e analfabetos. Em sua análise sobre a população baiana, Briggs vai mais além e diz que “as massas de cerca de 90 por cento dos quais são de trabalhadores ou desempregados negros, são ignorantes e desinteressados” (vide capítulo 2). Briggs não é o único diplomata a chamar atenção para a questão da educação atrelada à racialização e às classes. F. van den Arend, cônsul em

³¹⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1929-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 205-206.

Pernambuco, também atesta em seus relatórios que a presença de negros, pobres e iletrados como desinteressados pela política. Consoante isso, eles explicavam a seus superiores em Washington o motivo das sucessivas administrações públicas que eles (os cônsules) consideravam ruins e por isso defendiam a ação dos interventores como forma de moralizar a gestão pública e dar suporte a estabilidade do governo Vargas.

Durante o período revolucionário no Brasil, estourou na Bahia uma revolta contra a empresa subsidiária da Electric Bond and Share Company. O quebra-bondes, como o movimento ficou conhecido, gerou insegurança nos estadunidenses e Lawrence Briggs advogava medidas duras contra os revoltos, que ele classificou como tendo sido uma ação de trabalhadores negros e de pessoas das classes médias também. A insatisfação pelo aumento das tarifas dos serviços de bondes, elevadores e planos inclinados atingiu também o jornal *A Tarde*, que apoiou a medida tomada pela empresa estadunidense na Bahia. Mas protestos assim não aconteceram somente no estado baiano, pois Charles Cameron, cônsul em São Paulo, mencionou a mobilização de trabalhadores, semelhante a que aconteceu na Bahia, no estado do Paraná. O que a documentação revela é que no estado baiano havia um medo das classes dominantes ao “bicho papão da horda negra” (vide capítulo 2), e devido a isso não houve uma ostensiva reação aos revoltosos. Talvez não tenha havido repressão no nível em que o cônsul desejava, a fim de minimizar os prejuízos da Electric Bond and Share Company na cidade, mas o fato é que a Polícia Militar foi às ruas para coibir o movimento, que acabou com mortos e feridos³¹⁶. Cameron relatou que no estado paranaense a ação da polícia contra os manifestantes minimizou os prejuízos da empresa estadunidense. As tensões entre os trabalhadores e as elites também faziam parte dos comentários de F. van den Arend, lotado em Pernambuco. Essas tensões, aparentemente, induziam-nas a atuar em grupo contra os trabalhadores que jogavam no bicho e que faziam greves e protestos nas ruas. Novamente, havia uma amedrontadora besta horizontal – nada branca – nas ruas de uma capital brasileira.³¹⁷

Outra situação que chama atenção é o fato dos diplomatas da Casa Branca nas cidades brasileiras de Recife, Salvador, São Paulo e no Rio de Janeiro considerarem os protestos contra os aumentos dos preços dos meios de transportes, o sentimento anti-estadunidense

³¹⁶ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. pág. 384.

³¹⁷ Escreve Thompson que “a plebe não é, talvez, uma classe trabalhadora. Pode faltar aos plebeus uma consistência no momento da autodefinição consciente, ou ainda pode lhes faltar clareza de objetivos ou estrutura de organização de classe”. Mas sua “presença política” é “manifesta”. Thompson, E. P., “Patrician Society, Plebeian Culture”. In: *Journal of Social History*, nº 4, 1974: 396.

contido neles, e a reação de alguns políticos em apoio a esses atos, como indícios de ações comunistas no Brasil. Como demonstrou Carla Simone Rodeghero, considerar sentimentos anti-estadunidenses como uma ameaça comunista no Brasil era algo comum entre a diplomacia estadunidense, que nutria um “conceito elástico de comunismo”³¹⁸.

Após a vitória dos rebeldes, os Estados Unidos precisavam encontrar pretextos e justificativas para embasar o apoio estadunidense ao novo governo no Brasil (e também aos outros governos resultantes de movimentos revolucionários na América Latina, organizados em função da quebra da bolsa nova-iorquina em 1929; conforme Hobsbawm, já citado). Era necessário explicar aos antigos donos do poder, e aos novos também, os motivos de uma hora para outra os Estados Unidos haverem deixado de sustentar uns para amparar outros, os novos dirigentes. Por conta disso, Henry Stimson, ministro das Relações Exteriores estadunidense, fez um discurso no Conselho das Relações Exteriores, publicado em 7 de fevereiro de 1931 pelo periódico *O Jornal*, no qual ele justificava as razões do seu governo ter reconhecido as revoluções ocorridas na América Latina durante o ano anterior. O periódico classificou a política externa estadunidense como “teoria da influência geográfica”, na qual os Estados Unidos mostraram-se dispostos a apoiar as revoluções pelas quais as nações da América do Sul estavam passando. Contudo, o governo estadunidense parecia estar seguindo em outra direção, ou pelo menos demonstrava estar tentando se adaptar aos novos governantes latino-americanos que surgiram após a *débâcle* da Bolsa de Nova Iorque. O discurso do ministro das Relações Exteriores estadunidense parece ter deixado os setores sociais, os quais o periódico brasileiro representava, bastante irritados. Stimson, ao falar no Conselho das Relações Exteriores, desdenha da política externa idealizada por Woodrow Wilson, alegando que o presidente Hoover era muito mais pragmático em relação à América Latina. A justificativa para o apoio dos estadunidenses aos novos governos seria porque o governo de Hoover era:

“... contrário às práticas seguidas durante o tempo de Woodrow Wilson, que era um idealista em termos de doutrina, que desistiu de intervir com a formidável influência de seu poder moral, a fim de encorajar na América Latina a beleza e a conveniência das ‘instituições constitucionais livres’. O sr. Hoover é muito mais prático do que o famoso professor de Princeton e não deseja perder tempo em exposições acadêmicas com esses povos semi-bárbaros da América Latina para provar a eles que é muito mais bonito e muito mais profícuo viver com respeito pelas constituições, e realizar com fidelidade

³¹⁸ RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Pág. 164

espartana as provisões dos códigos pelos quais eles têm decidido governar suas democracias”³¹⁹.

Como Stimson mesmo diz, não era preciso o governo estadunidense empenhar-se tanto em levar a civilização aos latino-americanos, de forma que eles poderiam se dispor a aceitar os governos que assumissem o poder e satisfizessem os interesses dos EUA. Fosse o que fosse, tratava-se de apoiar os novos líderes que se estabelecessem nos países ao sul do Trópico de Câncer. Ao reconhecer a legitimidade do governo brasileiro, Stimson argumenta que se algum dia os EUA sofressem um processo semelhante de revolução, o novo governo do Brasil poderia identicamente assumir a mesma postura dos estadunidenses, de não vender armamentos aos revolucionários, conforme o tratado Pan-Americano. (Mas é claro que o Brasil não produzia armamentos para serem usados numa revolução nos EUA, o país do Colt.) Essa talvez tenha sido a forma que a diplomacia estadunidense encontrou para tentar minimizar os impactos da venda de armas para o governo brasileiro, e da proibição de venda de armamentos para os revolucionários dois dias antes da deposição de Washington Luís³²⁰.

Nessa tentativa de se adaptar, os diplomatas passaram a analisar quais eram as perspectivas para o novo governo e o que necessitaria ser feito para controlar tanto os políticos insatisfeitos com o novo regime, que haviam sido depostos pela revolução de outubro (no caso daqueles que não foram incorporados à administração varguista pelos interventores), e os trabalhadores, sempre vistos com preocupação pelas elites locais e pelos estadunidenses também. Os Estados Unidos pareciam ter adotado uma postura mais pragmática e de desfaçatez, em harmonia com seu preconceito etnocêntrico em relação aos demais países da América.

A governabilidade também parecia ser algo que preocupava a diplomacia estadunidense em diversas partes do Brasil, no início da década de 1930. E é em nome dessa governabilidade que uns irão apoiar o governo de Getúlio, como é o caso dos cônsules em

³¹⁹ “... contrary to the practice followed during the time of Woodrow Wilson who was a doctrinal idealist, refrained from intervening with the formidable influence of its moral power, so as to encourage in Latin America the beauty and convenience of ‘free constitutional institutions’. Mr. Hoover is much more practical than the famous Princeton professor and does not wish to lose time in academic expositions with those semi-barbarous peoples of Latin America in order to prove to them that it is much more beautiful and much more useful to live with deference for constitutions, and to fulfill with Spartan fidelity the provisions of the codes by which they have decided to govern their democracies”. *Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333, Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1931, volume VIII classes 800 to 800.B.*

³²⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 318-319.

Pernambuco e na Bahia, F. van den Arend e Lawrence Briggs, respectivamente, e outros, que aos poucos vão se tornando contrários à nova administração no Brasil, como Charles R. Cameron, que deixou seu antagonismo explícito em diversos momentos em suas comunicações à Embaixada no Rio. Talvez o que explica essa diversidade de posicionamentos em relação ao apoio ou não ao governo de Vargas sejam as relações que cada cônsul tinha com as forças políticas em cada estado. Igualmente, a capacidade de cada interventor para controlar as instabilidades deveria prevalecer no momento da aprovação das ações dos chefes de governo nos estados e no governo federal. Segundo Arend (vide capítulo 3), partia do Bloco do Norte, uma forte e insistente objeção à reconstitucionalização – e nisso Bahia e Pernambuco se destacaram. Neste último estado, o interventor Carlos de Lima Cavalcanti inicialmente usou a repressão para coibir a violência, contudo Arend informou ao embaixador Morgan que ela havia se alastrado por Recife desde o início da revolução. Ele também não poupou esforços para reprimir o jogo do bicho, que era tido como uma forma dos mais pobres fugirem das dificuldades financeiras do dia a dia. Lima Cavalcanti ainda agiu para conter a insatisfação dos trabalhadores regulando os preços dos aluguéis.

Na Bahia, depois de dois interventores, o terceiro que era um jovem tenente cearense, Juracy Magalhães, que conseguiu dar estabilidade ao seu governo aliando-se com antigas lideranças políticas estaduais e empresários baianos, anulando assim a temida oposição que havia derrubado os outros dois interventores. Juracy também demonstrou habilidade ao reestruturar a economia estadual. E como registrou Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo Pinho³²¹, Juracy, ao invés de reprimir o jogo do bicho como fez Lima Cavalcanti em Pernambuco, passou a taxá-lo como forma de capitalizar as finanças estaduais. As ações de Juracy para conquistar o apoio das elites políticas da sociedade baiana e a certeza do cônsul dos Estados Unidos na Bahia, Lawrence Briggs, de que o novo interventor tomaria medidas para coibir quaisquer ações de populares contra a subsidiária da Electric Bond and Share Company certamente fizeram com que ele tivesse o seu apoio simpatia.

No que diz respeito a São Paulo, o apelo do interventor João Alberto Lins de Barros em direção aos trabalhadores e as constantes disputas entre ele e as elites paulistas provocaram grande instabilidade política. Além disso, Cameron demonstrava insatisfação, assim como as elites estaduais, com as constantes pressões que os interventores sofriam por parte dos tenentes. Isso deixava evidente para o cônsul estadunidense em São Paulo uma outra

³²¹ PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo. *De forasteiro a unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*. 2010. p 69.

questão, a falta de respaldo político dos interventores frente aos tenentes, que tinham força para influenciar em suas decisões, era vista como uma ameaça aos governantes brasileiros. Por causa disso, Cameron defendia as eleições e instrução dos eleitores para o exercício do voto.

Para Cameron, os trabalhadores grevistas em São Paulo, sobretudo durante a administração de João Alberto, agiam sob a influência externa de comunistas ou a partir da insuflação do interventor, daí também toda a sua antipatia ao interventor e ao governo varguista.

Ao examinar os motivos pelos quais São Paulo teria se rebelado contra o governo provisório, no despacho nº 3894 de 15 de julho de 1932, Walter C. Thurston, agente diplomático interino, informa ao ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos que a “incerteza política” e o “arbitrário controle militar” teriam propiciado a revolta. Ele ainda pondera que “ao longo de toda a sua administração, o presidente Vargas tem adotado uma política de oportunismo, proposta para conciliar tanto quanto possível as tendências conflitantes no seu governo”. Por isso ele não acreditava que o chefe do governo provisório fosse “indefinidamente continuar tal política com sucesso”. Além dos fatos mencionados, Thurston percebeu que “o longo atraso no retorno ao governo constitucional, e os erros que foram cometidos” fizeram com que os políticos que governavam antes da revolução de outubro de 1930 se reorganizassem e conduzissem a revolta de julho de 1932³²². Por isso os interventores, nos estados, que conseguiram fazer frente a essa reorganização do adversário, se tornaram tão importantes.

Os documentos diplomáticos, como se viu, mostram as tensões entre as diversas classes no Brasil, os preconceitos das elites em relação aos trabalhadores, e da própria diplomacia, que geralmente os via como alienados, sempre movidos por interesses e comandos alheios, devido à mistura das raças e também ao baixo nível de escolaridade. Eles (os cônsules) também não acreditavam que um sufrágio universal poderia dar certo no país, exatamente por causa dessa questão social e educacional. Por isso, não raro defendiam um sistema eleitoral que garantisse a governabilidade para o governo de Getúlio Vargas. Era a

³²² “... political uncertainty...”; “... arbitrary military control...”; “Throughout his administration. President Vargas has adopted a policy of opportunism designed to conciliate as much as possible the conflicting tendencies within his government”; “... indefinitely pursue such a course with success...”; “The long delay in the return to constitutional government, and the errors that were committed...”. Despatch Nº. 3894. Rio de Janeiro, July 15, 1932. The São Paulo Insurrection. Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 345 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro 1932, volume XII classes 800 to 800.2.

visão pragmática dos estadunidenses, que fora utilizada para justificar o seu apoio ao movimento revolucionário de outubro de 1930 que se fazia presente nesses momentos.

Nos relatos dos diplomatas dos Estados Unidos, não só as questões de classe, mas as de raça também se faziam presentes – ambas em geral associadas; diga-se de passagem. Talvez devido ao sistema birracial existente nos Estados Unidos, eles percebiam que não só conflitos de classe faziam parte do cotidiano sócio-político brasileiro, mas o racial igualmente. Nesses momentos, os diplomatas deixavam escapar o temor que tinham dos trabalhadores negros brasileiros.

Os temores da diplomacia estadunidense aparecem de forma nítida na documentação produzida por ela ao longo do período estudado. Como se tivessem uma visão imperial de supostas colônias, nas fontes estadunidenses, os diplomatas tratam os habitantes das nações latino-americanas como indolentes, preguiçosos. Referem-se, na maior parte da documentação, mais aos nacionais (que, na sua maioria, não eram brancos), e não aos descendentes de imigrantes; menos desvalorizados, como pudemos ver nos capítulos 1 e 2 desta dissertação. Os preconceitos demonstrados pelos diplomatas estadunidenses em suas correspondências nos fazem perceber o porquê deles apoiarem ou rejeitarem os interventores de estados como São Paulo, Bahia, Pernambuco, Paraná, e até o chefe do governo provisório.

Os documentos diplomáticos, enfim, nos ajudam a compreender como os Estados Unidos viram o processo revolucionário de 1930 e todos os seus desdobramentos, além da participação dos atores sociais nesse movimento. O que temiam e o que esperavam dos novos governantes e do povo brasileiro nesse período também fazem parte dessa história.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto, BARBOSA, Rubens Antônio e ROGIDO, Francisco (Orgs.). *Guia dos arquivos americanos sobre o Brasil: coleções documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos*. Embaixada do Brasil em Washington, 2002. 225p.

ALVES, Cristiano Cruz. “*Um Espectro Ronda a Bahia*”. *O Anticomunismo da Década de 1930*. dissertação de mestrado de 2008.

BANDEIRA, Luiz Antônio Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 682p.

BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro(1945-65)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BRANDÃO, Otávio. *Combates e Batalhas: Memórias*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, 408p.

CALASANS, José. *A Revolução de 1930 na Bahia (Documentos e Estudos)*. Salvador, Mestrado em Ciências Sociais, 1980.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. 227p.

CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 2005. 173 pág.

COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu régua e compasso: o saber médico-legal e a questão racial na Bahia (1890-1940)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 1997. 327p.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004. 120p.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. pag. 20.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.
<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

DULLES, John W. F. *Vargas of brazil: a political biography*. Austin & London: University of Texas Press, 1967. 395p

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1930. 118p.

_____. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 233p.

FERREIRA, Maria do Socorro Soares. *A Tarde e a construção dos sentidos: ideologia e política (1928-1931)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 2002. 125 pág.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. 355p.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: a influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977. 175p.

GOMES, Ângela de Castro [et al.]. *O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)*. 9ª. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 714p.: il. – (História Geral da Civilização Brasileira, t. III, v. 10).

GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al.]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. pp. 342-343.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XIX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 598p.

KARNAL, Leandro [et al.]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. 288p.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 278p.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira S.A., 1980.

LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: Russell & Russell, 1973. 381p.

MAGALHÃES, Juracy, *Defendendo o Meu Governo. Explicações a Bahia a Propósito de um Livro do Sr. J. J. Seabra*. Salvador, Tipografia Naval, 1934.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. 305p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1929-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 379p.

- PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo. *De forasteiro a unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*. 2010. 154p.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 272p. il.
- RODRIGUES, Inês C., *A Gangorra do Poder (Paraíba, 1889-1930)*. João Pessoa, Editora Universitária - A União Editora, 1989.
- RODRIGUES, Inês C., *Revolta de Princesa*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 50-53 e 126-135;
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira Republica: Uma Política de Acomodação*. Salvador: Editora da UFBA, 1998, 255p. il.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação, o legislativo da Bahia na Segunda Republica (1930 – 1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. pp. 63-64.
- SARMENTO, Sílvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. -- Salvador, 2009. 143 f. : il.
- SEABRA, J.J., *Esfola de um Mentiroso*. Rio de Janeiro, sem editora, 1936.
- SEABRA, J.J., *Humilhação e Devastação da Bahia*. Salvador, Cia. Editora Gráfica, 1933.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. pp. 34-38;
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. 544p.
- Thompson, E. P., “Patrician Society, Plebeian Culture”. In: *Journal of Social History*, nº 4, 1974: 396.
- SZMRECSÁNYI, Tamás e GRANZIERA, Rui Guilherme (Orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2004.
- VISCARDI, Cláudia M. R. “Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro” In *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLII, p. 95-109, 2006.

VISCARDI, Cláudia M. R. “O Federalismo Oligárquico Brasileiro: uma revisão da política do café com leite” In *Anuario Del Iehs*, Tandil - Argentina, v. 16, p. 73-90, 2001.

7. FONTES

1. THE NATIONAL ARCHIVES AT COLLEGE PARK, MARYLAND (NARA II)

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 188, Telegram American Embassy, Rio de Janeiro, 1930

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 324 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1930, volume VII correspondence, 650 to 800

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 325 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1930, volume VIII correspondence 800

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 326 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1930, volume IX correspondence 800 B to 811.11

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 327 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1930, volume X c correspondence 811.3 to 851

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 333 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1931 volume VIII Correspondence 800 to 800.B

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 334 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1931 volume IX Correspondence 800.1 to 811.4

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 335 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1931 volume X Correspondence 812 to 850.4

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 344 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1932 volume XI Correspondence 800

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 345 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1932 volume XII Correspondence 800 to 800.2

Record Group 84, Records of Foreign Service Posts, Diplomatic Posts, Brazil, volume 346 Correspondence, American Embassy, Rio de Janeiro, 1932 volume XIII Correspondence 801 to 841.5

2. ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA (APB)

Seção Republicana

Secretaria de Segurança Pública

Inquérito policial datado de 20 de dezembro de 1930, documento 6444, maço 02, período 1929/1930.